



**A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PRÁTICA
DOCENTE: UM ESTUDO NA CRECHE
MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE
QUEIROZ-SÃO BENTO/PB**

Ana Maria Dantas de Araújo



**A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL UMA
DISCUSSÃO A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE:
UM ESTUDO NA CRECHE MARIA DAS GRAÇAS
SOARES DE QUEIROZ-SÃO BENTO/PB**

Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade dos autores

Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Comissão Editorial:

*Dr Leonardo da Silva Alves
Dr Sérgio Ricardo da Costa Simplício
Es Michelly Rayane Romualdo Branco
Ms Alan Douglas Santiago
Dr Magno Alexon Bezerra Seabra
Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana
Ms Maria José Bezerra da Silva
Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Ms José Fabio Bezerra da Silva.
Dr Lucas Gomes de Medeiros
Dr Hamilton José Werneck Mouta.
Dra. Lauriceia Galdino dos Santos
Dr. José de Sousa Campos Júnior
Esp. Damiana dos Santos Junqueira
Dr. Iure Coutre Gurgel*

Nosso maior objetivo é construir meios significativos de difusão e distribuição de trabalhos acadêmicos capazes de consolidar os enfoques científicos na contemporaneidade.

Equipe da CTP

Ana Maria Dantas de Araújo

**A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PRÁTICA
DOCENTE: UM ESTUDO NA CRECHE MARIA
DAS GRAÇAS SOARES DE QUEIROZ-SÃO
BENTO/PB**

1ª Edição
São Bento-PB
CTP Editora 2024

2024 Edição Brasileira by CTP by Autores
Todos os direitos reservados
Contemporânea: Agência Educacional –
CTP - Editora
CNPJ: 46.679.708/0001-11
E-mail: contemporaneasrtigos23@outlook.com
Número de contato: 83998400598
São Bento-PB – Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana
Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana
Revisão de texto: Autores
Capa: Gabriela Gomes Maranhão
Produtor Editorial: José Fábio Bezerra da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Araújo, Ana Maria Dantas de
A ludicidade na educação infantil uma discussão
a partir da prática docente [livro eletrônico] :
um estudo na creche Maria das Graças Soares de
Queiroz - São Bento/PB / Ana Maria Dantas de
Araújo. -- 1. ed. -- São Bento, PB : CTP -
Editora, 2024.

PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-83034-09-0

1. Atividades lúdicas 2. Educação infantil
3. Formação docente - Metodologias ativas
4. Prática pedagógica I. Título.

24-220915

CDD-371.397

Índices para catálogo sistemático:

1. Ludicidade : Educação infantil 371.397

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: 10.36599/ctp-978-65-83034-09-0

Dedico a todos que colaboraram na realização deste trabalho e aos meus maiores tesouros:
FAMILIARES

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio Simplício, gratidão pelos ensinamentos, esclarecimentos, contribuições, carinho e dedicação na construção desse trabalho. Muito obrigada!

A todos os professores com quem convivi e que dividiram comigo seus conhecimentos e experiências profissionais, contribuindo para minha formação.

Às minhas colegas da turma, pelos momentos significativos e prazerosos, compartilhados no decorrer deste curso.

A práxis da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado.

(LUCKESI, 1998)

PREFÁCIO

A alegria de ser criança está presente neste texto da Doutora Ana Maria Dantas de Araújo; pois a autora consegue descrever e transcrever com ludicidade, eficiência e técnica todos os passos e caminhos que a criança na sua primeira infância precisa para ser um adulto feliz. Este trabalho é pesquisa acadêmica que tem como objetivo principal analisar a importância do lúdico na Educação Infantil. Conseguindo atingir os seus objetivos com clareza e eficiência.

O lúdico faz parte da vida de toda criança. Atividades bem elaboradas podem trazer resultados benéficos na vida do aluno inclusivo. O processo de inclusão impõe inúmeros desafios no ambiente escolar. Os vínculos afetivos do educando com jogos, brinquedos e brincadeiras facilita na fase de adaptação na escola. O bom relacionamento do aluno inclusivo com o professor de apoio é essencial para construção de sua fidelidade com a escola e socialização com os colegas. O lúdico pode contribuir positivamente no comportamento da criança no seu primeiro contato com o âmbito escolar.

O estudo se justifica por este assunto ser de grande relevância no sistema regular de ensino, bem como no desenvolvimento infantil, no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo da criança. Neste sentido o laço afetivo, e a autoconfiança deve ser construída diariamente com todas as crianças. Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica com base nos conceitos de estudiosos sobre o assunto, foram utilizados artigos e livros para compreensão do tema abordado, fundamental para fazer uma análise interpretativa e pessoal do tema; como também uma rica pesquisa Creche Municipal Maria das Graças S. de Queiroz.

Debruçar-se sobre este lindo tema; entendemos a leveza e beleza dessa autora que tem uma criança eterna dentro dela. Pois através deste texto entendemos o que é brincar, ser criança, ser livre, ser feliz, ser alegre. Parabéns querida Ana Maria pela sensibilidade de suas palavras. Boa leitura para vocês.

Professor Doutor Sérgio Ricardo da Costa Simplicio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1. CAPÍTULO II – NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
1.1 O Ser Criança para a Educação Infantil.....	18
2.2. Conceções Legais acerca da Educação Infantil no Brasil	21
2.3 Principais Aspectos que Marcam Mudanças na Educação Infantil	30
2. CAPÍTULO III – LUDICIDADE, APRENDIZAGEM E PRÁTICA DOCENTE	35
2.1 Relevância do Lúdico para a Educação Infantil.....	35
2.2 A Inclusão do Lúdico no Ambiente Escolar	37
2.3 Laicidade e Aprendizagem: O Professor como Mediador do Processo	40
3. CAPÍTULO 4 – JOGOS EDUCATIVOS E A APRENDIZAGEM INFANTIL.....	55
3.1 O Jogo como Instrumento de Aprendizagem	55
3.2 O Jogo Educativo e suas Estruturas	59
3.3 Jogos Propícios ao Processo de Ensino e Aprendizagem Infantil	66
4. CAPÍTULO V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
4.1 Caracterização da Instituição <i>Locus</i> de Estudo	75
4.2 Tipo de Pesquisa.....	77
4.3 Métodos de Pesquisa	79
4.4 Instrumentos de Pesquisa	81
4.5 População	82
4.6 Tratamento dos Dados	83
5. CAPÍTULO VI RESULTADOS E DISCUSSÃO	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	111
SOBRE A AUTOR.....	121

APRESENTAÇÃO

Compreende-se que os jogos e as brincadeiras têm se tornado instrumentos pedagógicos importantes para o desenvolvimento infantil e são utilizados no ambiente escolar desde as fases iniciais da vida educativa dos indivíduos. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é investigar a importância do lúdico na Educação Infantil na Creche Municipal Maria das Graças S. de Queiroz, localizada no município de São Bento–PB. Para alcançar esse objetivo, foram aplicados questionários tanto aos 15 professores da Creche quanto à diretora. Além disso, foram realizadas observações em sala de aula e conversas informais com os professores. A relevância desse trabalho justifica-se pela inclusão do lúdico no programa curricular da Educação Infantil. Para embasar teoricamente a discussão, foram utilizados autores como Campos (2011), Meneses (2009), Alves (2010) e o documento elaborado pelo Ministério da Educação – MEC Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI. A presente tese tem como objetivo geral analisar a importância do lúdico na Educação Infantil, e como objetivos específicos: verificar as possibilidades de aprendizagem com o lúdico na Creche Municipal Maria das Graças S. de Queiroz; contextualizar as atividades lúdicas realizadas na instituição de ensino; correlacionar os fatos investigados com os pressupostos teóricos que fundamentaram o estudo. Dessa forma, pretende-se apresentar dados qualitativos sobre a utilização de atividades lúdicas no ambiente escolar, visando aprimorar o processo de ensino e aprendizagem das crianças em fase de Educação Infantil. Além disso, busca-se apontar possibilidades de intervenção pedagógica no desenvolvimento das crianças, utilizando jogos e brincadeiras no cotidiano da sala de aula. A garantia de materiais didáticos é fundamental para o trabalho dos professores e a aquisição de jogos pedagógicos e brinquedos são importantes para a prática do lúdico em sala de aula e fora desta, embora na creche em questão, o brinquedo seja mais utilizado dentro da sala de aula, já que as crianças costumam brincar nos intervalos no pátio que conta com parquinho. Sendo assim, é preciso garantir espaço e materiais didáticos adequados ao atendimento de crianças pequenas, por isso a relevância em contemplar metas e ações curriculares a partir da faixa etária dos alunos, quando da elaboração do Plano de Trabalho da escola, o qual terá a figura do diretor à frente da discussão. É por meio desta perspectiva que o lúdico se faz presente dentro e fora de sala de aula. Além disso, vale ressaltar a relevância da parceria estabelecida com a organização institucional Maria das Graças dos Santos Queiroz. Essa parceria tem desempenhado um papel fundamental na implementação das atividades lúdicas na creche, visando promover o desenvolvimento integral das crianças de maneira significativa.

INTRODUÇÃO

A presente tese tem por **objetivo geral** analisar a Importância do Lúdico na Educação Infantil, além dos seguintes **objetivos específicos**: a) verificar as possibilidades de se aprender com o lúdico, na Creche Municipal Maria das Graças S. de Queiroz do município de São Bento – PB; b) contextualizar as atividades lúdicas realizadas na instituição de ensino; c) efetuar uma correlação dos fatos investigados com os pressupostos teóricos que fundamentaram o estudo.

Esta tese, em sua estrutura, está dividida em cinco capítulos: O primeiro capítulo tem por tema Novos Rumos da Educação Infantil e teve a finalidade de apresentar informações acerca dos caminhos seguidos pela pedagogia, no sentido de dinamizar o ensino e garantir a aprendizagem de forma prazerosa para os alunos. O segundo capítulo trouxe como tema Laicidade, Aprendizagem e Prática Docente, buscando analisar o papel do lúdico na aprendizagem e a função do educador como mediador entre a introdução de jogos e brincadeiras e o cuidar e o aprender no ambiente da creche. O terceiro Capítulo buscou contextualizar o seguinte tema: Jogos Educativos Contribuindo para o Desenvolvimento da Aprendizagem Infantil, com o propósito de verificar como os educadores utilizam jogos educativos no cotidiano de sala de aula e, com isso, auxiliam na aprendizagem dos alunos. O capítulo quatro, apresenta o método utilizado na construção da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, pretendeu-se comparar os conceitos contidos nos textos escolhidos para fundamentar o trabalho, com a prática verificada em sala de aula e no espaço pedagógico onde ocorre a atuação dos quinze docentes que assinaram o termo de participação nesta pesquisa. Isso facilitou a verificação de caminhos a serem seguidos para a atuação profissional adequando prática e pressupostos teóricos. O trabalho com a Educação Infantil exige bastante dedicação e responsabilidade, já que a clientela dessa modalidade de ensino são crianças muito pequenas, na faixa de idade de 0 a 6 anos.

Um aspecto relevante observado durante a pesquisa de campo, refere-se à estrutura da escola que serviu como *lócus* de estudo. A estrutura física da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, do município de São Bento, apresenta excelentes condições de funcionamento, com mobiliário moderno e adequado às atividades pedagógicas. Os cuidados com a higiene das crianças são priorizados, tanto que as salas contam com espaços para banho dos alunos. Esse cuidado é fundamental, pois crianças muito pequenas carecem de cuidados específicos, sobretudo quando a higiene, já que ainda dependem da figura adulta para auxiliá-las

para comer, evacuar e outras necessidades fisiológicas.

Todos os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa foram importantes para a contextualização da temática proposta para investigação. As observações do campo de estudo, por exemplo, foram as observações feitas em sala de aula e em outros ambientes da escola, no intuito de verificar o funcionamento da creche para compreender a dinâmica escolar e a atuação dos professores.

De acordo com Zink (2015), a prática da observação no campo da pesquisa, resulta num conhecimento mais amplo sobre a complexidade existente no espaço escolar e na ação docente, o que facilita a reflexão acerca dos temas principais que orientam a fazer educativo. Assim, a observação do espaço escolar permitiu a percepção de como a escola utiliza a ludicidade para dinamizar as aulas e facilitar a aprendizagem dos alunos.

A proposta para realização desta pesquisa, pautou sua efetivação no que está previsto no documento Referencial Curricular para a Educação Infantil que recomenda a intervenção pedagógica para o ensino de crianças de 0 a 6 anos através da observação da importância do brincar para a aprendizagem infantil. Para tanto, é preciso que o espaço para a realização das atividades seja bem estruturado, com materiais organizados e de qualidade. É importante considerar que tanto o espaço quanto os materiais não podem ser utilizados de modo passivo, mas como ferramentas ativas do processo educativo que indiquem o modelo educacional adotado pela instituição de ensino. Dessa forma, os brinquedos e brincadeiras se tornam auxiliares da aprendizagem infantil. A função do educador é a de preparar o espaço para aprendizagem fazendo uso dos componentes adequados para alcançar este fim que é o objetivo central da Educação Infantil, ou seja, a aprendizagem da clientela que atende. (BRASIL, 1998).

Portanto, todo o trabalho desenvolvido serviu como suporte enriquecedor para melhor relacionar teoria e prática e, conseqüentemente, verificar a eficácia do uso do lúdico no processo de ensino-aprendizagem da modalidade de ensino da Educação Infantil.

Sendo assim e considerando-se o fato de que as brincadeiras fazem parte da vida infantil, a pesquisa realizada na creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, foi toda fundamentada na inclusão do lúdico nas atividades propostas pelas docentes aos seus alunos. Com isso, pretendeu-se apresentar informações fidedignas do que foi verificado no espaço escolar e seguir os pressupostos metodológicos da pesquisa em curso.

Um aspecto bastante observado durante o levantamento de dados, refere-se à resistência do corpo docente em utilizar a brincadeira como recurso pedagógico. É

visível o desconforto de algumas professoras em brincar com seus alunos, por ainda, aprendizagem, mas somente em diversão. Para verificar esta hipótese, foram elencadas no questionário elaborado para os professores, indagações como: De que modo a ludicidade está presente em sua sala? Na escola em que atua, o lúdico está presente durante os intervalos de sala? Você considera a ludicidade uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem da criança? Você faz uso de jogos e brincadeiras em seu cotidiano escolar? e você considera importante o lúdico no ambiente escolar? A partir disso, pretende-se problematizar a concepção do docente acerca do lúdico como ferramenta importante para a aprendizagem infantil. Dessa maneira, é importante mencionar que a escolha por investigar esta temática no âmbito da Educação Infantil, tem referência com a percepção pessoal e profissional de que o lúdico é parte inerente à criança e que pode ser utilizado para a construção do saber e para auxiliar no processo de interação do indivíduo com o seu meio social. Mas, para isso é necessário que o docente esteja preparado para reconhecer a importância do lúdico para a aprendizagem infantil e vivenciar a ludicidade no cotidiano escolar, tornando-a algo espontâneo, para além da diversão e da recreação.

Um aspecto verificado na prática profissional no âmbito da Educação Infantil, refere-se à interação que precisa haver entre o professor e aluno quando o lúdico estiver em foco em sala de aula. De acordo com Teixeira (2012), o cotidiano escolar se apresenta de modo rotineiro, de forma a limitar a adequada interação entre criança e adultos, o que culmina em queda de benefícios capazes de contribuir para o desenvolvimento infantil. Em razão disso, as atividades são planejadas de maneira mecânica e votadas exclusivamente para o processo de alfabetização. No interior das salas de aula predomina a execução de tarefas, que são repetitivas e que pouco permite a interação. A hipótese que se levanta sobre este fato, pode ter relação com a resistência dos educadores em interagir com os alunos de maneira lúdica e, com isso, mediada a aprendizagem. Nos momentos de recreio, as crianças têm a chance de brincar com os colegas e o fazem espontaneamente. Porém, o professor não está presente a estas brincadeiras para mediar a aprendizagem.

Sendo assim, o papel do professor como mediador entre a atividade lúdica será, também, enfatizado nesta pesquisa, de uma forma em que seja compreendida a participação efetiva deste nas brincadeiras.

Para que o lúdico resulte em aprendizagem a figura o docente é muito importante, como já foi bem explanado aqui. Porém, na prática nota-se limitações e resistências à interação do educador nas brincadeiras dirigidas, ou seja, nas atividades lúdicas em que estão envoltas em conteúdo pedagógico, pelo fato de que a ludicidade é, muitas

vezes, considerada uma simples diversão ou momentos de prazer e satisfação livre, sem que se possa encontrar outro resultado neste instrumento educativo. A partir da conscientização de que o lúdico facilita a aprendizagem, o professor poderá fazer uso adequado dos jogos e brincadeiras, para além da concepção de passatempo. O lúdico estimula a aprendizagem, auxilia no processo de socialização do indivíduo, além de facilitar a exploração do potencial criativo do aluno.

A partir da presente pesquisa, pretende-se realizar uma observação das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição de ensino que serviu de campo de investigação, de maneira que esta observação facilite a compreensão do funcionamento da creche, priorizando a dinâmica de sala de aula e a atuação dos professores como mediadores da ludicidade e do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, será levantada uma discussão que tem por fundamento a verificação na prática das teorias que norteiam o fazer pedagógico em sala de aula, verificando-se se esta prática vem sendo pautada na reflexão-ação-reflexão, que permite trazer para o espaço escolar todo o conjunto de conhecimento dos alunos.

Pelo exposto nesta introdução, conclui-se que a análise do tema desta pesquisa é bastante desafiadora, embora este já tenha sido muito debatido. A importância do jogo, do brinquedo e da brincadeira no espaço da Educação Infantil é uma constatação que pode se encerrar no campo teórico, muitas vezes. Sendo assim, pretende-se alcançar uma contextualização entre teoria e prática no tocante à utilização de atividade lúdicas no cotidiano de sala de aula.

CAPÍTULO I – NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da elaboração do texto deste capítulo, foi analisado os novos rumos tomados pela educação infantil no Brasil por meio da análise dos seguintes sub tópicos: 1) O Ser Criança para a Educação Infantil; 2) Concepções Legais acerca da Educação Infantil no Brasil; 3) .3 Principais Aspectos que marcam as Transformações Ocorridas na Educação Infantil.

A educação infantil ganha espaço no âmbito educativo a partir da perspectiva de acolhimento de crianças pequenas na escola sob uma nova ótica, a que percebe a criança como um ser social dotado da possibilidade de aprendizagem.

É sabido que à criança era ofertada um acolhimento assistencialista no sentido de auxiliar mulheres operárias que precisavam cumprir jornada de trabalho e tinham a necessidade de deixar os filhos aos cuidados de alguém. A creche por muito tempo cumpriu esse papel. (KUHLMANN JÚNIOR, 2010).

Com o passar do tempo e com a evolução no campo pedagógico, foi verificado que as crianças menores de sete anos seriam capazes de aprendizagem, o que facilitou o alcance das concepções educacionais que dinamizam os espaços de creches e pré-escolas. Significa dizer que, a formação do indivíduo tomou novos rumos e as ideias que percebem as crianças como ser capaz de aprendizagem e de se desenvolver no ambiente educacional favorável passa a compor os espaços de discussão, aonde teóricos da educação passam a vislumbrar a instituição da modalidade de ensino que é a educação infantil.

Numa perspectiva histórica, Kuhlmann Júnior (2010), informa que a indicação para a associação das creches e pré-escolas à educação infantil surge em 1916 por ocasião do Congresso Americano da Criança pela professora Alexina Magalhães Pinto, assim como propõe o estudo da criança pela psicologia. A partir disso, foram muitas as polêmicas que surgiram entorno da educação infantil, especialmente pela resistência relacionada à ideia de educar a criança fora do ambiente familiar.

Com isso, a educação infantil passa por diversas análises e se estrutura no Brasil, a partir da composição do seu currículo com data referente ao final de década de 70 e início da década de 80. De início, este currículo foi instituído para nortear os educadores da pré-escola e em seguida para aqueles que atenderiam crianças pequenas nas creches. (BRASIL, 2006).

1.1 O Ser Criança para a Educação Infantil

A atenção à infância é um processo bastante complicado, se se considerar os complexos elementos que envolvem esta fase da vida. Em razão disso, estão implicados no atendimento à primeira infância diversos tipos de políticas que englobam entidades governamentais e não governamentais. As entidades governamentais são as seguintes: a educação, a saúde, a assistência social e os órgãos de proteção à criança. Assim, as entidades que são responsáveis pelo atendimento infantil devem considerar alguns aspectos relevantes para tal atendimento que são: a licença parental, o fato da mulher trabalhar fora do espaço familiar, a igualdade de oportunidades, as problemáticas de ordem socioeconômicas enfrentadas pela família, a ação e a responsabilidade dos órgãos de manutenção da educação que são as secretarias e os ministérios. (NUNES, 2011).

A partir disso, pode-se afirmar que a educação infantil toma novos rumos quando precisa dar conta do atendimento às crianças num cenário repleto de transformações sociais e econômicas, que precisa considerar o papel da mulher no mundo do trabalho o que coloca a criança cada vez mais cedo no espaço educativo. É ainda Nunes (2011) a dizer que:

O lugar da criança brasileira na política pública de educação é o de sujeito histórico, protagonista e cidadão com direito à educação a partir do nascimento em estabelecimentos educacionais instituídos com a função de cuidar e educar como um único e indissociável ato promotor de seu desenvolvimento integral, de forma global e harmônica, nos aspectos físico, social, afetivo e cognitivo. (NUNES, 2011, p. 9).

Assim, desde o nascimento o Estado passa a ter responsabilidade com o atendimento à criança. Uma característica bem específica da educação infantil é o aspecto do cuidar. A criança que chega à escola na primeira infância precisa de cuidados. Estes cuidados vão desde a higiene pessoal até a alimentação.

O cuidar no espaço educativo deve ser visto como parte do processo, apesar de, por vezes, este cuidar exigir certas habilidades dos educadores que ultrapassam o saber pedagógico. Isso em razão do fato de que a criança necessita de cuidados adequados, sobretudo por ser a infância um período crucial para o desenvolvimento do indivíduo. O pilar do cuidar do indivíduo é saber como ajudá-lo a alcançar o seu desenvolvimento. O cuidado, neste caso, refere-se à valorização e auxílio no desenvolvimento das capacidades. No documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1998), consta que:

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. As atitudes e procedimentos de cuidado são influenciadas por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como alimentar-se, proteger-se etc. as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas, podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. (BRASIL, 1998, p. 24).

O RCNEI (BRASIL, 1998), indica que o cuidado com o indivíduo compreende a capacidade de auxiliar estes a se desenvolverem. Desta forma, está implicado no cuidar a valorização da ajuda no desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, emocionais e culturais que compõem a formação integral do sujeito. Este cuidar só é possível através da interação do indivíduo com o outro e requer mecanismos específicos de atuação. É em razão disso, que o desenvolvimento integral do indivíduo estará à mercê dos cuidados relacionais, que implicam a dimensão da afetividade e dos cuidados com a parte biológica do corpo que envolve a alimentação e a higiene. (BRASIL, 1998).

Um dos avanços da educação infantil está ligado ao reconhecimento da aprendizagem nos primeiros anos de vida. Dados históricos apontam que o surgimento das creches está relacionado ao processo de emancipação da mulher no campo do trabalho, de maneira que estas se tornaram espaço de depósito de crianças que só recebiam cuidados com a higiene e a alimentação. Sobre esse dado, Alves (2011) ressalta que:

No final do século XIX, foram criados os primeiros “asilos”, as primeiras creches para os filhos das classes menos favorecidas, que funcionavam como “depósitos” de crianças para que as mães pudessem trabalhar. A origem das creches, relacionada com o trabalho feminino e preocupações sanitárias e filantrópicas, foi influenciada pela medicina e a assistência social, sendo o trabalho ali realizado voltado para questões de higiene, alimentação e cuidados físicos, sem investimentos nos aspectos pedagógicos. (ALVES, 2011, p. 2).

Num outro patamar, surgiram os jardins de infância, que seriam espaços educativos criados para atender crianças oriundas de famílias com boa posição econômica e social. Mas, a perspectiva de aprendizagem ainda não foi aceita, de forma que estes espaços eram mais recreativos que pedagógicos e diverso do processo educativo das creches que era, predominantemente, assistencialista.

O aspecto assistencialista do atendimento à primeira infância foi discutido por Kuhlmann Júnior (2010) da seguinte maneira:

- As creches, pré-escolas e escolas voltadas para assistir necessidades sociais do século XIX foram as instituições educacionais que mais receberam investimentos financeiros;
- A escola primária se desenvolveu a partir das ideias que defendiam a normalização das classes trabalhadoras por meio da educação e do desejo de universalização do ensino;
- As instituições de educação infantil se diferenciavam das demais por ser uma novidade para o processo educativo do Brasil no século XIX e por, em muitos delas, atender crianças pobres;
- As creches estiveram associadas aos órgãos governamentais de serviço social e, portanto, ausente das pesquisas educacionais;
- As creches e pré-escolas enfrentaram críticas por terem sido consideradas lugar de guarda de crianças, de oferta de assistência e não de educação;
- O assistencialismo vinculado ao atendimento de crianças de creches e pré-escolas foi configurado por proposta educacional que pretendia a submissão das crianças e famílias das classes populares que atendiam;
- A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão;
- A educação assistencialista foi desenvolvida para atender crianças que poderiam passar os dias nas ruas e poderiam estar sujeitas à prática de crimes;
- A pedagogia assistencialista pretendia formar os indivíduos para um futuro profissional, por isso, pode-se dizer que era uma educação profissionalizante;
- A escola assistencialista satura seus alunos expondo-os aos diversos tipos de conhecimentos. (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 3-5).

Além do exposto, Kuhlmann Júnior (2010) apresenta algumas propostas para a educação infantil, considerando que crianças menores de sete anos seriam capazes de aprendizagem e, em razão disso, discutiu acerca das ideias de teóricos e movimentos que se iniciaram entorno de uma nova pedagogia para ensino de crianças e que foram importantes para a promoção da educação infantil. Desta forma, verifica-se que algumas formulações, elaborados pelo autor aqui citado, com o objetivo de demonstrar que o modelo assistencialista de educação infantil deveria ser modificado, e isso foi importante para os novos rumos que a educação infantil tomou, sobretudo quanto ao rompimento com tal modelo educativo:

- A Sala de Asilo surgida na França foi tida por Jean-Noel Luc como um espaço voltado para a formação da criança e rompe com o modelo de guarda e proteção dos alunos dos perigos exteriores;
- Em 1882 as Sala de Asilo passam a se chamar Escola Maternal e Pauline Kergomard afirma que este é o início da predominância da educação sobre o assistencialismo de prevaência;
- Pelo fato das escolas assistencialistas ter a finalidade de moldar o espírito das crianças ensinando-lhes virtudes e buscando a sua submissão, Kishimoto considera que as creches e asilos não fariam parte do sistema pré-escola pelo fato de não existir nestas instituições preocupações educativas;
- A escola nova tem como precursor o alemão Kindergarten que reformula o ensino conforme os padrões da sociedade capitalista;

- As polêmicas entorno da educação infantil foram muitas, especificamente pela resistência em educar a criança fora do âmbito familiar;
- Com isso, surgem as discussões acerca do papel da família, do Estado e das instituições escolares na formação das crianças;
- A natureza social que se quis oferecer às creches e pré-escolas resultou na tentativa dos administradores destas instituições a educar as crianças e suas mães para se adaptarem ao meio social do qual faziam parte;
- Além das questões acima citadas, as creches passam a contar com a figura do médico com o objetivo de oferecer cuidados a higiene e esse fato levava a creche a se distanciar, ainda mais, da educação;
- Outra característica que esteve presente nos espaços educativos desta época refere-se às influências do autoritarismo político de um povo que defendiam a eugenia racista e as políticas da assistência científica.

Sendo assim, aos poucos vão sendo introduzidas as concepções educacionais que dinamizam os espaços de creches e pré-escolas. Significa dizer que, a formação do indivíduo para seguir um regime autoritário vai sendo abandonado para dar lugar as ideias que percebem as crianças como seres capazes de aprendizagem e de se desenvolver no ambiente educacional favorável e que considere as peculiaridades da infância.

1.2 Concepções Legais acerca da Educação Infantil no Brasil

No Brasil, somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, que houve mudanças significativas na atenção às crianças de zero a seis anos. A partir de tais mudanças, foi possível verificar o vínculo entre o cuidar das crianças e o processo educativo. O campo teórico da educação infantil é ampliado e surgem diversos textos e pesquisas acerca da importância do desenvolvimento cognitivo na primeira infância, com o fim de formar uma base sólida para a aprendizagem do indivíduo, tanto que a educação infantil passa a ser considerada a base da educação básica que visa o desenvolvimento integral do sujeito. (BRASIL, 1998).

Além do cuidar e do educar, outro elemento importante para educação de crianças de zero a seis anos é o brincar. A brincadeira tornou-se parte do currículo da educação infantil pelo princípio de que para que a criança possa exercer sua capacidade de criar e desenvolver atividades de forma criativa e diversificada é preciso considerar a brincadeira como parte do processo educativo. A partir da

brincadeira as crianças conseguem elaborar um paralelo entre imaginação e realidade, uma vez que imitam aquilo que testemunham de seu cotidiano. Toda brincadeira é uma representação de uma vivência passada. (BRASIL, 1998).

No documento Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), constam os princípios que fundamentam as especificidades inerentes ao desenvolvimento infantil que são: emocionais, sociais e cognitivas e que são importantes para o exercício da cidadania. Estes princípios estão relacionados aos direitos das crianças de zero a seis anos, que devem ser garantidos por Lei e que são os seguintes:

- 1.2.1 o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- 1.2.2 o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- 1.2.3 o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- 1.2.4 a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- 1.2.5 o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p. 13).

Assim, a educação infantil se amplia de uma maneira efetiva, a ponto de se considerar que as crianças tenham direito a atividades prazerosas no espaço de sala de aula, e isso só será possível por meio da ludicidade. Conforme ressalta Meneses (2009), o primeiro teórico a reconhecer a importância da ludicidade para o processo de ensino e aprendizagem das crianças foi Froebel. A partir dos estudos de Froebel (1926) a educação infantil passa a adotar os jogos e brincadeiras como parte do método educativo, considerando que o contato com o brinquedo e outros materiais como bolas, cubos facilitaria a compreensão por parte das crianças de conteúdos escolares, como por exemplo, utilizando brinquedos de montar e desmontar facilitaria a aquisição de noções matemáticas.

Sendo assim, os aspectos do cuidar, educar e brincar como princípios primordiais da educação infantil ainda se encontram em processo de consolidação, mas marcam avanços significativos para esta modalidade de ensino. O que precisa ainda se consolidar, é o reconhecimento da educação infantil como etapa relevante para a educação básica. Embora, sejam reconhecidas as diversas produções acadêmicas que atestam este fato e a efetivação das políticas educacionais que demonstram a eficácia da educação infantil para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, ainda há um ranço tradicionalista que impede a construção de uma identidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica.

(CAMPOS, 2011).

Naturalmente, fatos como o exposto no parágrafo anterior atrasam o desenvolvimento e o reconhecimento da educação infantil como período marcante para o processo educativo das crianças e, por conseguinte, a construção de uma identidade que ressignifique a relevância da educação infantil para a educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases para Educação (LDB) de nº 9.349/96, tem papel preponderante no processo de reconhecimento da educação infantil, pois na Seção II – Da Educação Infantil, preconiza os seguintes fundamentos:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996, p. 11).

O que chama a atenção é a colocação da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Este é um avanço sem precedentes para esta modalidade de ensino, considerando-se o período percorrido a esta conclusão. A partir disso, foi possível pensar o currículo da educação infantil, bem como as normativas para seu funcionamento nos espaços de creches e pré-escola. Campos (2011, p. 220), ressalta que: “A criança, considerada sujeito histórico e de direitos, passa a ser tomada como o centro do planejamento curricular, que deve ser orientado pelas duas funções precípuas dessa etapa educativa: educar e cuidar”.

Esta consideração da criança como sujeito de direitos e, por isso, merece atenção quanto ao seu desenvolvimento integral, o que engloba os aspectos emocionais, sociais e cognitivos, é discutido no RCNEI com argumentos que apresentam algumas considerações a respeito da concepção de criança que as entidades responsáveis pela oferta do atendimento escolar deve considerar, tal como o exposto na seguinte citação:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (BRASIL, 1998, p. 21).

Verifica-se que, o caráter de sujeito de direitos e parte da construção social que é delegado à criança a partir dos avanços ocorridos no campo educativo, que culminou

no estudo do desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando o papel da sociedade, da família e da escola nesse processo.

Aliás, a participação da família no processo educativo das crianças faz parte dos novos rumos da educação infantil na contemporaneidade, isso porque os especialistas acreditam que a família deve complementar o trabalho para a aprendizagem da criança, assim como para o seu desenvolvimento integral. Sobre isso, Kishimoto (2001, p. 1): “O trabalho com a família e a comunidade não pode ser ocasional, mas complementar do pedagógico para desenvolver a criança integralmente”.

Um dos direitos da criança é o de serem educadas e criadas pelo seu núcleo familiar, sendo essa uma recomendação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que coloca a família como a primeira instituição social que deve garantir de forma efetiva os direitos básicos da criança. Em razão, é fundamental que as instituições responsáveis pelo desenvolvimento dos indivíduos na infância estabeleçam um diálogo claro e objetivo com a família facilitando sua participação na aprendizagem de seus filhos. Para tanto é preciso criar um canal de comunicação entre família e escola. Isso pode ser feito a partir da indicação do RCNEI, que é a seguinte:

A comunicação mais individualizada entre as famílias e as instituições de educação infantil deve ocorrer desde o início de forma planejada. Após os primeiros contatos, a comunicação entre as famílias e os professores pode se tornar uma rotina mais informal, mas bastante ativa. Entrar todos os dias até a sala onde sua criança está, trocar algumas palavras com o professor pode ser um fator de tranquilidade para muitos pais. Quanto menor a criança, mais importante essa troca de informações. Este contato direto não deve ser substituído por comunicações impessoais, escritas de maneira burocrática. Oportunidades de encontros periódicos com os pais de um mesmo grupo por meio de reuniões, ou mesmo contatos individuais fazem parte do cotidiano das instituições de educação infantil. (BRASIL, 1998, p. 78).

O olhar do professor para estas novas nuances no fazer pedagógico, é essencial para se alcançar os objetivos da educação infantil. Perceber a família como parte do processo, significa interagir com a esta e desenvolver a habilidade de escuta. Há diversas informações que a família traz ao ambiente educativo das crianças e que são relevantes para o cuidar e o educar enquanto estas se encontram no espaço escolar. É importante lembrar que a figura do professor no processo de evolução da educação infantil no Brasil tomou rumos significativos, sobretudo no tocante à qualificação. A partir da LDB, ficou definido que para atuar no campo da educação infantil o professor teria que ter formação superior na área da educação. Cerisara (2002), afirma que:

Com relação às profissionais da educação infantil, a lei proclama ainda que todas deverão até o final da década da educação ter formação em nível superior, podendo ser aceita formação em nível médio, na modalidade normal. Ou seja, até o ano de 2007 todas as profissionais que atuam diretamente com crianças em creches e pré-escolas, sejam elas denominadas

auxiliares de sala, pajens, auxiliares do desenvolvimento infantil, ou tenham qualquer outra denominação, passarão a ser consideradas professoras e deverão ter formação específica na área. (CERISARA, 2002, p. 4).

O local de formação dos professores para atuação na educação infantil foi definido pela LDB, segundo Cerisara (2002), teria que nas universidades que ofertam cursos de licenciatura e graduação plena relativo ao campo da educação.

A implantação destas medidas, é certo que foram desafiadoras para os especialistas em educação, mas que surtiram efeito efetivo para os novos rumos da educação infantil no país.

Ainda conforme Cerisara (2002) um aspecto que não foi contemplado pela LDB foi a questão do financiamento da educação infantil. Neste ponto a LDB tomou a atitude de omissão, de maneira que não nenhuma indicação acerca do financiamento adequado à efetuação das ações da educação infantil pelas instituições que ofertam esta modalidade de ensino. Diante disso, a autora aqui citada informa que:

Neste sentido, pode-se dizer que, naquilo que é essencial, a educação infantil foi marginalizada, isso porque sem recursos é impossível realizar o que foi proclamado tanto no que diz respeito à transferência das instituições de educação infantil das secretarias de assistência para as secretarias de educação, como em relação à redefinição do caráter pedagógico de creches e pré-escolas já vinculadas às secretarias de educação. O mesmo se pode dizer com relação à formação das professoras que já atuam na área. (CERISARA, 2002, p. 5).

Apesar das políticas voltadas para a ampliação da oferta da educação infantil no Brasil, não ocorreram grandes avanços no tocante ao seu financiamento. A LDB em consonância com a legislação federal coloca a responsabilidade pelos recursos da educação infantil sob a responsabilidade dos gestores municipais e passa a exigir o alcance de metas relativas ao atendimento de crianças de zero a três anos em creches e dos quatro aos seis nas pré-escolas. O surgimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), houve um avanço no financiamento da educação. Macêdo (2011), diz que:

A política do Fundeb representou um avanço importante no tocante ao financiamento da educação, especialmente no que se refere à educação infantil, pois até então, apesar de ser legalmente reconhecida como primeira etapa da educação, não havia recursos subvinculados para sua manutenção. (MACÊDO, 2011, p. 11).

Porém, a educação infantil continuou sem incentivo financeiro para sua manutenção, sobretudo quanto a oferta para crianças de zero a três anos. De acordo com Macêdo (2011), alguns movimentos oriundos da sociedade civil, como o Movimento Feminista por Creche, o Movimento Inter fóruns de Educação Infantil do

Brasil (MIEIB) e Fóruns Regionais e Estaduais, se manifestaram contra o fato, mas não houve nenhuma mudança efetiva.

A partir disso, passou-se a se pensar na qualidade da educação infantil, tanto que o Ministério da Educação e Desporto (MEC), elaborou, com a participação de secretários, conselheiros, técnicos, especialistas, professores e outros profissionais, o documento Parâmetros Nacionais para a Qualidade da Educação Infantil com data de publicação referente ao ano de 2006. O objetivo deste documento diz respeito à promoção da igualdade de oportunidades educativas e que resultem no respeito à diversidade e desigualdades existentes no Brasil, bem como o respeito às diferentes expressões culturais que marcam a nação brasileira.

No tocante à proposta de elaboração de parâmetros de qualidade para educação infantil, consta no documento publicado pelo MEC e mencionado no parágrafo anterior, que é preciso considerar os seguintes aspectos: Reconhecimento da criança como ser detentor de direitos e deveres; Compreensão do período de vida e Oferta de condições para o desenvolvimento de aprendizagem. Para uma melhor compreensão deste pressuposto, foi elaborado o quadro seguinte:

QUADRO 1: Aspectos a Serem Considerados para Implementação dos Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil

RECONHECIMENTO DA CRIANÇA COMO PARTE DA SOCIEDADE	CONSIDERAR O PERÍODO DE VIDA DA CRIANÇA	APOIO NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM
1. As crianças devem ser reconhecidas desde o nascimento como cidadãos de direitos.	1. É necessário ajudar as crianças a realizarem suas atividades, quando não for possível ainda executarem sozinhas.	1. A criança deve ser estimulada a brincar.
2. As crianças são indivíduos únicos e singulares.	2. As crianças devem ter suas necessidades básicas físicas e psicológicas atendidas.	2. A criança deve ser motivada a expressar sentimentos e pensamentos.
3. As crianças devem ser reconhecidas como seres históricos e culturais.	3. Os adultos devem prestar atenção especial em determinados momentos da vida da criança.	3. A imaginação e a curiosidade da criança precisam ser desenvolvidas, além da capacidade de se expressar.

4. As crianças são seres capazes e produtores de cultura.		4. A partir de estratégias pedagógicas adequadas é necessário ampliar, de forma contínua, conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura.
5. As crianças são indivíduos humanos, e assim fazem parte do mundo animal, vegetal e mineral.		5. Tornar diversas atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centro de educação infantil.

FONTE: Parâmetros Nacionais para a Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Todas as condições expostas no quadro acima, são resultado dos avanços que a educação infantil alcançou a partir da busca por novos ramos para essa modalidade de ensino.

O debate sobre a qualidade da educação infantil, foi bastante significativo para o direcionamento de políticas que concorreram para as reformas do ensino, motivando o aumento das matrículas na Educação Básica, sobretudo facilitando o acesso de alunos das camadas sociais mais baixas às escolas. Entre os avanços que as políticas educacionais proporcionaram está a democratização da educação, abrindo-se campo para o planejamento de ações voltadas para a permanência dos alunos no ambiente escolar. (BRASIL, 2006).

Assim, a educação infantil passa por algumas etapas, como o período assistencialista, para uma nova forma de educar as crianças para a formação cidadã. A partir da conscientização acerca da criança como sujeito de direitos, foi possível pensar e buscar meios de ação para tornar a educação infantil parte do processo pedagógico educativo do país, de forma que esta modalidade de ensino passou a ser a base da Educação básica. Souza (2014), justifica que:

A educação infantil passa por diversos processos históricos em sua construção baseada em mudanças e novos rumos da marca assistencialista caracterizada por cuidados e custódia para a educacional apontada e direcionada pela legislação que traz consigo leis, estatuto e planos para melhor cunho pedagógico. Uma nova identidade é construída. Relacionando deste modo o cuidar e educar nas instituições. (SOUZA, 2014, p. 18).

A autora acima citada, faz menção ao período assistencialista em que a educação infantil foi parte, tendo seus objetivos voltados para o auxílio às famílias de baixa renda, o que não considerava o direito como parte do processo educativo. A partir dos

debates e reformas e da elaboração de princípios pedagógicos para esta modalidade de ensino, Souza (2014) acrescenta o seguinte:

A educação em relação com as instituições de educação infantil ganhou fortemente espaço privilegiado e destaque alcançando os seus objetivos propostos, pode-se dizer que obteve grandes avanços em termos de direitos, reconhecimento e valorização da criança no ambiente social e educativo. Para melhor entendimento, podemos destacar a legislação como marco importante para todos estes fatores positivos acontecerem. (SOUZA, 2014, p. 20).

A legislação é um marco importante, pois coloca a educação infantil também como responsabilidade do Estado, o que foi relevante para a destinação de recursos para a implantação de creches e pré-escolas para o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade. Consta no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), de nº 20/2009, o seguinte trecho sobre a regulamentação das creches e pré-escolas no Brasil:

O atendimento em creche e pré-escola a crianças de zero a cinco anos de idade é definido na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado em relação à educação, oferecido em regime de colaboração e organizado em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A incorporação das creches e pré-escolas no capítulo da Educação na Constituição Federal (art. 208, inciso IV) impacta todas as outras responsabilidades do Estado em relação à Educação Infantil, ou seja, o direito das crianças de zero a cinco anos de idade à matrícula em escola pública (art. 205), gratuita e de qualidade (art. 206, incisos IV e VI), igualdade de condições em relação às demais crianças para acesso, permanência e pleno aproveitamento das oportunidades de aprendizagem propiciadas (art. 206, inciso I). (BRASIL, 2009, p. 4).

Com isso, verifica-se a importância da legislação para os novos rumos tomados pela educação infantil no país. Além das creches e pré-escolas, outras responsabilidades passam a ser abarcadas pelo Estado, tal qual a oferta do ensino de qualidade.

Após longos debates que envolviam a oferta da educação infantil, garantia de acesso, financiamento e qualidade do ensino, surge a necessidade de se pensar na qualificação dos professores. As reformas no âmbito da educação para crianças de zero a seis anos de idade, resultaram na exigência de formação prévia para educadores e professores que atuam no âmbito da educação infantil. No início houve certa resistência, mas diversos gestores municipais ofertaram cursos de formação para educadores leigos que já atuavam em creches e pré-escolas. (BRASIL, 2009).

No documento Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), há uma discussão acerca da importância da formação continuada para os professores que atenderão as crianças que frequentam creches e pré-escolas. A escola não pode deixar em segundo plano o processo de formação continuada, e nem permitir que esta ocorra sem regularidade. A formação continuada é uma oportunidade

em que os professores poderão socializar suas vivências e trocar ideias, sobre os diversos eventos ligados à educação infantil. Há no referido documento a seguinte sugestão: “A instituição deve proporcionar condições para que todos os profissionais participem de momentos de formação de naturezas diversas como reuniões, palestras, visitas, atualizações por meio de filmes, vídeos etc”. (BRASIL, 1998, p. 68).

Numa perspectiva legal, a questão da formação continuada é exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, com a finalidade de preparação do educador para atender as demandas que o processo educativo requer. Na atualidade a sociedade vem passando por diversas mudanças, sobre pela surgimento e utilização de novas tecnologias que tornam o acesso a informação cada vez mais rápido para alunos, exigindo habilidade por parte dos professores em acompanhar estas transformações. (SILVA, 2014).

Vale mencionar que o processo de formação continuada, embora que amparado em Lei, ainda se configura como um desafio para a educação infantil, isso por conta da necessidade de comprometimento de todas as entidades governamentais responsáveis pela oferta e manutenção da educação no país.

Sendo assim, pode-se afirmar que a partir da elaboração deste capítulo, pretendeu-se discutir sobre as novas perspectivas educacionais e pedagógicas que eram novo norte à educação infantil no Brasil. A partir disso, foi possível levar essa modalidade de ensino para diversos fóruns e debates como tema de relevância para campo educativo que precisava romper com a natureza assistencialista que carregava. De acordo com Alves (2011):

As novas concepções de criança, baseadas nas múltiplas áreas do desenvolvimento e na condição de sujeito ativo e de direito, indicam que a educação da criança deve promover a aprendizagem considerando a integralidade e a indivisibilidade das dimensões de seu desenvolvimento. Consequentemente, vive-se, atualmente, um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos. A saída da esfera da Assistência Social, que se caracteriza pelo cuidar, para integrar a da Educação, que privilegia o educar (ALVES, 2011, p. 11).

Os avanços no espaço da educação infantil são significativos, mas ainda há muito a ser modificado e melhorado. Porém, é isso que torna desafiante a tarefa de atuação no contexto da creche e da pré-escola. O currículo da educação infantil está entre os desafios a serem vencidos, sobretudo quanto à implementação de propostas pedagógicas que estejam efetivamente direcionadas para a garantia de uma educação de qualidade para todas as crianças, que permita o desenvolvimento integral das mesmas.

Além do mais, é necessário que sejam consolidadas as políticas educacionais que

orienta todo o corpo docente de uma instituição de ensino, a partir da Educação Básica a reconhecer a criança como sujeito de direitos, sobretudo no tocante ao respeito à sua condição como criança que deve ser educada, cuidado e ter o direito de brincar assegurado, também, pela escola. No ponto em que se encontra, é inegável os avanços e mudanças por quais passou a educação infantil ao longo de sua trajetória. São muitos os progressos e metas alcançadas que tornam esta modalidade de ensino relevante para a formação integral dos indivíduos.

1.3 Principais Aspectos que Marcam Mudanças na Educação Infantil

As transformações que ocorrem na educação infantil, permitiu a compreensão de novas práticas pedagógicas que foram pensadas e experimentadas nos espaços de creches e pré-escolas. Foram importantes também, para levantar uma discussão entorno de aspectos inerentes ao ensino infantil, como por exemplo as relações que são estabelecidas nas instituições da educação infantil. Paschoal (2009), aponta algumas metas que precisam ser alcançadas no próximo milênio, que são as seguintes:

- 1.3.1 Recursos financeiros aplicados, exclusivamente, nesse nível de ensino;
- 1.3.1 Universalização do atendimento para todas as crianças de zero a cinco anos de idade;
- 1.3.2 Formação inicial e continuada do professor que priorize a integração entre os cuidados e a educação da criança pequena;
- 1.3.3 Projeto pedagógico adequado para essa faixa etária, que possibilite o enriquecimento das experiências infantis;
- 1.3.4 Trabalho coletivo entre a direção, coordenação, professor, demais funcionários da instituição e família das crianças ludicidade como elemento fundamental na organização do trabalho pedagógico; participação das famílias nas escolas infantis;
- 1.3.5 Espaço físico contendo mobiliário e material pedagógico adequado à idade das crianças;
- 1.3.6 Segurança física e psicológica que garanta o acolhimento a todas as crianças, inclusive às crianças especiais;
- 1.3.7 Articulação entre esse nível de ensino e os anos iniciais do ensino fundamental. (PASCHOAL, 2009, p.15).

É necessário agir para que as novas gerações tenham garantido o direito a uma educação de qualidade e efetiva no tocante ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos, desde a primeira fase de vida.

Ramos (2006) ao analisar o processo histórico da educação infantil no Brasil, conclui que a mesma tem uma trajetória de cem anos, mas somente nas últimas décadas conseguiu avanços efetivos na formação educativa das crianças. O autor justifica que:

Não há mais controvérsia sobre a importância da Educação Infantil para a criança nem sobre a necessidade social desse segmento do processo educativo. Trata-se de um fenômeno mundial e que, no Brasil, também alcança significativa expressão. A Educação Infantil pode ter significado particularmente

importante, quando se fundamenta numa concepção de criança cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento como sujeito ativo da construção do seu conhecimento. (RAMOS, 2006, p. 47).

Assim, há um duplo significado que denota a relevância da educação infantil para os indivíduos, e estes se encontram no direito da criança de ser vista como cidadã e no processo de desenvolvimento que o tornará um sujeito ativo e capaz de transformação social e pessoal, que se dará a partir da construção do seu saber.

De acordo com Amorim (2012), ao longo da trajetória da educação infantil no Brasil, pode-se mencionar os avanços alcançados na elaboração do seu currículo. No documento Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB) apresentou no ano de 2010 a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 que trata da questão curricular da educação infantil e, entre os pontos mais marcantes estão os abaixo transcritos:

- A responsabilidade que o Estado brasileiro, a sociedade e a família tem em garantir: a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, jovens e adultos na instituição educacional (art. 1º);
- A afirmativa de que as diretrizes devem ter como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola (art. 2º);
- A reafirmação da Educação Básica como direito universal e alicerce para o exercício da cidadania em plenitude e para a conquista dos demais direitos (art. 5º);
- O entendimento de que na Educação Básica é necessário considerar as dimensões do cuidar e do educar em sua inseparabilidade (art. 6º);
- A necessidade de se criar um Sistema Nacional de Educação, no qual os entes federativos são chamados a colaborar para transformar a Educação Básica em um sistema orgânico, sequencial e articulado (art. 7º);
- A relevância de que a escola elabore seu projeto político pedagógico concebido e assumido colegiadamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural (art. 10);
- O entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos (art. 13). (AMORIM, 2012, p. 9).

O currículo define aspectos preponderantes para a organização da oferta da educação infantil. São definidos, por exemplo, que a divisão do espaço de creche e pré-escola será composto de acordo com a faixa etária dos alunos, de maneira que o espaço da creche será destinado a crianças até três anos e onze meses e a pré-escola será destinada a atender crianças da fase final da creche até os seis anos de idade.

É importante que seja assim, para que sejam levadas em consideração as especificidades de cada fase da vida escolar, o que contribui de forma adequada para o desenvolvimento infantil. Sendo assim, as últimas décadas foram importantes para a educação infantil, sobretudo pela quantidade de pesquisas e trabalhos publicados pelo Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de contribuir para tornar reconhecida a infância como período relevante para o processo de aprendizagem e da formação cidadã das crianças. Para Andrade (2010):

Nos últimos anos foi significativo o número de documentos oficiais elaborados e divulgados pelo Ministério da Educação no intuito de que seja efetivada uma Política de Educação Infantil no país. Dentre os pressupostos dessa política estão o reconhecimento da infância como etapa relevante no processo de construção da cidadania, as funções indissociáveis de cuidar e educar, o oferecimento da educação infantil em complementação à ação da família, o lúdico como elemento constitutivo das práticas pedagógicas nas instituições de educação infantil, a formação adequada dos profissionais, o acesso às instituições de educação infantil e, sobretudo, a garantia de uma educação de qualidade pautada nos direitos fundamentais da infância. (ANDRADE, 2010, p. 175-176).

É certo que o resultado de trabalho e luta dos envolvidos no processo educativo do Brasil contribui para o reconhecimento da educação infantil como etapa educativa da formação escolar. Para tanto, foi necessário o rompimento com paradigmas antigos que colocavam o espaço da creche como substituto do lar e não como instituição escolar.

Duarte (2011) ressalta que:

Vislumbra-se assim, contribuir para que a primeira etapa do ensino seja reconhecida como essencial na vida escolar de qualquer criança, impulsionando a formulação e a implementação de políticas, que valorizam e corroboram para a qualidade da formação profissional. (DUARTE, 2012, p.11).

A partir das políticas em prol do processo educativo no país, permitiu aos educadores reconhecer metodologias para o ensino. A partir disso, pode-se observar mudanças significativas na prática pedagógica, de forma que o ambiente escolar passa a ser alegre, dinâmico e apto a inserir a brincadeira como parte do desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, o ambiente de sala de aula na Educação Infantil é um dos melhores espaços para se desenvolver atividades pedagógicas que envolvam jogos e brincadeiras. A modalidade de ensino da Educação Infantil é um lugar privilegiado para se inserir a temática da inclusão dos jogos e brincadeiras como alternativas para a prática educativa com crianças. Isso é possível, pelo fato do brincar está inerente à fase infantil, de maneira que a escola necessita considerar este aspecto para, com isso, facilitar o desenvolvimento da aprendizagem. (BARBOSA, 1997).

O processo de utilizar os jogos e brincadeiras nas atividades escolares é possível em razão do conhecimento de como passar o tempo, enquanto as crianças vão se desenvolvendo, as brincadeiras vão se estruturando de forma a acompanhar o crescimento físico e cognitivo do indivíduo. Significa que os professores devem considerar as fases de desenvolvimento infantil quando da utilização de determinados brinquedos e jogos. A criança de seis meses e a de três anos contam com possibilidades diversas de expressão, comunicação e de interação com o seu meio.

Ao ponto em que vão se desenvolvendo, as crianças vão adquirindo novas habilidades e se tornando capaz de compreender sua realidade e construir sua visão de mundo. (QUEIROZ, 2006).

É relevante mencionar que as brincadeiras não são momentos de simples recreação e em razão disso, os professores devem utilizá-las mediante um objetivo que resulte na aprendizagem de determinado conceito ou competência. Para que a brincadeira resulte em aprendizagem de forma efetiva é preciso que o professor tenha total segurança na sua intervenção. Durante a realização de atividades pedagógicas que envolverão jogos e brincadeiras, o professor terá de conhecer a brincadeira que irá propor, terá que participar da brincadeira e exercer o papel de observador para conhecer as correlações feitas pela criança entre o mundo real e o mundo de fantasias que cria enquanto brinca. Sendo assim, verifica-se que nos novos rumos tomados pela educação infantil o brincar torna-se direito das crianças, de maneira que a escola deve incluir atividades lúdicas no cotidiano de sala de aula, de maneira que os jogos e brincadeiras façam parte do currículo pedagógico da instituição de ensino, o que resultará num processo educativo diversificado tornando o ambiente escolar mais prazeroso, já que o lúdico é parte da vida infantil.

Os educadores podem se valer dos jogos e brincadeiras em sala de aula para ajudar as crianças a compreender aspectos socioculturais do seu meio, de forma que a escola cumpra o seu papel de formadora do ser integral, ou seja, de indivíduos críticos e capazes de conhecer sua realidade, de modo a ser capaz de refletir sobre esta realidade podendo desenvolver competências para transformá-la. Com isso, a brincadeira no cotidiano escolar se torna um instrumento utilizado pelos alunos para reconhecer os padrões culturais adotados pelo mundo social do qual é parte, sendo a partir disso que a convivência social é aprendida. Outro fator bastante valorizado no novo panorama que se deslumbra no campo da educação infantil, à afetividade no ambiente da creche e da pré-escola. No RCNI (BRASIL, 1998), consta que:

Em se tratando de crianças tão pequenas, a atmosfera criada pelos adultos precisa ter um forte componente afetivo. As crianças só se desenvolverão bem, caso o clima institucional esteja em condições de proporcionar-lhes segurança, tranquilidade e alegria. Adultos amigáveis, que escutam as necessidades das crianças e, com afeto, atendem a elas, constituem-se em um primeiro passo para criar um bom clima. As crianças precisam ser respeitadas em suas diferenças individuais, ajudadas em seus conflitos por adultos que sabem sobre seu comportamento, entendem suas frustrações, possibilitando-lhes limites claros. Os adultos devem respeitar o desenvolvimento das crianças e encorajá-las em sua curiosidade, valorizando seus esforços. (BRASIL, 1998, p. 67).

A interação entre o professor e o aluno é, na atualidade, considerada importante para a aprendizagem desde a primeira fase da vida escolar. Para tanto, é preciso

habilidade e motivação dos professores para cuidar e educar as crianças no espaço da creche e pré-escola de forma satisfatória. Para Souza (2014):

Compreende-se que o profissional da educação infantil deve estar preparado tanto em sua formação acadêmica quanto na realização de suas práticas pedagógicas para trabalhar de forma construtiva para atender as necessidades e o desenvolvimento da criança, porém este profissional ainda está em fase de crescimento para a sua formação acadêmica e reformas para seu modo de atuar pedagogicamente com práticas indissociáveis do cuidar e educar, e a verdadeira relevância e significação da atuação para a criança. (SOUZA, 2014, 49).

Os novos rumos tomados pela educação infantil no Brasil são marcantes para o processo de formação escolar dos indivíduos. A valorização da brincadeira e do afeto são elementos que fazem parte do cotidiano de todas as crianças e, levar isso a escola, é umas ações mais interessante e efetivas para a oferta da.

CAPÍTULO II: LUDICIDADE, APRENDIZAGEM E PÁTICA DOCENTE

O estudo da importância da ludicidade para a aprendizagem infantil, já faz parte do currículo da educação infantil. Muitos dos teóricos da Educação compreendem que o lúdico tem relevância para o processo de ensino e aprendizagem por facilitar que a criança que estabeleça associações entre a brincadeira e a sua percepção da realidade.

O brincar refere-se à linguagem da criança que mantém uma ligação fundamental com o brinquedo e o mundo ao qual está inserida. Esta ligação ocorre a partir do instante em que a criança entra no mundo de fantasia e deste extrai conhecimento através de uma linguagem simbólica. Nesse sentido, o professor tem a função de auxiliar o aluno a tomar consciência do que é real e o que faz parte da imaginação infantil. Brincando a criança toma posse de elementos da realidade imediata, de uma maneira a oferecer-lhes significados novos. Assim, a inclusão do lúdico no ambiente educativo permite a ocorrência da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. (BRASIL, 1998).

Criar espaços para a brincadeira na escola é fazer uso da ludicidade para alcançar aprendizagem, de modo mais criativo e prazeroso para a criança. Significar dizer que, o lúdico facilita aos alunos da educação infantil a desenvolver habilidades, entres estas a imaginação, a criatividade e a percepção de mundo.

Neste capítulo, pretende-se estudar acerca da utilização da ludicidade como ferramenta de trabalho do educador para a aprendizagem dos alunos, verificando o papel do professor à medida que o lúdico faça parte do seu plano de aula e das suas atividades cotidianas.

Nesse contexto, a ação do professor é mediar a brincadeira e o uso do brinquedo pela criança, buscando lhe auxiliar na autonomia e compreensão da realidade social a qual está inserida. A partir da orientação do professor, o aluno vai, de maneira gradual aprendendo e realizando suas atividades escolares. Kishimoto 92010, p.9), apresenta um exemplo desta ideia ao afirmar que: “Com o apoio da professora, crianças de 2 anos exploram os objetos de forma autônoma, mas são orientadas a guardar, após o uso, nas sacolas com identificação, os objetos do mesmo tipo.” Assim, o professor tem papel preponderante da mediação entre ludicidade e aprendizagem.

2.1 Relevância do Lúdico para a Educação Infantil

Na antiguidade, os gregos utilizavam o jogo como divertimento e desenvolvimento das capacidades físicas. Em razão disso, o lúdico não possuía o caráter sério que lhe

é conferido na atualidade. Esta seriedade dada à ludicidade no ambiente escolar foi resultado das pesquisas de Froebel, no ano de 1926 quando suas ideias vieram a público com a proposta para a Educação Infantil justificando que a infância é uma fase crucial para aprendizagem dos indivíduos. Neste sentido, o pesquisador citado, desenvolveu estudos que demonstravam a importância do brinquedo para a aprendizagem pelas crianças. (MENESES, 2009).

A utilização de atividades lúdicas pelos professores no ambiente escolar corresponde às práticas que envolvem jogos e brincadeiras. Estas práticas são reconhecidas como relevantes para o desenvolvimento educacional do indivíduo. Um dos aspectos favorecidos pelo uso dos jogos e brincadeiras pelo professor é a possibilidade de este compreender o comportamento do aluno perceber elementos da sua personalidade. (KAUFMANN-SACHETTO, 2011).

Conforme ressalta Meneses (2009), o primeiro teórico a reconhecer a importância da ludicidade para o processo de ensino e aprendizagem das crianças foi Froebel. A partir dos estudos de Froebel (1926) a Educação Infantil passa a adotar os jogos e brincadeiras como parte do método educativo, considerando que o contato com o brinquedo e outros materiais como bolas, cubos facilitaria a compreensão por parte das crianças de conteúdos escolares, como por exemplo, utilizando brinquedos de montar e desmontar facilitaria a aquisição de noções matemáticas. Portanto, a inserção dos jogos e brincadeiras no ambiente escolar só foi possível em razão dos estudos de Froebel que contribuiu de forma efetiva para dinamizar e tornar prazeroso o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil.

Segundo Gusso (2005) a brincadeira é um evento inerente à criança. A brincadeira faz parte do dia a dia infantil, de forma que é brincando que as crianças aprendem sobre o mundo dos adultos. Ao longo da fase infantil o indivíduo utiliza a brincadeira e jogos simbólicos para conhecer a realidade que o cerca. Além disso, o brincar tornou-se direito das crianças com a promulgação da Lei Federal de nº 8069/90, que compõe os princípios de proteção integral à criança e ao adolescente.

Para Moraes Maria (2009), a ludicidade no ambiente escolar facilita a aprendizagem de modo a contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo; contudo, precisa ocorrer na medida certa. Significa dizer que os educadores precisam considerar os objetivos escolares na utilização de jogos e brincadeiras no espaço de sala de aula. Portanto, é necessário estabelecer os momentos da brincadeira espontânea e os momentos do brincar com a finalidade de desenvolver habilidades educativas.

De acordo com Gusso (2005) a utilização da brincadeira com o objetivo de aprendizagem precisa fazer parte do cotidiano da escola, de modo que o brincar seja

reconhecido como uma ferramenta pedagógica propícia ao desenvolvimento infantil. É através da brincadeira que percepção da realidade que cerca a criança é construída por ela que, ao brincar, elabora projeções do mundo real. Este autor acrescenta que:

Trabalhar com o lúdico é bom e necessário, pois o professor pode utilizá-lo como instrumentos para prevenir, diagnosticar, mediar e intervir no desenvolvimento integral da criança, ou até mesmo do grupo. Mas para que isso aconteça, é preciso um planejamento criterioso do que, como e de que forma efetivar esse trabalho pedagógico, aliando o lúdico com uma proposta de aprendizagem significativa. (GUSSO, 2005, p. 244).

Porém, ainda há resistências de professores que defendem os princípios do método tradicional de ensino e se mostram indiferentes à utilização do lúdico no espaço escolar. A brincadeira não era considerada uma prática pedagógica, em razão de a escola compreender que para aprender a criança precisa de silêncio e disciplina, de maneira que os alunos tenham que se manterem imóveis e disciplinados, para que não ocorra bagunça, no ambiente de sala de aula. Dessa forma, a interação por parte do aluno não acontecia, contrariando a ideia de que este é um ser ativo e participativo na construção de seu saber. (SCHULZ, 2006).

A possibilidade de integração da criança ao ambiente escolar por meio da brincadeira é defendida também por Santos (2013) que justifica que a ação de brincar no ambiente escolar se faz de suma importância, pelo fato das brincadeiras representarem a oportunidade de livre expressão pela criança, de forma que este fato contribui para facilitar o desenvolvimento infantil. Contudo, é necessário haver uma flexibilização das atividades educativas, facilitando a convivência dos alunos com meio de forma a lhe garantir segurança para manifestar e elaborar suas habilidades espontaneamente.

2.2 A Inclusão do Lúdico no Ambiente Escolar

A escola deve incluir a ludicidade no seu programa escolar cada vez mais cedo, já que nos dias de hoje as crianças chegam à escola muito cedo e é natural que o lúdico seja utilizado como instrumento de intervenção educativa. (KAUFMANN- SACHETTO, 2011).

Um aspecto importante que os professores precisam considerar refere-se ao interesse do aluno nas atividades propostas em sala de aula. A aprendizagem só ocorre de fato se o aluno sentir motivação para realizar o que lhe foi solicitado pelo professor. Gusso (2005) assegura que:

Faz-se necessário ressaltar que em todas as atividades, a criança só aprende se o que estiver fazendo for interessante e ao mesmo tempo desafiador, caso contrário, será apenas uma atividade rotineira e mecânica. Nesse sentido, não

A partir desta perspectiva, considera-se a utilização do jogo e da brincadeira no ambiente escolar como um momento de expressão da criatividade, da fantasia e do entretenimento e da aprendizagem. Isso se faz necessário pelo fato de a criança aprender brincando e se a brincadeira for interessante o aprender ser facilitado.

Para tanto, o professor deve escolher as brincadeiras a serem utilizadas em sala de aula, planejar a inclusão das brincadeiras no seu plano de aula, ter domínio da brincadeira que irá propor aos alunos, observar as formas de interação dos alunos enquanto brinca. (SCHULZ, 2006).

Portanto, a inclusão dos jogos e brincadeiras nas atividades desenvolvidas em sala de aula precisa acontecer de maneira haja uma interação entre professor e aluno. O papel do educador nessa interação é de facilitador da aprendizagem a partir da utilização do brinquedo e do brincar no espaço escolar. O ambiente para exploração do lúdico será preparado pelo professor que deve assegurar que as crianças possam se movimentar e usar a brincadeira de forma espontânea e com isso faça descobertas, desenvolva habilidades e a sua percepção de mundo. (VECTORE, 2003).

No documento Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI - volume 2 - há a indicação de que para a inclusão da brincadeira no ambiente escolar é necessário que os professores organizem o espaço de forma a oferecer possibilidade de a criança desenvolver a imaginação. Para tanto, o local precisa ser separado, com os brinquedos adequados às brincadeiras que serão propostas durante as atividades lúdicas. Neste ambiente o que será estimulado é o faz de conta, já que é através deste recurso que permite a elaboração de ações simbólicas. Em razão disso, os brinquedos e materiais que serão utilizados nas atividades lúdicas devem ser postos de forma ordenada, para que a criança os utilize de modo significativo para a aprendizagem e representação da realidade a qual está inserida. (BRASIL, 1998).

É preciso compreender que ao incluir os jogos e brincadeiras no ambiente escolar, os educadores levem em consideração a autonomia da criança e a capacidade inata de fantasiar. Por isso, é importante permitir que a criança utilize fantasias, dramatizações, danças e cantigas e outros tipos de manifestações artísticas que são facilitadoras da ludicidade no espaço de sala de aula. Apesar de ter que considerar que a criança tem vontade própria e capacidade de decidir por este ou aquele brinquedo, este ou aquele jogo, é interessante que as atividades lúdicas tenham o objetivo de auxiliar o aluno no seu processo de ensino e aprendizagem. Este é o desafio a que os professores se veem diante na atualidade. (SCHULTZ, 2006).

A brincadeira é resultado das representações simbólicas que a criança elabora. Significa que existe uma diferenciação entre as ações do real e da imaginação. É por esta via que a criança percebe os eventos do mundo real e os reproduz por meio das brincadeiras. Desta maneira, a brincadeira é a reprodução da realidade da qual a criança é parte integrante, de forma que ao chegar à escola, a criança traz consigo experiências que vivencia no seu cotidiano familiar e social. (BRASIL, 1998).

Sendo assim, verifica-se que o brincar é parte essencial da vida infantil e, em razão disso, deve ser incluído no currículo escolar durante a modalidade de ensino infantil. As atividades lúdicas são relevantes para criança em fase de educação infantil, pois é possível levar o aluno a aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades que utilizem o brinquedo e a brincadeira como recurso pedagógico. Sobre esta questão Meneses (2009) enfatiza que:

A utilização do brinquedo com a finalidade pedagógica na educação infantil é importante para pensar na relevância existente na utilização desses materiais no processo de desenvolvimento da criança e também de sua aprendizagem. Quando se trata de crianças no nível pré-escolar, o fato de que elas aprendem de modo intuitivo durante os processos de interação com as ações que acontecem ao seu redor e o brinquedo pode interferir de forma positiva no momento dessa aprendizagem. (MENESES, 2009, p.32).

Quanto mais cedo à criança chega à escola, mas será importante para esta, a utilização do brinquedo e das brincadeiras para a aprendizagem, já que como foi citado, este é um processo que ocorre de maneira intuitiva, enquanto a criança interage no ambiente de sala de aula e esta interação é um dos fatores desencadeantes do desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Não somente para o processo de ensino e aprendizagem, mas também para o aprender a lidar com as emoções é desencadeado pelas atividades lúdicas, de modo que ao representar situações da realidade que envolvem os sentimentos resulta no amadurecimento de atitudes que serão importantes para a formação de um adulto responsável e capaz de tomar decisões importantes para a vida. É, ainda, em razão disto que a ludicidade é bastante proveitosa às atividades escolares, pois é um facilitador para a função desempenhada pela educação de formadora dos cidadãos. (KAUFMANN-SACHETTO, 2011).

Os jogos brincadeiras tem também caráter de socialização da criança ao seu mundo. Quando brincam, as crianças fazem representações das experiências sociais que testemunham e das quais são parte. Portanto, as regras sociais, as interações, os diálogos são estabelecidos pelas crianças durante a efetivação dos jogos e brincadeiras no espaço escolar. Por isso, é essencial o planejamento de atividades lúdicas pelo professor, considerando a realidade, os interesses e as prioridades das crianças dentro do ambiente da Educação Infantil. (MORAIS MARIA, 2009).

É importante frisar que a brincadeira não deve ser vista como um passatempo pelo professor. A brincadeira no espaço escolar deve ser orientada para a aprendizagem, já que é um excelente instrumento de desenvolvimento da criança, sobretudo no que se refere aos aspectos cognitivos, físico, social, cultural e emocional.

A partir do brincar, as crianças crescem e aprendem, além de desenvolver habilidades. Com o passar dos anos as brincadeiras vão se modificando conforme os interesses infantis, porém o brincar estará presente ao longo da vida infantil. (MACHADO, 2015).

2.3 Ludicidade e Aprendizagem: O Professor como Mediador do Processo

A partir do exposto, a escola não poderá dissociar aprendizagem da brincadeira e dos jogos, de maneira que as atividades lúdicas devem compor o programa curricular referente a metodologia pedagógica efetuada pelos professores da modalidade de ensino Educação infantil. O processo de utilizar os jogos e brincadeiras nas atividades escolares é possível em razão do conhecimento de que com o passar o tempo, enquanto as crianças vão se desenvolvendo, as brincadeiras vão se estruturando de forma a acompanhar o crescimento físico e cognitivo do indivíduo. Significa que os professores devem considerar as fases de desenvolvimento infantil quando da utilização de determinados brinquedos e jogos. A criança de seis meses e a de três anos contam com possibilidades diversas de expressão, comunicação e de interação com o seu meio. Ao ponto em que vão se desenvolvendo, as crianças vão adquirindo novas habilidades e se tornando capaz de compreender sua realidade e construir sua visão de mundo. (QUEIROZ, 2006).

Nesse contexto o professor voltará sua prática para a mediação. A função do professor na inclusão dos jogos e brincadeiras no currículo da Educação Infantil será de mediador entre o brincar e a utilização do brinquedo e as crianças.

Um aspecto que deve ser considerado refere-se à relevância da mediação para o crescimento dos alunos, de modo que o brinquedo, o jogo e a brincadeira sirvam de recurso mediador entre a criança e sua aprendizagem. O professor pode fazer uso desta alternativa educativa para intervir de maneira reflexiva no processo educativo dos educandos. (VECTORE, 2003).

Assim, os jogos e brincadeiras são alternativas pedagógicas que através do processo de mediação entre o professor e os alunos, tem a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino a aprendizagem desde a modalidade de ensino da Educação Infantil. Além de auxiliar na aprendizagem, as atividades lúdicas devem proporcionar as crianças momentos de prazer, de oportunidade de

viver a fantasia que são características da fase infantil, de modo que não se pode pensar a infância dissociada do brincar e do brincar.

A partir de uma problematização da questão da inclusão da ludicidade no ambiente escolar como parte da prática pedagógica, pretende-se analisar um aspecto, ainda presente no espaço de sala de aula que é a resistência de alguns professores que não conseguem perceber a importância do brincar para a aprendizagem.

Isso decorre do fato de que a educação formal não aceitou de pronto que a ludicidade e a aprendizagem poderiam se tornar aliadas em prol do desenvolvimento infantil. A influência do tradicionalismo educativo, faz com que a brincadeira ainda ser vista como divertimento. A importância da brincadeira para a aprendizagem foi estudada por teóricos como Vygotsky (1896-1934) e Piaget (1896-1980), que defenderam o pressuposto de que no primeiro período de vida escolar é necessário desenvolver as capacidades criativas da criança, de maneira que isso pode ser realizado, utilizando-se do brincar e da brincadeira no ambiente escolar. (LIRA, 2014).

A partir disso, a ludicidade passa a ser considerada como parte da prática pedagógica e capaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem infantil. Assim, os educadores da educação infantil passam a elaborar seus planos de aula incluindo atividades que contêm o brincar e a brincadeira como recurso pedagógico.

É interessante que os professores compreendam a importância do brincar para a criança, de maneira que esta é a principal atividade diária. A brincadeira tem papel socializador para a criança. A partir do brincar a criança aprende a tomar decisões, a expressar sentimentos e valores, além de conhecer a si mesma, aos outros e ao mundo que a cerca. É brincando que a criança experimenta situações que lhes são prazerosas a fazem desenvolver seus sentidos, pois brincar é uma forma de exploração do mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, conforme explica Kishimoto (2010), que afirma que a brincadeira facilita a construção da identidade infantil e isso ocorre no plano da imaginação lugar aonde o brincar se protagoniza a partir da mobilização dos significados.

Com isso, a brincadeira se torna o universo da criança e o instrumento pelo qual esta se torna capaz de se expressar e interagir com o mundo real, já que a brincadeira é parte da imaginação infantil. O espaço escolar precisa estar apto a colocar a brincadeira como ferramenta educativa, visto que é preciso compreender os limites entre a livre brincadeira e o brincar dirigido para um fim pedagógico. Assim, a brincadeira dirigida é a que serve ao fazer pedagógico, pois por meio desta a aprendizagem pode acontecer de forma eficaz e prazerosa para a criança.

No documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI

(1998), há a indicação de que a linguagem infantil é expressa por meio da brincadeira. A apropriação de símbolos reais pela criança, ocorre enquanto esta brinca. Sendo assim, a criança utiliza a brincadeira para imitar as vivências do mundo adulto do qual é parte. A observação da criança brincando, permite verificar a repetição destas vivências, visto que, por meio da imaginação e da fantasia, a criança reproduz situações do cotidiano adulto. Esse fato, resultará no desenvolvimento das habilidades afetivas, cognitivas, sociais e culturais do indivíduo.

Para a inclusão da brincadeira no currículo escolar é essencial que os educadores conheçam a criança e seu estágio de desenvolvimento. Um aspecto muito importante recomendado por Kishimoto (2010), é que o professor deve conhecer qual brincadeira e brinquedo são adequados à criança, visto que há bebês que são atendidos em creches. Além destas, a autora faz algumas recomendações interessantes, tais como a consideração de que as crianças chegam à escola enviadas por famílias com costumes e hábitos diversos, assim o grupo étnico da criança deve ser considerado pelos professores. É necessário prestar atenção, ainda, no interesse da criança pelos brinquedos, de forma que esses devem ser trocados quando quebram ou quando deixam de ser interessantes. Seguir as o recomendado pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), também é fundamental para a segurança da criança enquanto brinca e aprende. A escolha dos brinquedos deve considerar aspectos como: durabilidade, atração para a criança e adequado à idade. Deve ainda, atender a diversidade racial e que seja evitada a indução de discriminação de gênero, classe social e etnia.

Diante do exposto, Kishimoto (2010) indica que é preciso considerar os seguintes aspectos no processo de introdução do brinquedo no currículo escolar:

- TAMANHO: o brinquedo, em suas partes e no todo, precisa ser duas vezes maior e mais largo do que a mão fechada da criança (punho);
- DURABILIDADE: o brinquedo não pode se quebrar com facilidade — vidros e garrafas plásticas são os mais perigosos;
- CORDAS E CORDÕES: esses dispositivos podem enroscar-se no pescoço da criança;
- BORDAS CORTANTES OU PONTAS: brinquedos com essas características devem ser eliminados;
- NÃO TÓXICOS: brinquedos com tintas ou materiais tóxicos devem ser eliminados, pois o bebê os coloca na boca.
- NÃO INFLAMÁVEL: é preciso assegurar-se de que o brinquedo não pega fogo;
- LAVÁVEL, FEITO COM MATERIAIS QUE PODEM SER LIMPOS: essa recomendação se aplica especialmente às bonecas e brinquedos estofados;
 - DIVERTIDO: é importante assegurar que o brinquedo seja atraente e interessante. (KISHIMOTO, 2010, p. 2).

A inclusão do brincar na educação infantil é analisada sob o ponto de vista da Legislação, a partir dos artigos 9º, 10º, 11º e 12º contidos nas Diretrizes Curriculares

de Educação Infantil.

Assim, é também Kishimoto (2010) a apresentar os eixos norteadores das práticas pedagógicas contidas no artigo 9º e que denominou de as interações e a brincadeira, visto que não é possível se pensar no brincar sem que haja interações, que são as seguintes:

- Interação com a professora — O brincar interativo com a professora é essencial para o conhecimento do mundo social e para dar maior riqueza, complexidade e qualidade às brincadeiras. Especialmente para bebês, são essenciais ações lúdicas que envolvam turnos de falar ou gesticular, esconder e achar objetos.
- Interação com as crianças — O brincar com outras crianças garante a produção, conservação e recriação do repertório lúdico infantil. Essa modalidade de cultura é conhecida como cultura infantil ou cultura lúdica.
- Interação com os brinquedos e materiais — É essencial para o conhecimento do mundo dos objetos. A diversidade de formas, texturas, cores, tamanhos, espessuras, cheiros e outras especificidades do objeto são importantes para a criança compreender esse mundo.
- Interação entre criança e ambiente — A organização do ambiente pode facilitar ou dificultar a realização das brincadeiras e das interações entre as crianças e adultos. O ambiente físico reflete as concepções que a instituição assume para educar a criança.
- Interações (relações) entre a Instituição, a família e a criança — A relação entre a instituição e a família possibilita o conhecimento e a inclusão, no projeto pedagógico, da cultura popular e dos brinquedos e brincadeiras que a criança conhece. (KISHIMOTO, 2010, p. 3).

A partir do conhecimento das interações indicadas para a inclusão do brincar do currículo escolar, os professores podem melhor se preparar para incluir no seu plano de aula a brincadeira como ferramenta pedagógica, sem esquecer que é parte principal do processo já que terá o papel de mediar o processo de brincar e aprender.

A brincadeira e o brinquedo são defendidos por Vygotsky como ferramentas para aquisição do conhecimento, a partir do ponto em que a criança cria, entre ela e estas ferramentas uma Zona de Desenvolvimento Proximal. A Zona de Desenvolvimento Proximal contribui para que a criança aprenda com o auxílio de um mediador, que pode ser o professor. No decorrer da fase infantil a criança vai alcançando períodos de desenvolvimento até se tornar apta a interagir, de forma direta, com seu meio social.

Porém, a ludicidade não só se limita ao brincar e ao brinquedo, mas também aos jogos. Um dos teóricos que se destacaram na formulação de teorias que defendem a importância dos jogos no desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais foi Piaget (1879-1902) que analisou o processo de evolução psicológica da criança e defendeu o pressuposto de que o desenvolvimento ocorre a partir de eventos sociais e não físicos como era anteriormente aceito. Para este autor, o

aspecto emocional tem influência na aprendizagem, de maneira que o estabelecimento das relações de afetividade precisa ser presente no ensino, por contribuir para o desenvolvimento do indivíduo. Assim, de acordo com Luiz (2015), Wallon (1879-1902) apresenta as suas quatro fases que compõem o processo de aprendizagem da criança por meio dos jogos:

Jogos Funcionais: São caracterizados por realizar movimentos simples com o corpo, por meio dos sentidos. A criança irá reconhecer o prazer em executar funções, possibilitando de pôr em ação/prática as várias e novas aquisições adquiridas pela evolução da motricidade. Essas atividades são caracterizadas como “lei do efeito”, ou seja, a criança quando realiza uma ação agradável, ela tende a repetir buscando o prazer através da repetição. Exemplos: mover os dedos, tocar objetos, produzir ruídos e sons, dobrar os braços ou as pernas, entre outras.

Jogos de Ficção: A ênfase será no “faz de conta”, na situação imaginária. A criança irá representar/ imitar situações, papéis do seu cotidiano. Exemplos: imita os adultos, brinca de imitar a escolinha. A interpretação nesta atividade será ampliada.

Jogos de Aquisição: Quando o bebê se esforça para perceber, entender, imitar os gestos, os sons, imagens. Esta atividade relaciona com a capacidade de olhar, escutar e realizar esforços que contribuam para a compreensão.

Jogos de Fabricação: A criança irá distrair-se, se divertir com atividades manuais de criar, combinar, juntar e transformar. Estes jogos fazem parte de causa ou consequência do jogo de ficção, podendo se confundir no mesmo. Exemplo: Quando a criança cria e improvisa o seu brinquedo. Esses brinquedos serão a maioria “vinda” da vida fictícia. (LUIZ, 2015, p. 5).

Os jogos são relevantes, pelo fato de facilitar a criança memorizar, enumerar, socializar e perceber de modo sensorial, as diversas vivências do mundo real. Conforme os estudos de Wallon, os jogos têm função de progressão funcional para a criança, uma vez que para o adulto tem função contrária, ou seja, de regressão. Dessa forma, ao passo que o adulto vai se afastando, cada vez mais, das atividades lúdicas a criança se aproxima.

Diante disso, os jogos e brincadeiras passam a ter sentido pedagógico, tornando-se excelentes alternativas de ensino e aprendizagem. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI ressalta que para que o aluno assuma determinada função numa brincadeira solicitada pelo educador no espaço de sala de aula, é preciso que o professor leve em consideração o conhecimento prévio que a criança leva para a escola e que é adquirido a partir de sua convivência familiar e social. Desta forma, verifica-se que os jogos e brincadeiras tem também uma função socializadora, pois se torna fonte de estabelecimento de vínculos entre o indivíduo e o meio social ao qual está inserido. (BRASIL, 1998).

A partir do exposto, verifica-se que a ludicidade tem relevância no desenvolvimento infantil, pois contribui para produzir transformações internas que são eficazes para o processo de ensino e aprendizagem que, por conseguinte, resulta na construção de conhecimento. É por meio da brincadeira que a criança reproduz

elementos culturais e aprende quais papéis irá desempenhar no âmbito social como cidadã. Com isso, a utilização dos jogos e brincadeiras no espaço escolar vai além da aprendizagem pedagógica, mas da assimilação dos padrões socioculturais. Para Tristão (2010):

Através da atividade lúdica e do jogo, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando. A convivência de forma lúdica e prazerosa com a aprendizagem proporcionará à criança estabelecer relações cognitivas com as experiências vivenciadas, bem como relacioná-las às demais produções culturais e simbólicas conforme procedimentos metodológicos compatíveis com essa prática. (TRISTÃO, 2010, p. 17).

O aspecto do prazer que a ludicidade proporciona, é interessante à prática docente, pelo fato de tornar a aula mais dinâmica e atrativa para os alunos. A brincadeira significa para a criança um fator motivador para a sua permanência e gosto por frequentar a escola.

Para uma melhor compreensão de tudo o que já foi exposto até aqui, pode-se elaborar um esquema elucidativo que demonstra o papel do brinquedo para a aprendizagem e a prática docente, com base nos pressupostos expostos por Kishimoto (2010):

- O brinquedo tem papel importante no desenvolvimento da infantil que vai além do que se convencionou acreditar que seria oferecer prazer à criança;
- A brincadeira é o mundo da criança e é o meio pelo qual está se expressa e interage com a sua realidade;
- A escola deverá desenvolver as habilidades e poderá utilizar o brinquedo e brincadeira como recursos pedagógicos;
- É através da brincadeira que a criança faz descobertas e reconhece aspectos do mundo real;
- Brincando a criança reproduz os elementos de sua cultura e assimila os papéis que irá desempenhar no seu meio social como sujeito cidadão;
- Ao introduzir o brinquedo e a brincadeira no ambiente escolar o professor deve mediar a ação, mostrando os brinquedos, explicando as normas da brincadeira e auxiliando o aluno a alcançar a aprendizagem a partir da atividade proposta;
- O papel do professor na introdução do brinquedo e da brincadeira no espaço de sala de aula é preponderante;
- O professor será o indivíduo adulto que irá escolher a brincadeira, organizar o ambiente para o desenvolvimento desta e cuidar para a aprendizagem aconteça;
- A função de facilitador entre a aprendizagem e a brincadeira refere-se aos

objetivos que se deseja alcançar na elaboração de atividades que envolvam o brinquedo e a brincadeira como instrumentos pedagógicos;

- A introdução do brinquedo e da brincadeira no espaço de sala de aula contribui de forma efetiva para a aprendizagem das crianças, além de tornar a aula prazerosa, já que o brincar é uma atividade natural para os indivíduos em tenra idade;
- É fundamental que o professor seja capacitado e conscientizado acerca da questão do brincar no espaço educativo, de modo que a utilização do brinquedo e da brincadeira tenham efetivamente natureza pedagógica, já que se trata de algo que sempre esteve ligado à recreação e que passou a fazer parte da prática docente em período recente.

O grande desafio, é fazer com que o educador reconheça a importância da ludicidade para a sua prática docente e rompa com o tradicionalismo educativo e passe a incluir no seu plano de aula atividades lúdicas e as coloque em prática efetivamente. A brincadeira é introduzida no espaço da educação infantil, também pelo fato desta ser inerente à infância. Não há melhor ambiente para brincar, ou seja, o pátio da escola ou no lar. A sala de aula também pode ser local propício à brincadeira, de maneira que seja aproveitado este momento para a construção do conhecimento. Nesse sentido, os professores poderão aproveitar o interesse do aluno pela brincadeira para com isso facilitar a aprendizagem e o gosto por aprender e pela escola.

Do ponto de vista legal, a inclusão da ludicidade no currículo da educação infantil é proposta por órgãos que regulamentam a educação no país. No documento Referenciais Curriculares para a Educação Infantil – RCNEI (1998), há dados relevantes sobre a relevância de conscientização dos educadores para o papel que o brincar desempenha na aprendizagem da criança. Dessa maneira, compreende-se que a brincadeira é um meio de expressão da linguagem infantil, de maneira que coloca a criança em dois mundos: o real e o imaginário. (CARVALHO, 2005).

Sobre a conscientização do professor no documento publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e mencionado no parágrafo anterior, consta o seguinte:

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa. Nessa perspectiva não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças. Pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente aqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência que as crianças não estarão brincando livremente nestas situações, pois há objetivos didáticos em questão. (BRASIL, 1998, p. 29).

A questão de diferenciação entre a brincadeira livre e a brincadeira dirigida para a aprendizagem, deve ser uma preocupação dos professores que precisam elaborar atividades que tenham o brincar, o brinquedo e o jogo como instrumentos pedagógicos voltados para objetivos didáticos.

Trata-se de aprender a partir de situações orientadas, que são situações que irão depender da intervenção dos professores. Esta intervenção se faz, de maneira direta e tem por finalidade auxiliar o aluno a trabalhar com conhecimentos diversos. Este é um processo de mão dupla, que permite ao aluno participar de forma efetiva, já que seus interesses são considerados, tanto que nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil – RCNEI (1998), há a consideração de que para que a aprendizagem se efetive é necessário que o professor reconheça os seguintes aspectos:

- a interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
- os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas ideias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
- a individualidade e a diversidade;
- o grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;
- a resolução de problemas como forma de aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 30).

Para a organização do trabalho educativo é necessário que os professores atentem para as considerações acima transcritas, que são básicas para a construção do conhecimento. Assim, é importante considerar a interação, a individualidade e a diversidade, assim como o conhecimento prévio, a capacidade de solucionar problemas e o reconhecimento da realidade da criança.

Nesse contexto, é imperioso que os professores busquem a contínua formação. Será a partir da formação e do conhecimento dos parâmetros desenvolvidos para o exercício da educação infantil que será possível ao educador promover uma educação de qualidade. É interessante mencionar que quanto ao processo de qualificação profissional de professores de creches e pré-escolas o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB prevê que todos os docentes que atuam nesta modalidade de ensino tenham formação superior, o que se refere a uma recente conquista.

A preparação do professor para a inclusão da ludicidade na sua prática é fundamental, pois terá que adquirir a habilidade de não só escolher as brincadeiras, preparar o ambiente, mas saber brincar, interagir com as crianças e saber utilizar

todos os tipos de brincadeiras e materiais à sua disposição com o fim de dinamizar suas aulas e à aprendizagem dos seus alunos. Para Caputti (2007):

A educação infantil deve respeitar a criança como um todo e assim promover o seu desenvolvimento integral e é por isso que não se deve levar à padronização de hábitos que não são mais utilizados pelos professores. Os professores devem resgatar atividades de brincar de maneira global, utilizando com um antecedente da aprendizagem que virá como a alfabetização. Utilizando muitas vezes os jogos e brincadeiras, os professores poderão estimular às crianças para uma aprendizagem muito mais fácil. (CAPUTTI, 2007, p. 1).

A figura do professor na inclusão da ludicidade no espaço da educação infantil é parte fundamental, para que a aprendizagem ocorra de forma adequada. A escolha e organização das brincadeiras e dos brinquedos é feita de forma a considerar a os interesses de cada aluno, suas vivências e conhecimentos. Kishimoto (2013), justifica que é necessário compreender os seguintes aspectos referentes à relação entre a criança e o brinquedo:

Brinquedos e materiais para bebês que ficam deitados;
Brinquedos e materiais para bebês que sentam;
Brinquedos e materiais para bebês que engatinham;
Brinquedos e materiais para bebês que andam;
Organização do brinquedo como direito da criança.
(KISHIMOTO, 2013, p. 5).

A atenção aos pressupostos expostos na citação acima, são relativos à organização do trabalho educativo com a inclusão de brinquedos e brincadeiras para crianças de 0 a 1 ano de idade, o que chama a atenção para a observação do período de vida da criança quando da preparação das atividades lúdica. Já a escolha de brinquedos para crianças de 1 ano e meio a 3 anos, autora acima mencionada apresenta as seguintes orientações:

a) Segundo ano

2.2.1.1 Observar brinquedos e materiais que permanecem na área interna e externa da instituição de Educação Infantil.

2.2.1.2 Evidenciar o papel do adulto na brincadeira com objetos e na reorganização dos brinquedos.

2.2.1.3 Propor atividades coletivas com agrupamentos de crianças de 1 a 2 anos.

2.2.1.4 Pensar no conforto para a professora durante a observação de suas crianças.

b) Terceiro ano

Evidenciar a modalidade de brincadeira mais importante desse período – o faz de conta – que é a atividade principal da criança, que expressa com seus pares a cultura lúdica/cultura de pares. (KISHIMOTO, 2013, p. 5).

Uma informação interessante, trazida por Kishimoto (2013), refere-se à preocupação com o conforto da professora, o que reforça a importância do papel desta no processo de organização do trabalho educativo.

Sobre a escolha das brincadeiras e do brinquedo para o trabalho educativo em creches e pré-escolas, o Ministério da Educação publicou o Manual de Orientação

Pedagógica, intitulado de Brinquedos e Brincadeiras de Creches (BRASIL, 2012), que tem a finalidade de orientar a seleção, a organização e a utilização de brinquedos e brincadeiras nas creches, cujo atendimento é voltado para crianças com idade de 0 e 3 anos e 11 meses, assim como atende crianças com idade de 5 anos e 11 meses. Nesse contexto, a inclusão de brinquedos e brincadeiras nos espaços da educação infantil depende da observação prévia dos seguintes aspectos:

1. Aceitação do brincar como um direito da criança;
2. Compreensão da importância do brincar para a criança, vista como um ser que precisa de atenção, carinho, que tem iniciativas, saberes, interesses e necessidades;
3. Criação de ambientes educativos especialmente planejados, que ofereçam oportunidades de qualidade para brincadeiras e interações;
4. Desenvolvimento da dimensão brincalhona da professora. (BRASIL, 2012, p. 12).

Para tanto, é necessário, detalhar aspectos inerentes à prática pedagógica, de modo a questionar elementos essenciais à organização do trabalho educativo a partir da introdução da ludicidade no currículo da educação infantil e verificar se é possível encontrar solução para os seguintes questionamentos:

Quais brinquedos selecionar e adquirir?
Em que quantidade?
Há certeza sobre sua qualidade?
Como utilizá-los?
Como modificar e recriar o espaço físico para introduzir novos mobiliários, materiais e brinquedos?
Os interesses e necessidades das crianças de diferentes segmentos étnicos, sociais e culturais estão sendo contemplados?
Como é possível utilizar um conjunto de brincadeiras que seja, ao mesmo tempo, adequado individualmente e, também, a todo o agrupamento de crianças?
Como acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico em conjunto com a família?
A creche oferece às crianças e a suas famílias o melhor em termos de serviços e materiais para a sua educação?
A creche tem uma proposta curricular em que o brincar e a interação sejam contemplados? (BRASIL, 2012, p. 12).

Assim, a ludicidade como instrumento da prática docente não pode ser utilizada de qualquer forma. Há princípios norteadores que devem ser observados pelos professores e pela instituição que oferta o ensino. Além da inclusão dos jogos e brincadeiras, é necessário se pensar na organização do espaço, no mobiliário adequado para guardar os brinquedos, no tipo de brinquedo que será utilizado que pode ser industrial, artesanal ou fabricado pelos professores e outros fatores.

Nesse sentido, os professores são os principais responsáveis pela organização e planejamento das situações em sala de aula que envolvam as brincadeiras, que devem se diversificar e permitam a criança participe do processo de escolha das temáticas a serem trabalhadas, além dos brinquedos das parcerias para realização da brincadeira. (BRASIL, 1998).

Uma questão que se pretende analisar a partir desta pesquisa, refere-se à resistência, verificada no campo de atuação profissional, em adotar a ludicidade como instrumento de aprendizagem pelas crianças. Conforme justifica Fortuna (2000), é difícil convencer os professores de que há uma relação entre brincar e aprender, de modo que muitos colocam objeções ao elo existente entre brincar e estudar. A autora acrescenta que:

Os educadores de crianças pequenas, recusando-se a admitir sua responsabilidade pedagógica, promovem o brincar; os educadores das demais séries de ensino promovem o estudar. Outros tantos, tentando ultrapassar esta dicotomia, acabam por reforçá-la, pois, com freqüência, a relação jogo-aprendizagem invocada privilegia a influência do ensino dirigido sobre o jogo, descaracterizando-o ao sufocá-lo. (FORTUNA, 2000, p. 3).

Trata-se de uma questão a ser discutida, se se considerar o fato de ainda haver pouca disposição por parte da escola em tornar o brinquedo parte do seu cotidiano. A ideia do lúdico como instrumento pedagógico é bem discutida no âmbito teórico, a prática é, por vezes, difícil de ser executada quando há resistência por parte dos professores em associar o brincar e o aprender, embora no universo das creches e pré-escolas o brinquedo está mais presente que nas etapas posteriores do processo educativo.

Por esta questão é importante se pensar na formação lúdica do professor. Para que a introdução dos jogos e brincadeiras no currículo escolar alcance resultados satisfatório à aprendizagem, é preciso incluir nos cursos de formação fundamentos curriculares voltados para a formação lúdica. Para Matos (2013):

Essa formação levará o futuro educador a conhecer-se como pessoa, saber de suas limitações e possibilidades, para quando este estiver atuando em sala de aula, saberá a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto. Quanto mais o educador vivenciar a ludicidade, maior será o seu conhecimento e a chance de se tornar um profissional competente, trabalhando com a criança de forma prazerosa estimulando a construção do conhecimento. (MATOS, 2013, p. 7).

Com a formação lúdica, os professores irão melhor compreender a relevância de sua atuação como parte ativa no estímulo à aprendizagem por meio da ludicidade. É o professor que traz a brincadeira para o campo da educação.

Nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil – RCNEI (1998), há a orientação de que a formação lúdica deve ter tempo e espaço determinados, de maneira que facilitem o encontro e a troca de ideias pelos professores. “A instituição deve proporcionar condições para que todos os profissionais participem de momentos de formação de naturezas diversas como reuniões, palestras, visitas, atualizações por meio de filmes, vídeos etc.”. (BRASIL, 1998, p. 67).

A partir do processo de formação, o educador irá compreender, cada vez mais,

que a infância é a sua ferramenta de trabalho e, por isso, deve se sensibilizar para tudo que lhe diga respeito. Assim, o educador lúdico deve construir sua formação a partir da valorização da ludicidade e de sua importância para a formação do indivíduo. A prática docente deve considerar o que expõe Matos (2012) na seguinte citação:

Trabalhar com crianças de tão pouca idade, que já frequentam o âmbito escolar desde tão pequeninas é sem dúvida uma relação de compromisso com a educação. Aprimorar-se para atender as necessidades físicas, emocionais, afetivas, cognitivas e espaciais da criança é um comprometer-se com a formação da criança quanto indivíduo ativo e sujeito de seu processo social. (MATOS, 2012, p. 8).

A formação do profissional da educação infantil é essencial para que este dê conta de formar cidadãos e contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades e competências. O educador lúdico terá maior facilidade para trabalhar com ferramentas lúdicas, a partir da sua preparação para desempenhar essa desafiadora tarefa que faz parte de sua prática docente.

A facilidade do educador lúdico em estimular a aprendizagem por meio do brincar, estará na sua disposição para entrar na brincadeira e conhecer o universo da imaginação e da fantasia da criança. Nesse contexto, o professor precisa ser parceiro do aluno e assegurar que o direito de brincar seja respeitado pela instituição de ensino, pela família e pela sociedade. O professor consciente da importância do lúdico, terá maior facilidade, ainda, de construir um espaço escolar que dê estatuto de excelência do brincar na vida do indivíduo, considerando sua importância para o seu desenvolvimento. (PENA, 2013).

Sendo assim, os educadores precisam estarem aptos a contribuir para a construção do conhecimento, preparando-se para atender uma geração formada por indivíduos que vão cada vez mais cedo para a escola. Para isso, o educador precisa se conscientizar de que o desenvolvimento infantil passou por transformações e as crianças aprendem com maior rapidez, são mais ativas e, por isso, vão depender de maior atenção do mesmo. Nesse processo, os jogos e brincadeiras poderão contribuir para que os professores consigam quebrar a barreira entre o brincar e o aprender se valendo, do fascínio que estes elementos desencadeiam nas crianças.

A partir da introdução da ludicidade na sua prática docente, o professor deve motivar a criança a brincar, jogar, cantar, dramatizar, aproveitando o fato de que a brincadeira faz parte do universo infantil. Brincando a criança assimila os papéis sociais, interage com o grupo, aprende regras sociais e desenvolve atitudes adequadas ao convívio social.

O jogo tem papel marcante para o desenvolvimento da aprendizagem infantil. O professor deve construir conteúdos utilizando elementos lúdicos, inserindo jogos e

brincadeiras, já que brincar é uma atividade prazerosa e facilitadora da aprendizagem. O resgate das brincadeiras antigas é, também, importante. O educador estará, com isso, contribuindo para que a expressão lúdica do brincar na infância não se perca no tempo ou seja totalmente trocada pelos aparelhos tecnológicos, onde o computador ocupa lugar de destaque.

Ficou evidente que o brincar facilita a assimilação de informações importantes para o desenvolvimento cognitivo das crianças, assim como para a compressão de regras sociais, de forma que a inclusão da ludicidade na prática docente tem, também, caráter de socialização do indivíduo. De acordo com o documento RCNEI (1998), o professor se vale da capacidade de interação social que é resultante do brincar para promover a aprendizagem. Sendo assim:

Cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. (BRASIL, 1998, p. 31).

Brincar, além de direito é a forma de expressão da criança e por isso deve ser assegurado pela escola e pela família. O reconhecimento da importância do lúdico para o desenvolvimento da aprendizagem é defendida por diversos estudiosos da educação e instituições governamentais, nacionais e internacionais. Bampi (2014), apresenta a seguinte informação acerca do direito da criança de brincar:

A Declaração Universal dos Direitos da Criança (aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959), no artigo 7º, ao lado do direito à educação, enfatiza o direito ao brincar: "Toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantir a ela o exercício pleno desse direito. "O universo infantil está presente em cada um de nós. As experiências da infância deixam profundas marcas em nossas vidas e, mesmo sem sabermos disso, as trazemos nos gestos, nas falas e nos costumes. Os brinquedos, as brincadeiras e o brincar integram esse leque de experiências vividas. (BAMPI, 2014, p. 1).

Assim, é por demais, importante a inclusão dos jogos e brincadeiras no cotidiano escolar, de maneira que este evento ocorra a partir da vivência cotidiana dos professores com seus alunos. Durante a realização das atividades é fundamental que o educador observe a criança e verifique o seu progresso na aprendizagem, para que o objetivo da educação infantil que prever que a escola deve favorecer um espaço que a criança brinque expressando emoções, afetos, pensamentos, desejos e necessidades seja alcançado.

O brincar é uma ação humana que acompanha o indivíduo desde tenra idade. É por meio da brincadeira que os indivíduos assimilam informações, regras de convivência e todo o processo relacionado à vida em sociedade. Assim, além de

contribuir para a aprendizagem a ludicidade tem, também, natureza socializadora e facilita o processo de interação dos alunos com o meio social do qual são parte.

A introdução de jogos e brincadeiras no processo educativo das crianças é um meio de estimular os alunos a agir, pensar e sentir a partir do brincar e, com isso, irem se adequando à realidade social e construindo sua visão de mundo. A partir disso, os indivíduos irão compreender a realidade e até meios de transformá-la. As crianças podem ser formadas para a construção de um mundo melhor e mais justo. Disso resulta, a importância da ludicidade para a aprendizagem infantil.

CAPÍTULO III – JOGOS EDUCATIVOS E A APRENDIZAGEM INFANTIL

Este capítulo tem a finalidade de analisar as contribuições dos jogos educativos no desenvolvimento da aprendizagem infantil. Além disso, é relevante buscar compreender a ação do professor nas atividades que sejam preparadas para trabalhar com jogos educativos.

Os jogos educativos podem proporcionar aos professores e alunos um ambiente de aprendizagem mais divertido e prazeroso, de maneira a aproximar o aluno dos conceitos didáticos a serem trabalhados em sala de aula, sendo mais uma das ferramentas utilizadas para estimular o prazer pela construção do saber.

Um aspecto interessante que os jogos educativos podem, também, contribuir refere-se ao desenvolvimento da interação social das crianças. Por meio dos jogos, o aluno conhece regras e aprende a utilizá-las, sobretudo quando estão diante de momentos de conflito, já que nos jogos há barreiras, empecilhos e dificuldades a serem ultrapassadas e/ou vencidas. Sobre isso, Ortega (2016), diz que:

A brincadeira ajuda a criança a desenvolver suas habilidades, compreendendo melhor o mundo em que vive, uma vez que há regras a serem seguidas na sociedade em que vivemos e é mais agradável trabalhar essas regras com as crianças por meio de jogos e brincadeiras, assim aprender se torna mais prazeroso para elas. Uma forma de proporcionar a criança uma aproximação da realidade, propiciando um espaço de aprendizagem, onde ela possa expressar suas fantasias, medos, desejos e agressividades. Por meio de brincadeiras é que a criança estabelece relações entre o mundo e o mundo externo. (ORTEGA, 2016, p. 1).

No espaço da Educação Infantil, os jogos educativos são significativos para motivar a aprendizagem das crianças, além de auxiliar no processo de interação desta com o seu grupo. Em razão disso os educadores podem fazer uso dos jogos educativos com mais frequência, no sentido de dinamizar suas aulas e facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

3.1 O Jogo como Instrumento de Aprendizagem

Para iniciar a discussão sobre a contribuição do jogo para o desenvolvimento da aprendizagem é interessante apresentar o significado do termo “jogo”. Trata-se de uma palavra originada do vocabulário latino ludus e que tem conceituação referente à diversão e ao brincar. Para o ambiente educativo o jogo tem significado relevante para a aprendizagem quando é planejado e mediado pelo professor. O jogo educativo tem a função de desenvolver habilidades, de maneira que o aluno pode sanar dificuldades e aproveitar o jogo para aprender. (ALVES, 2010).

Assim, o professor faz uso do jogo educativo para facilitar a compreensão dos diversos conteúdos pedagógicos que comporá o seu plano de aula. O jogo pode ser utilizado para impulsionar o desenvolvimento da aprendizagem e é o que será discutido a partir deste tópico.

Na atualidade a escola tem se voltado para essa temática, sobretudo pelos resultados apresentados por pesquisadores no campo da psicologia e da pedagogia, a respeito da importância da inclusão do jogo e do brinquedo no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. Os jogos e brincadeiras são relevantes para as crianças no tocante, também, ao desenvolvimento da psicomotricidade.

Veiga (2006), apresenta o seguinte pressuposto acerca da importância do jogo para o desenvolvimento motor das crianças:

Na faixa etária de 3 a 6 anos é que ocorre o desenvolvimento motor mais significativo. O processo de desenvolvimento motor é apresentado através das fases dos movimentos reflexos, rudimentares, fundamentais e especializados e para cada fase, são indicados estágios com idades cronológicas correspondentes. Os movimentos podem ser caracterizados com estabilizadores, locomotores ou manipulativos, que se combinam na execução das habilidades motoras ao longo da vida. [...] As crianças na faixa etária de Educação Infantil estão na fase de desenvolvimento das habilidades motoras básicas e os movimentos essenciais são considerados verdadeiros núcleos cinéticos. Esta capacidade para movimentar-se com maior autonomia está relacionada com diversos fatores: maturação neurológica; crescimento corporal, disponibilidade em realizar atividades motoras. (VEIGA, 2006, p. 2).

Sendo assim, a inclusão do jogo no espaço escolar pode contribuir para que a criança se desenvolva de forma integral, de maneira que os aspectos físicos do desenvolvimento sejam também considerados. No período de 3 a 6 anos as crianças se movimentam bastante e isso faz parte do seu crescimento. Os educadores precisam ter ciência disso e romper com a ideia tradicional de que precisam fazer com que seus alunos fiquem quietos em sala de aula.

Na prática cotidiana da Educação Infantil, verifica-se resistências e delimitações aos espaços do brincar que incluem jogos e brincadeiras. Os professores parecem, ainda, estarem limitados ao conteúdo didático, aos seus planos de aula com seus conteúdos teóricos e a um método de educação padronizado que não levam em conta os interesses, gostos e a subjetividade das crianças. Ocorre que este método padronizado de ensino, está focado na alfabetização infantil, havendo uma emergente necessidade de tornar os alunos da Educação Infantil em pequenos leitores, sem que haja uma preocupação com os aspectos inatos da criança e como se não houve definida uma concepção sobre o que é ser criança e que processos estão envolvidos na Educação Infantil. Barros (2009) apresenta o seguinte questionamento:

Primeiramente, qual a concepção de educação e criança que se tem, nos dias atuais? A todo instante, com o auxílio da mídia, revistas pedagógicas e outros meios de comunicação, propaga-se a relevância da alfabetização e do mundo letrado para os pequenos. O excesso de slogan a favor da alfabetização

precoce, de diversas atividades para as crianças pequenas rumo à alfabetização, enfatizando na maioria das vezes que esse seria o caminho para um futuro melhor, faz com que a sociedade atual veja a criança como um ser sem voz e vez, na sociedade. (BARROS, 2009, p. 137).

O que poderia está ocorrendo nos espaços educativos, diz respeito ao desejo de atendimento a um padrão social baseado no sistema capitalista que visa uma formação baseada no lucro e na competitividade, o que resulta no processo de desumanização da educação. Barros (2009), faz referência à importância da educação humanitária, que coloca o indivíduo e suas particularidades como foco e em oposição a uma visão educativa ligada a interesses de classe e status social.

Assim, para que educação seja humanitária e respeite os interesses dos alunos, a escola passa a adotar novos instrumentos pedagógicos e os jogos ganham importância para o desenvolvimento da aprendizagem. Porém, a utilização de jogos e brincadeiras como instrumentos pedagógicos precisam ser trabalhados no ambiente escolar a partir de uma pedagogia por projetos, que se distancie do modelo que faz uso de métodos pedagógicos padronizados com vista a uma formação alfabetizadora. É preciso considerar a relevância dos jogos para a aprendizagem.

Com o jogo utilizado de forma adequada, a criança cresce e ganha controle sobre seu corpo e sobre seus movimentos. Para Veiga (2006):

Os jogos são parte fundamental na educação, não propiciar ao aluno a possibilidade de brincar, é estar deixando uma lacuna em seu desenvolvimento, é dificultar sua capacidade de lidar com seus impulsos e consequentemente não saber como controlá-los ou avaliá-los. Durante as brincadeiras e jogos a criança torna-se motorista, cozinheira, arquiteta, jogador de futebol entre outras; ao brincar ela põe para fora todos os seus medos. (VEIGA, 2006, p. 4).

Pelo exposto, verifica-se que são diversas as vantagens que os jogos trazem para o processo educativo. Nesse sentido, os jogos e brincadeiras são contribuem para o desenvolvimento da psicomotricidade, do raciocínio, da interação social e da aprendizagem. Bueno (2010), afirma que:

À medida que a criança vai se desenvolvendo fisicamente, as brincadeiras vão tomando dimensão mais socializadora, os participantes se encontram, numa atividade comum e ao mesmo aprendem a coexistência, contudo lhes possibilita aprender, como lhe dar com respeito mútuo, bem como partilhar brinquedos, dividir tarefas e tudo aquilo que implica uma tarefa coletiva no seu dia-a-dia. (BUENO, 2010, p. 22).

Os jogos englobam, ainda, aspectos afetivos. Há um lado afetivo envolto nos jogos que é descrito quando se trabalha com a inserção deste no processo educativo. A relevância do fator afetivo neste caso tem ligação com a socialização da criança. Muitas brincadeiras são transmitidas de uma geração a outra, vencem o tempo e estão relacionadas aos aspectos culturais de um grupo. O faz de conta, por exemplo, leva as crianças a brincar de casinha, de consertar carro e outras formas de brincar que

representam situações cotidianas do mundo dos adultos que as crianças percebem e recriam através da fantasia.

Os jogos e brincadeiras inseridos no cotidiano escolar tem, além da motivação à aprendizagem, a perspectiva de facilitar a interação da criança com o mundo e a estabelecer relações com as demais pessoas. O jogo auxilia na compreensão de regras sociais, auxilia a escola a levar a criança a passar pelo processo de socialização. (BUENO, 2010).

Assim, é fundamental compreender, como o jogo auxilia na aprendizagem dos alunos da Educação Infantil. De acordo com Lisboa (2017), o jogo como instrumento de aprendizagem possibilita diversos objetivos, quais sejam:

- Desenvolver a criatividade, a sociabilidade e as inteligências múltiplas;
- Dar oportunidade para que aprenda a jogar e a participar ativamente;
- Enriquecer o relacionamento entre os alunos;
- Reforçar os conteúdos já aprendidos;
- Adquirir novas habilidades;
- Aprender a lidar com os resultados independentemente do resultado;
- Aceitar regras;
- Respeitar essas regras;
- Fazer suas próprias descobertas por meio do brincar;
- Desenvolver e enriquecer sua personalidade tornando-o mais participativo e espontâneo perante os colegas de classe;
- Aumentar a interação e integração entre os participantes;
- Lidar com frustrações se portando de forma sensata;
- Proporcionar a autoconfiança e a concentração. (LISBOA, 2017, p. 1).

Além do exposto, o jogo é uma oportunidade que a criança encontra de ser livre no ambiente escolar. O jogo permite a interação mais livre no espaço de sala de aula e esse fato estimula o interesse dos alunos. Para que jogo resulte em aprendizagem, o professor precisa ter segurança quanto à sua associação aos conteúdos pedagógicos trabalhados em sala de aula.

Um dos maiores teóricos do desenvolvimento infantil foi Piaget (1896-1980) e defendeu o pressuposto de que as atividades lúdicas, que incluem jogos e brincadeiras são fundamentais para a aprendizagem das crianças. Sendo assim, este autor recomenda que a escola elabore programas lúdicos voltados para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Em razão do exposto, Munari (2010), com base na teoria de Piaget (1896-1980) ressalta que:

O jogo é, portanto, sob suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente a fim de jogando, elas cheguem a assimilar às realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores a inteligência infantil. (MUNARI, 2010, p.99).

Assim, verifica-se que o jogo é parte do cotidiano da criança, pois contribui para

o seu desenvolvimento. Ao preparar uma atividade educativa que envolva o jogo, o professor estará lançando um desafio às crianças que logo compreendam as regras passará à aquisição de conhecimento. Jogando os alunos se tornam capazes de assimilar saberes e transformar sua realidade.

Disso resulta muito claro que, a inclusão do jogo nas atividades educativas contribui para que as crianças aprendam a socializar-se com o seu meio e à construção de saberes. A partir disso, a criança aprende de modo mais livre e menos rígido, o que facilita a expressão da imaginação criativa.

É interessante que o professor tome consciência da importância das atividades lúdicas para a aprendizagem e busque sempre aumentar seu conhecimento neste campo. É necessário conhecer técnicas de mediação entre o jogo e seus alunos, para que as atividades lúdicas resultem em efetiva aprendizagem e, não somente, como diversão e lazer. Alves (2010, p. 5), diz que: “Ao professor, cabe analisar e avaliar a potencialidade educativa dos diferentes jogos, permitindo assim um trabalho pedagógico mais envolvente”. Com isso, as aulas serão mais prazerosas e com maiores possibilidades de se alcançar os objetivos do plano de aula a ser desenvolvido com os alunos.

A forma como as crianças aprendem é bastante interessante, pois estas utilizam os objetos na construção de experiências vivenciadas a partir da interação com o seu meio social. Além disso, as crianças imitam o universo adulto quando brincam e assim aprendem. No jogo há a motivação para a realização de tarefas, o que desafiador e prazeroso para a criança que se esforça em cumprir tais tarefas, resultando na aprendizagem.

Fica evidenciado que o jogo tem valor educativo, restando aos professores o utilizar de maneira proveitosa à aprendizagem. Em razão disso, é importante levantar a discussão acerca da relevância do jogo para o desenvolvimento cognitivo das crianças. A elaboração de pesquisas sobre esse tema é importante, pois motiva a investigação acerca das concepções do jogo como instrumento pedagógico utilizado no cotidiano de sala de aula pelos educadores, a fim de tornar suas aulas mais prazerosas e levar os alunos a aprender com o lúdico. A atribuição da escola nesse processo é garantir espaço adequado à utilização do jogo pelos professores, disponibilizando jogos didáticos e criando salas de jogos e outros espaços que ofereçam liberdade para jogar e brincar.

3.2 O Jogo Educativo e suas Estruturas

Piaget (1978-1946), está entre os teóricos que buscou explicar o processo de organização e estrutura do jogo. A formação de tais estruturas é para esse teórico, um processo que não para de acontecer e tem relação com uma ordem invariável e sequencial de estágios, especificamente os estágios de desenvolvimento. Assim, cada um dos estágios é conceituado por uma estrutura de conjunto que influencia todos os novos comportamentos inerentes à fase infantil.

Sendo assim, Brenelli (2012), explica que:

Se o jogo depende desta estruturação progressiva, assim como os estágios, tem também uma ordem necessária de construção. Desta maneira, no estágio sensório-motor se constitui o jogo de exercício; no estágio pré- operatório, a brincadeira simbólica e, no estágio das operações concretas, o jogo de regras. Neste sentido, afirma Piaget (ibid): “Deparamo-nos com três grandes tipos de estrutura que caracterizam os jogos infantis e dominam esta classificação: o exercício, o símbolo e a regra, constituindo os jogos de construção a transição entre as três e as condutas adaptadas” (p. 144). (BRENELLI, 2012, p. 65).

A partir do exposto, foi elaborado com base nas ideias de Brenelli (2012), um quadro explicativo a respeito da estrutura dos jogos, apresentando seu conceito, importância e período de desenvolvimento ao qual está associado:

QUADRO 2: Estrutura dos Jogos Educativos

ESTRUTURA	CONCEITO	IMPORTÂNCIA	PERÍODO
Jogos de Exercício Estrutura: Exercício	São as primeiras manifestações lúdica da criança, constituindo a forma inicial de jogo	Exercitação dos esquemas de ação.	Sensório-motor
Brincadeira Simbólica Estrutura: Símbolo	Refere-se a uma das manifestações da função semiótica, que surge a partir dois anos e que facilita a representação, ou seja, a evocação através de significantes diversos (linguagem, imagem mental, gestos simbólicos).	Desenvolver os aspectos: cognitivo e afetivo	Pré-operatório
Jogo de Regras: Estrutura Regras	Refere-se ao momento de socialização infantil em que a criança abandona o egocentrismo,	Assimilação do eu e da vida social	Operações Concretas

	desenvolve as estruturas intelectuais e passa a interiorizar regras.		
--	--	--	--

FONTE: (BRENELLI, 2012, p. 66 - 67).

Então a criança precisa de um esquema bem estruturado para assimilar aspectos

relativos à experiência humana para, com isso, ir galgando degraus numa escala de desenvolvimento físico e mental.

Na pesquisa publicada por Moratori (2003) há um quadro elaborado por Friedmann (1996), que apresenta sete linhas teóricas que caracterizam o jogo. Em razão disso, considera-se interessante e bastante elucidativa a transcrição desta tabela neste tópico:

QUADRO 3: Setes Linhas Teóricas de Friedmann (1996) que Caracterizam o Jogo

PERÍODO	CORRENTE TEÓRICA	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Final do século XIX	Estudos evolucionistas e desenvolvimentistas	O jogo infantil era interpretado como a sobrevivência das atividades da sociedade adulta.
Final do século XIX, começo do século XX	Difusionismo e particularismo: preservação do jogo	Nesta época, percebeu-se a necessidade de preservar os "costumes" infantis e conservar as condições lúdicas. O jogo era considerado uma característica universal de vários povos, devido à difusão do pensamento humano e conservadorismo das crianças.
Décadas de 20 a 50	Análise do ponto de vista cultural e de personalidade: a projeção do jogo	Neste período ocorreram inúmeras inovações metodológicas para o estudo do jogo infantil, analisando-o em diversos contextos culturais. Tais estudos reconhecem que os jogos são geradores e expressam a personalidade e a cultura de um povo.
Década de 30 a 50	Análise funcional: socialização do jogo	Neste período a ênfase foi dada ao estudo dos jogos adultos como mecanismo socializador.
Começo da Década de 50	Análise estruturalista e cognitivista	O jogo é visto como uma atividade que pode ser expressiva ou geradora de habilidades cognitivas. A teoria de Piaget merece destaque, uma vez que possibilita

		compreender a relação do jogo com a aprendizagem.
Décadas de 50 a 70	Estudos de Comunicação	Estuda-se a importância da comunicação no jogo.
Década de 70 em diante	Análise ecológica, etológica e experimental: definição do jogo	Nesta teoria foi dada ênfase ao uso de critérios ambientais observáveis e/ou comportamentais. Verificou-se, também, a grande influência dos fabricantes de brinquedos nas brincadeiras e jogos.

FONTE: Moratori (2003).

As correntes teóricas transcritas no quadro acima, demonstram a importância do jogo para a aprendizagem infantil e para o processo de assimilação, pela criança, das normas e regras que caracterizam a vida em sociedade. No tocante à aprendizagem, há menção às teorias de Piaget, como destaque para a compreensão da influência do jogo no processo de ensino aprendizagem.

A contribuição de Piaget para a concepção do jogo como relevante para a aprendizagem, foi fundamental para que a fosse adotado como instrumento pedagógico pelo processo de ensino aprendizagem. Isso também tem relação para as teorias de Piaget sobre as fases de desenvolvimento pelas quais passam todos os indivíduos. Luiz (2015), diz que:

Por meio de seus estudos Piaget passa a acreditar que todos os seres humanos se desenvolvem passando por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis, as quais denominaram estágios e períodos do desenvolvimento. Sendo assim, o desenvolvimento cognitivo de uma criança é visto como uma evolução gradativa na qual o grau de complexidade aumenta simultaneamente ao nível de aprendizado que vai sendo adquirido. Estes estágios segundo Piaget são caracterizados a partir da maneira como cada indivíduo interage com a realidade, ou melhor, a forma como cada pessoa organiza seus conhecimentos visando sua adaptação, ocorrendo então mudanças significativas e progressivas nos processos de assimilação e acomodação. (LUIZ, 2015, p. 2).

A partir dos estágios de desenvolvimento a criança vai galgando degraus evolutivos, sobretudo no tocante à interação com o seu meio social, de forma que esta passa de um estágio egocêntrico para um em que consegue perceber os eventos que ocorrem ao seu redor. O jogo é parte desse processo, pois auxilia na assimilação e acomodação de regras estabelecidas pelas instituições sociais das quais a criança faz parte.

Para Brenelli (2012), o jogo se faz importante em todas as fases do desenvolvimento pelas quais passam os indivíduos. Aliás, o jogo tem relevância para cada estágio de desenvolvimento no sentido de levar a criança a se desenvolver os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e morais. Desta maneira, há uma inter-relação entre o jogo e as fases de desenvolvimento, de tal maneira que uma etapa de aprendizagem contribui para a etapa seguinte, cabendo ao professor aproveitar ao máximo as habilidades cognitivas da cada um de seus alunos.

Rodrigues (2013) ao citar Piaget (1978), justifica que o jogo se processa no ambiente educativo da seguinte maneira:

Para Piaget (1978), os jogos desenvolvem a inteligência, as percepções e os instintos sociais. Quando a criança joga, ela aprende, expressa, assimila e

constrói a sua realidade, por meio da aplicação de seus esquemas mentais. O jogo contribui assim para a formação intelectual da criança e para a construção de seu pensamento formal, possibilitando-a passar da percepção concreta para a abstração da realidade que a cerca. (RODIGUES, 2013, p. 5).

Além do mais, Rodrigues (2013) acrescenta que o jogo é excelente motivador para a interação e comunicação das crianças com o meio social. Através do jogo as crianças são estimuladas a trabalhar em equipe e a partir disso se tornam capazes de construir conhecimentos.

Ainda contextualizando a relação do jogo com o desenvolvimento da criança, Luiz (2015) apresenta o pensamento de Vygotsky sobre esse fato, ao expor o seguinte pressuposto:

Para Vygotski o vínculo do jogo com o desenvolvimento é tudo aquilo que interessa à criança é a realidade do jogo, já que na vida real a ação domina o significado, no qual há uma transferência onipresente do comportamento do jogo para a vida real. No jogo a criança cria uma zona de desenvolvimento proximal, isto permite que a criança esteja acima de sua idade média, que através do jogo contem tendências evolutivas que é considerada fonte de desenvolvimento. Segundo Vygotski a zona de desenvolvimento proximal, se refere às funções, que não estão totalmente amadurecidas, mas que estão em processos. Afirma ainda que a zona de desenvolvimento proximal é que vai determinar o nível real desse processo em que a criança se encontra. (LUIZ, 2015, p. 6).

Com o passar do tempo a criança vai necessitando do auxílio dos adultos e/ou das demais crianças para alcançar patamares cognitivos mais altos, ou seja, a partir do período de vida em a criança se encontra, seu desenvolvimento se aproxima do amadurecimento das ideias, do pensar e da aprendizagem.

Nesse sentido, o jogo se torna relevante para o processo educativo, já que auxilia no desenvolvimento integral e dinâmico do campo cognitivo, afetivo, linguístico, social, moral e motor. Além disso, propicia a elaboração da autonomia, senso crítico, criatividade, senso de responsabilidade e atitude cooperativa por parte dos indivíduos. Contudo, para que o jogo alcance resultados favoráveis no meio educacional, é necessário que este seja bem escolhido pelo educador e seja capaz de desafiar o interesse dos alunos para a resolução de problemas. É preciso que o jogo seja motivador e leve as crianças a participarem ativamente da atividade lúdica proposta em sala de aula, envolvendo o jogo. Assim, Moratori (2003), ressalta que:

Considera-se que o jogo, em seu aspecto pedagógico, se apresenta produtivo ao professor que busca nele um aspecto instrumentador, e, portanto, facilitador da aprendizagem muitas vezes de difícil assimilação, e também produtivo ao aluno, que desenvolveria sua capacidade de pensar, refletir, analisar, compreender, levantar hipóteses, testá-las e avaliá-las com autonomia e cooperação. (MORATORI, 2003, p. 12).

A partir de seu estudo acerca da utilização do jogo como instrumento pedagógico

para facilitar a aprendizagem, Moratori (2003) se utiliza da pesquisa de Grando (2001), para apresentar um quadro que demonstra as vantagens e desvantagens do jogo no contexto do processo de ensino aprendizagem. É o que pode ser visualizado na tabela transcrita abaixo:

QUADRO 4: Vantagens e Desvantagens do Jogo para a Aprendizagem

VANTAGENS	DESVANTAGENS
• fixação de conceitos já aprendidos de uma forma motivadora para o aluno; • introdução e desenvolvimento de conceitos de difícil compreensão; • desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas (desafio dos jogos); • aprender a tomar decisões e saber avaliá-las;	• quando os jogos são mal utilizados, existe o perigo de dar ao jogo um caráter puramente aleatório, tornando-se um “apêndice” em sala de aula. Os alunos jogam e se sentem motivados apenas pelo jogo, sem saber porque jogam;

• significação para conceitos aparentemente incompreensíveis; • propicia o relacionamento de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade); • o jogo requer a participação ativa do aluno na construção do seu próprio conhecimento; • o jogo favorece a socialização entre alunos e a conscientização do trabalho em equipe; • a utilização dos jogos é um fator de motivação para os alunos; • dentre outras coisas, o jogo favorece o desenvolvimento da criatividade, de senso crítico, da participação, da competição “sadia”, da observação, das várias formas de uso da linguagem e do resgate do prazer em aprender; • as atividades com jogos podem ser utilizadas para reforçar ou recuperar habilidades de que os alunos necessitem. Útil no trabalho com alunos de diferentes níveis; • as atividades com jogos permitem ao professor identificar, diagnosticar alguns erros de aprendizagem, as atitudes e as dificuldades dos alunos;	• o tempo gasto com as atividades de jogo em sala de aula é maior e, se o professor não estiver preparado, pode existir um sacrifício de outros conteúdos pela falta de tempo; • as falsas concepções de que devem ensinar todos os conceitos através dos jogos. Então, as aulas, em geral, transformam-se em verdadeiros cassinos, também sem sentido algum para o aluno; • a perda de “ludicidade” do jogo pela interferência constante do professor, destruindo a essência do jogo; • a coerção do professor, exigindo que o aluno jogue, mesmo que ele não queira, destruindo a voluntariedade pertencente a natureza do jogo; • a dificuldade de acesso e disponibilidade de materiais e recursos sobre o uso de jogos no ensino, que possam vir a subsidiar o trabalho docente.
--	--

FONTE: Grando (2001): Vantagens e Desvantagens do Jogo, citado por Moratori (2003).

Nota-se que Grando (2001), apresenta na sua tabela mais vantagens que desvantagens na utilização do jogo como instrumento pedagógico. As desvantagens devem ser observadas pelo professor, sobretudo para não deixar que o uso do jogo no espaço educativo ocorra de modo aleatório e sem objetivos ou, ainda, que obrigue o aluno a participar sem que sinta motivação para tal.

Assim, a contribuição do jogo para o processo de ensino aprendizagem é reconhecida pelo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI), que

o coloca como recurso didático favorável ao desenvolvimento educativo da criança.

Observa-se isso na seguinte citação:

Não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explicativas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças. Pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente àqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência de que as crianças não estão brincando livremente nestas situações pois há objetivos didáticos em questão. (BRASIL, 1998, p.29).

Disso resulta claro que, o jogo educativo é estruturado a partir de sua utilização no âmbito educacional como instrumento didático, o que deve ser diferenciado do uso do jogo de forma livre e sem expectativa de aprendizagem. A isso, os professores devem se atentar quando da inclusão da ludicidade em suas atividades pedagógicas no campo da Educação Infantil.

2.3 Jogos Propícios ao Processo de Ensino e Aprendizagem Infantil

O jogo para que seja propício à aprendizagem, precisa estar inserido numa circunstância que resulte em significado para o aluno. Para tanto, é necessário a utilização de materiais concretos e de acordo com o tempo de vivência das crianças. Sendo assim, o professor terá que saber escolher o tipo de jogo que utilizará como recurso didático. Para tanto, deve incluir no seu plano de aula, os objetivos educativos que deseja alcançar com a atividade lúdica que irá executar no ambiente de sala de aula.

A proposta para esse tópico é a apresentação de alguns exemplos de jogos educativos utilizados por educadores em suas atividades didático-pedagógicas no espaço da Educação Infantil, considerando que é preciso observar aspectos inerentes a faixa de idade para qual se utilizará o brinquedo ou jogo.

No livro *O Jogo e a Educação Infantil* de autoria de Antunes (2014), há considerações importantes a serem feitas pelo educador ao utilizar o lúdico como ferramenta educativa em sala de aula. Assim, menciona o fato da influência do jogo na aprendizagem pela Neuropsicologia e pelos estudos de Piaget. Os pontos citados por Antunes (2014) referentes a associação da aprendizagem efetiva pelo jogo, são os seguintes:

2.3.1 A aprendizagem resulta da recepção e troca de informações entre o meio ambiente e diferentes centros nervosos do cérebro. Assim o meio ambiente fornece estímulos que são transformados pelo córtex cerebral em sensações as quais muitas vezes são “usinadas” e evoluem para o estágio mais complexo a que se dá o nome de percepções, isto é, imagens com significados.

2.3.2 Destas áreas, o estímulo rapidamente associa-se a saberes contidos no

cérebro (a) e evolui para percepção mais global.

2.3.3 Ainda em mutação, as zonas secundárias e terciárias do córtex transformam essa percepção em imagens sensoriais, o que, entretanto, requer a imprescindível colaboração da linguagem, mesmo que seja a linguagem interior. Assim linguagem e memórias começam juntas, se desenvolvem unidas e uma sempre necessitará do apoio da outra.

2.3.4 Como produto desses processos neuronais temos a assimilação (b) e seus “produtos” mais importantes: aprendizagem e pensamento, que são desmembrados em coisas para sua análise e melhor compreensão.

2.3.5 Entre os fatos facilitadores da aprendizagem cabe destacar a motivação, a curiosidade e alegria da descoberta, satisfação pelos resultados alcançados, o elogio, o bom estimulante ambiente, a empatia do professor e simpatia dos colegas e tudo isso resumido nas expressões Afetividade ou Ternura.

2.3.6 Provavelmente não existe qualquer outro recurso material ou não que, como o jogo, possa propiciar a integração de todos os elementos facilitadores que envolvem a Afetividade.

2.3.6.1 O conhecimento não é, pois, “cópia da realidade”, mas uma reconstituição da informação que chega, com os saberes existentes na memória. Se aproxima mais de um “desenho” que de uma cópia.

2.3.6.2 A assimilação é uma transformação da sensação de forma a torna-la compatível com nossas estruturas mentais, e estas, por sua vez, dependem da maturação. (ANTUNES, 2014, p. 32).

A possibilidade de estimular a inteligência para a aprendizagem a partir de elementos que estimulam a interação e a participação dos alunos, são significativos para o desenvolvimento cognitivo, sobretudo na fase inicial de vida do indivíduo.

Conforme Ortega (2016), a idade de introdução do jogo como recurso para o aprender deve considerar a idade da criança. Isso, pelo fato de somente aos quatro anos de vida é que os jogos passam a ser sentidos para a criança, pois começam a compreender a importância do jogo e do brincar e alcançam a habilidade de interpretar e seguir regras contidas nos jogos educativos.

Santos (2016), afirma que:

Os jogos precisam ser vistos como algo para facilitar o ensino aprendizagem, podendo ser um motivador para a criança que aprende da forma não tradicional, que por muitos anos foi a única forma de ensino aplicada nas escolas. Assim, o jogo é visto como um estimulador, uma novidade para a criança que aprende brincando. (SANTOS, 2016, p. 3).

Vistos como motivador da aprendizagem, os jogos propícios ao ensino infantil merecem maior atenção, sobretudo pelo fato da brincadeira ser algo inerente à infância e a criança vai sentir maior prazer numa aula em que os jogos e as brincadeiras estão presentes.

No ambiente de creche, que é o lugar próprio para o ensino de crianças pequenas, o lúdico também é coisa séria. Não se trata de mero passatempo, mas de atividades essenciais para a formação do saber da criança sobre o espaço social ao que está inserida. Na creche o jogo estimula também o processo de interação, aspecto importante para os pequenos que aprendem a estar com os demais e consigo mesmo. Sendo assim, é preciso que professores tenham conhecimento acerca da utilização do jogo no espaço educativo da creche e definir os objetivos a serem

alcançados com a utilização do jogo como atividade pedagógica. Diante disso, será apresentado um quadro com algumas atividades envolvendo jogos, próprias para alunos da Educação Infantil. Assim, o quadro conterá: exemplo de jogos, idade propícia e objetivo da atividade:

QUADRO 5: O Uso do Jogo no Espaço Educativo

JOGO	FAIXA ETÁRIA	OBJETIVOS
Jogos com bolas	01 a 03 anos	Aprender a interagir; Estimular movimentos, tais como: chutar, acertar em alvos determinados e receber e jogar a bola para colegas e para os professores.
Jogo de percurso	03 a 06 anos	• Chegar ao fim de um caminho, dividido em casas, de acordo com o que for tirado no dado. • Localizar o ponto de início e de término do tabuleiro.
Jogo das expressões	02 a 03 anos	Nomear os sentimentos e conversar sobre suas possíveis causas.
Jogos matemáticos	04 a 06 anos	• Aprender números ordinais; • Conhecer as operações matemáticas.
Jogo da memória	Todas	• Estimular a memória e o reconhecimento de objetos, nomes etc.

FONTE: Revista Nova Escola (2020).

É necessário considerar o comportamento da criança diante do jogo para reconhecer os seus interesses, o que pode resultar em efetiva aprendizagem a participação da criança na atividade que envolvem o lúdico.

Um dos instrumentos de trabalho do educador que pouco foi mencionado, refere-se ao planejamento. No caso, o planejamento é o que permite ao professor escolher os materiais adequado às atividades que irá realizar com as crianças, além de preparar o ambiente de sala de aula para isso. No âmbito da Educação Infantil, o

planejamento ganha relevância num contexto em que o professor assume a atribuição de mediador entre as atividades que elabora e os interesses das crianças que é amplo e diversificado na faixa de idade em que se encontram. Diante disso, Jesus (2013), justifica que:

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade contínua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnostica os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir. (JESUS, 2013, p. 3).

Por ser contínuo, o planejamento das atividades no espaço da Educação Infantil, deve ser organizado de forma que facilite ao professor refletir sobre sua prática, enquanto mediador da aprendizagem e diversificar suas aulas com atividades lúdicas que incluam jogos e brincadeiras que possam resultar em avanços na aprendizagem dos alunos.

O planejamento das aulas é um instrumento que auxilia o professor a intervir na aprendizagem dos alunos, além de servir como norte para a atuação no espaço de sala de aula. Vasconcelos (2002) afirma que:

O Plano de Aula é a proposta de trabalho do professor para uma determinada aula ou conjunto de aulas e orientações para o que fazer no cotidiano, visto que, é a partir do Plano de Aula que o professor evita a improvisação e a rotina. (VASCONCELOS, 2002, p. 48).

Assim, um bom plano de aula para a Educação Infantil, deve incluir atividades lúdicas, levando-se em consideração o fato que é partir do jogo e da brincadeira que a criança pode construir conhecimentos, inventar, aprender e adquirir habilidades e competências importantes para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo.

O plano de aula anual tem relevância para a prática educativa, já que será usado como norte para a execução de atividades com as crianças. Este documento é chamado de plano de curso ou plano de ensino e pode ser descrito como um roteiro organizado das unidades didáticas para um semestre ou um ano.

O corpo docente da escola tem a responsabilidade de, no início de cada ano, elaborar seu Plano Anual e contemplar as especificidades de cada área de conhecimento articulados às necessidades e a realidade das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

O Referencial Teórico Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI oferece uma proposta, por meio dos seus eixos de trabalhos que são: movimentos, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, artes visuais e matemática relacionada à construção de um planejamento que auxilie no processo de aquisição

da linguagem pelas crianças, além de melhorar a reação dos alunos com o meio social do qual é parte, de modo que as atividades relativas à ludicidade, que envolvem jogos e brincadeiras, são excelentes instrumentos pedagógicos disponíveis para auxiliar na aquisição da aprendizagem, como já mencionado neste capítulo.

Ao planejar uma aula incluindo o jogo para turmas da Educação Infantil, o educador deve ter bem definidos os objetivos que deseja alcançar. Como exemplo, pode-se citar um plano de aula incluindo o jogo cooperativo. Nesse caso, o professor precisa definir os seguintes elementos no seu plano de aula:

- O tempo da atividade;
- Os materiais a serem utilizados durante a atividade;
- A faixa etária em que o jogo pode ser desenvolvido;
- Os objetivos.

Além do exposto, é preciso que seja explicado no plano de aula o desenvolvimento da atividade, ou seja, apresentação de uma descrição de como o jogo será efetuado. Uma questão relevante nesse processo, refere-se à participação do professor no jogo, considerando a observação constante do desempenho dos alunos, já que por meio dos jogos é possível detectar problemas de aprendizagem na fala, na escrita e na leitura.

Desta forma, há jogos que são úteis para identificar problemas de aprendizagem e há jogos que são utilizados para uma intervenção na solução de problemas de aprendizagem. O jogo de memória, por exemplo, pode ser utilizado tanto para identificar questões de aprendizagem, quanto para uma intervenção, cabe ao professor saber adaptar a execução do jogo ao objetivo da atividade, quer seja para identificar problema ou intervir para resolver a questão.

Outro aspecto que precisa ser considerado refere-se ao fato de que as brincadeiras e os jogos da atualidade são diversos das brincadeiras e jogos de antigamente. Hoje as crianças se interessam por jogos eletrônicos. A partir disso, o professor precisa estar atento aos interesses dos seus alunos e trazer para o ambiente de sala de aula jogos atuais, mas também deve resgatar jogos e brincadeiras que estão relacionadas à cultura local. Para Leal (2006):

Com a televisão, a internet e inúmeros vídeos e brinquedos eletrônicos modernos foi se estabelecendo um novo rumo para as brincadeiras infantis. E por sabermos disto, cabe ao professor despertar nas crianças outros interesses para o brincar, estimulando-as para jogos de sua cultura como pular amarelinha, soltar papagaio, jogar bolinha-de-gude, brincadeiras que estimulam o desenvolvimento das capacidades físicas, motoras, cognitivas, sociais, afetivas e linguísticas nas crianças. (LEAL, 2006, p.19).

Nesta perspectiva, a autora acima citada relaciona alguns jogos que podem ser

utilizados e que tem finalidade educativa para os alunos, a partir dos objetivos elencados pelo professor no seu plano de aula:

1 Bolinha de gude, 2 Amarelinha, 3 Passa anel, 4 corre cutia, 5 Bilboquê; 6 Gato e rato, 7 Pega-pegas, 8 Esconde-esconde, 9 Peteca, 10 Pião, 11 Jogo das pedrinhas, 12 Mamão da rua, 13 Elefantinho da cor, 14 Futebol de botão, 15 Escravos de Jô, 16 Coelhoinho sai da toca (LEAL, 2006, p. 30).

Leal (2006), afirma que Piaget mencionou o jogo da Amarelinha como propício para ensinar as crianças sobre regras e auxilia o aluno a alcançar noção de espaço e tempo. Ao se locomover em razão deste jogo a criança tem a coordenação motora trabalhada e, por conseguinte, o desenvolvimento dos movimentos corporais. Além disso, o jogo da Amarelinha ajuda no raciocínio matemático e na interação com as crianças o que facilita a construção de uma relação harmoniosa entre os mesmos.

Assim, a pesquisa voltada para a compreensão do jogo como instrumento pedagógico para a aprendizagem infantil, são relevantes para garantir aos alunos um processo educativo mais prazeroso e efetivo. Além disso, as atividades lúdicas no espaço de sala de aula, são capazes de motivar a atenção das crianças para as aulas, além de auxiliar no desenvolvimento da socialização e interação inerentes ao convívio em comunidade.

Tavares (2014), afirma que:

O jogo é um recurso pedagógico muito expressivo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais. (TAVARES, 2014, p. 16).

Além do aspecto da aprendizagem dos conteúdos didáticos, o jogo pedagógico é, também, ferramenta de aquisição conhecimento acerca de regras sociais, de forma que os alunos são preparados para conhecer e praticar normas inerentes ao grupo social do qual é parte.

O jogo permite que a criança experimente, por meio do faz de conta, atitudes e modos relativos ao mundo dos adultos, de maneira que o jogo pode ser uma experiência de treino para as crianças, no tocante à normas e regras sociais.

Conforme as ideias de Tavares (2014):

Uma das características do jogo é a oportunidade de ser e, sentir e fazer-se livre. Outra característica é que é que o jogo não é vida “corrente” nem vida “real”, trata-se de evasão da vida “real”, para uma esfera temporária de atividade com orientação própria. Toda criança sabe, perfeitamente, quando está “só fazendo de conta” ou quando está “só brincando”. A criança constrói os próprios percursos, cria seus espaços, dentro de uma temporalidade irrestrita, traçada espontaneamente. (TAVARES, 2014, p. 17).

Embora o jogo seja mais visto como algo para divertir, deve ser utilizado pela escola como ferramenta pedagógica que motiva a criança à aprendizagem pelo fato de causar prazer e oferecer a sensação de lazer. Trata-se do processo de aprender por meio do lúdico, o que tem todo um fascínio, tanto para os alunos quanto para os professores que devem participar ativamente das atividades lúdicas que propõe às crianças que atendem. Aragão (2010), diz que:

Entende-se então que, o professor de Educação Infantil, precisa fazer uso das variedades de jogos existentes, tornando as aulas mais dinâmicas e interessantes, para que os alunos se sintam motivados, prestem mais atenção e, conseqüentemente, possam aprender. Assim, percebe-se que os jogos permitem o reconhecimento e entendimento de regras, invenção de novas situações, para então tentar a modificação das mesmas, ou seja, jogando a criança pode participar de um mundo de faz de conta, enfrentando desafios em busca de diversão e o mais importante, revelando a criatividade, autonomia e a concentração. (ARAGÃO, 2010, p. 11).

Para que o jogo resulte em aprendizagem prazerosa, é preciso que chame a atenção dos alunos. É necessário que as atividades lúdicas tenham significado positivo para as crianças. O professor precisa escolher bem os materiais para as aulas envolvendo jogo pedagógico, levando em conta o processo histórico dos indivíduos vinculados à instituição escolar, de forma que estes materiais tenham significado real para os estudantes. A cultura do aluno deve ser conhecida pelo professor, para que as atividades elaboradas para o cotidiano de sala de aula, estejam dentro de um contexto cultural e natural do indivíduo. (TAVARES, 2014).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), colocam a utilização do jogo no cotidiano escolar como um instrumento para o desenvolvimento integral, de forma que cada matéria trabalhada pelo professor seja adequada ao conhecimento que o aluno deve alcançar. (BATISTA, 2012).

A partir da elaboração deste capítulo, foi possível analisar e compreender aspectos relevante da aprendizagem quando é utilizado o jogo pedagógico como recurso para o processo de ensino e aprendizagem. Foi verificado que o professor deve incluir no seu plano de aula, atividades lúdicas que envolvam jogos e brincadeiras, com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas e prazerosas para as crianças, sobretudo considerando que o brincar é inerente à infância.

Neste contexto, o educador tem papel significativo, que seria o de mediar a utilização do jogo e a aprendizagem. A utilização do jogo pedagógico no âmbito de sala de aula, deve ter objetivos bem definidos quanto ao processo de aprender por meio deste instrumento, que é o jogo. A criança, enquanto desenvolve atividades lúdicas entra num mundo imaginário repleto de símbolos e referências do mundo real. Com isso, o professor aproveita esta relação da criança com o jogo e com a brincadeira para incutir nela elementos didáticos e regras necessárias ao convívio

social.

Assim, fica evidenciado que o jogo pode ser utilizado como ferramenta pedagógica e é capaz de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. A escola, com isso, abre espaço para a apreciação e discussão acerca de instrumentos metodológicos diversificados que são essenciais para a construção do saber. O lúdico é inerente à vida infantil e, por isso, deve fazer parte do currículo da Educação Infantil, de forma que a escola rompa com padrões tradicionais de uma escola que não conhece o potencial das crianças a partir do seu universo mágico e imaginário, tão cheio de significação do real.

CAPÍTULO VI – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se delineou a partir da utilização dos princípios da pesquisa de ação que permite a realização da observação do campo de atuação profissional e disto construir conhecimentos voltados para a contribuição acadêmica, no sentido de construir conhecimento a partir da verificação de um fenômeno, fato ou evento no campo de pesquisa.

A pesquisa-ação tem ganhado popularidade e tem se tornado uma estratégia que tenha contribuído para o desenvolvimento de educadores e pesquisadores a buscar o aprimoramento de suas práticas por meio da investigação in loco que permite aos professores realizar uma intervenção no seu espaço profissional enquanto pesquisa sobre um tema de relevância para o processo de ensino e aprendizagem. (TRIPP, 2006).

A constituição deste trabalho, permitiu a descrever o processo de pesquisa realizado no espaço educacional em que a autora deste estudo atua. Para tanto, foi feita uma contextualização do local da pesquisa, além de buscar fundamentar este estudo em pressupostos teóricos oferecidos por autores como Ramos (2016), Kishimoto (2010) Piaget (1973) e Moratori (2003). O documento Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI, também foi utilizado como referencial teórico, com a finalidade de oferecer fidedignidade a esta investigação.

Assim, esta pesquisa teve ordem qualitativa que a partir da pesquisa-ação permitiu a realização de uma intervenção no campo de estudo, motivando a interação entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos na pesquisa.

4.1 Caracterização da Instituição-lócus do Estudo

A clientela da Creche em questão é composta por alunos em idade de seis meses a cinco anos. As turmas são divididas em maternal I e maternal II, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II e conta com corpo docente bem preparado para atender as crianças matriculadas num espaço físico apropriado ao ensino infantil.

É preciso ressaltar, que a creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz tem estrutura física de creche modelo, tendo sido recentemente construída, através de parceria estabelecida entre o governo municipal de São Bento/PB e o governo federal.

O corpo docente é composto por aproximadamente doze monitoras, uma coordenadora pedagógica e uma diretora. As atividades pedagógicas desenvolvidas com os alunos da creche são previamente elaboradas e discutidas com a coordenadora pedagógica, durante os encontros semanais que são realizados.

Todo o mobiliário da creche é novo e as salas são arejadas com cadeiras e mesas apropriadas às atividades pedagógicas. Para atender crianças muito pequenas há o berçário, que está dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de fiscalização, no sentido de que a instituição de ensino infantil esteja apta a atender as crianças na faixa de idade indicada e que requer cuidados mais específicos, como oferecer mamadeira, cuidar da higiene pessoal da criança, observação do sono e demais cuidados oferecidos aos recém-nascidos, que compõem a clientela da creche.

A estrutura física da creche em análise é composta por 26 ambientes, dispostos da seguinte maneira:

- 1 sala de informática;
- 1 refeitório;
- 1 cozinha completa;
- 1 lavanderia;
- 2 banheiros para adultos;
- 4 banheiros adaptados para crianças;
- 4 banheiros adaptados para crianças com deficiência (cadeirante);
- 1 pátio com parque para horário de lazer das crianças;
- 1 biblioteca;
- 1 sala de reuniões;
- 10 salas de aulas.

O lúdico faz parte da proposta pedagógica da Creche. Foi observado que os professores utilizam a ludicidade no ambiente de sala de aula permitindo uma interação do aluno com seus colegas e com o meio educacional do qual faz parte.

No tocante aos aspectos administrativos da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, verifica-se que a instituição é mantida pelo governo municipal, funciona nos horários da manhã e tarde e oferta a modalidade de ensino da Educação Infantil. A creche conta direção e supervisão pedagógica que acompanha, delibera e organiza o funcionamento do estabelecimento educativo primando pela oferta de ensino de qualidade e em conformidade com os parâmetros educativos do país.

Sendo assim o corpo docente é formado, na sua maioria, por profissionais qualificados que possuem graduação e pós-graduação na área pedagógica. Estes profissionais estão dispostos nas seguintes quantidades e funções: 1 diretora, 1 supervisora escolar, 20 funcionários entre professores, auxiliares e serviços gerais que atendem crianças matriculadas no berçário, Maternal I e Maternal II, além do Pré-Escolar I e Pré-Escolar II.

Assim, estas são as informações que delimitam o espaço onde a pesquisa se

realizará e de onde se fará o levantamento dos dados deste estudo, com a finalidade de analisar a importância do lúdico para a Educação Infantil.

2.4 Tipo da Pesquisa

Este estudo se fundamentou numa pesquisa-ação pelo fato de a pesquisadora atuar no espaço educativo onde ocorrerá a coleta de dados e, considerando sua inquietação diante da possibilidade de investigar a importância dos jogos e brincadeiras para a aprendizagem das crianças. Sobre essa questão de o pesquisador ter oportunidade, através da pesquisa-ação, de intervir no espaço pesquisado, Tripp (2005), esclarece que:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. (TRIPP, 2005, p. 3-4).

Para a apresentação de um ensino de qualidade para os alunos da Educação Infantil é preciso oferecer um ambiente seguro, acolhedor, que estimule à imaginação infantil, a criatividade, a diversão, de modo que as atividades tenham o propósito de elevar a autoestima das crianças, valorizando e ampliando suas experiências e seu universo cultural e, sobretudo, que seja dado à criança um ambiente que abra espaço para a brincadeira que é a forma que estas procuram reproduzir a realidade que as cercam.

Desta forma, a realização desta pesquisa se constitui como o esforço para situar o campo de investigação, com o propósito de apresentar dados qualitativos referentes à inclusão dos jogos e brincadeiras, no programa curricular da Educação Infantil do campo pesquisado, como uma estratégia pedagógica propícia à aprendizagem, de forma lúdica e contextualizada com as experiências das crianças.

O tipo de pesquisa qualitativa busca apresentar dados a respeito da compreensão de evento social, sem se preocupar com números e estatísticas. Assim, o pesquisador terá a função de apresentar resposta para a questão referente ao tema estudado. Na pesquisa qualitativa há a consideração a fatos inerentes à realidade social do sujeito, de modo que o pesquisador pretende explicar a dinâmica das relações sociais. Gerhardt (2009), justifica que:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo

entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT, 2009, p. 32).

Quanto à característica de que não há um modelo único para todos os tipos de ciências, verifica-se a ideia de que pode ocorrer de uma pesquisa apresentar resultados subjetivos, mas que não perdem valor científico em razão disso. Contudo, o pesquisador deve ter cuidado para não desviar de parâmetros de análise científica de determinado fenômeno, ocorrido num espaço social.

A pesquisa qualitativa apresenta caráter interpretativo, e forma que é preciso considerar que os indivíduos tomam atitudes baseada em suas crenças, sentimentos e visão de mundo particular. A finalidade da pesquisa é desvendar a partir de uma postura de busca da compreensão de um evento ocorrido em âmbito social. Para Minayo (2001), ressalta que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 6-7).

Assim, o tipo de pesquisa qualitativa abrange o universo dos significados inerentes ao campo social, de maneira que os eventos ocorridos neste âmbito representam fonte de análise que envolvem as relações humanas.

Com isso, o tipo de pesquisa qualitativa é escolhido pela possibilidade de apresentar informações claras e específicas sobre aquilo que se quer investigar. De acordo com o pensamento de Martins (1994, p. 46): “Muito do sucesso da pesquisa depende da coleta dos dados e informações, portanto, deverá haver plenas condições para que a informação seja precisa, fidedigna e corretamente registrada”. Significa que é preciso dispensar maior cuidado com o tratamento dos dados coletados com o fim de cumprir os requisitos de fidedignidade e precisão da pesquisa qualitativa. Freitas (2010), a partir de uma comparação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, apresenta as características da pesquisa qualitativa que são as seguintes:

- a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural com fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- a pesquisa qualitativa é descritiva;
- o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida é a preocupação essencial do investigador;
- pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados.
- a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados;
- parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve;
- envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da

A proposta de analisar a importância da ludicidade para a Educação Infantil, se fará mediante uma perspectiva de descrição de dados inerentes ao o lócus da pesquisa, sobretudo pelo interesse pessoal da pesquisadora em interagir com o grupo que será objeto de estudo, pelo fato de ser parte deste.

Sendo assim, espera-se que o contato direto com o espaço educativo a ser estudado, assim como com as relações nele estabelecidas, facilite a reflexão e compreensão do fazer pedagógico no contexto da Educação Infantil.

2.5 Métodos da Pesquisa

Considerando os objetivos do estudo de aprofundar os conhecimentos sobre a importância do lúdico para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos em fase da Educação Infantil, de modo a buscar contribuir para a compreensão pelo corpo docente da inclusão de atividades lúdicas nos seus planos de aula, pretendeu-se elaborar uma pesquisa de ordem exploratória e descritiva.

Gil (2009), classifica a pesquisa exploratória como um meio utilizado pelo pesquisador para facilitar a familiarização com a problemática pesquisa e explicitá-la o mais que for possível. O autor referenciado neste parágrafo, define a pesquisa descritiva como meio de descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. A pesquisa descritiva tem suas particularidades, entre estas se encontram as técnicas padronizadas de coleta de dados, a exemplo da elaboração de questionário e a observação sistemática.

O método precisa ser bem escolhido, pois será por meio deste que se alcançará os resultados do estudo e as repostas para o problema investigado. Para Gil (2009, p. 26), “O método é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Este pode ser caracterizado pela composição das etapas ou passos que serão dados a partir da elaboração da pesquisa.

Além do exposto, é necessário classificar o método a ser utilizado na realização da pesquisa. Desta forma, deve decidir se o método da pesquisa será o indutivo ou o dedutivo. No caso desta pesquisa, o método escolhido será o dedutivo, pelo fato de baseá-la em teorias propostas por teóricos do campo da Educação Infantil que se debruçaram sobre a importância da ludicidade para a aprendizagem das crianças.

De acordo com Diniz (2008), o método dedutivo toma as ideias e leis tidas como universais para tentar demonstrar a ocorrência de um evento. Assim, ressalta que:

O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusões. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e as regras de conclusão que se denominam demonstração. (DINIZ, 2008, p. 6).

As premissas que poderão ser analisadas no tocante à temática investigada, podem ser as seguintes:

- As atividades diárias desenvolvidas pelas professoras da creche pesquisada são diversificadas e apresentam dinâmica adequada, de maneira que as aulas são semanalmente planejadas e os jogos e brincadeiras são incluídos, de forma a permitir trabalhar determinadas habilidades infantis, tais como: interação social, coordenação motora, reconhecimento de espaço, convivência em grupo e etc.;
- A realização da pesquisa será importante, pois permitirá a observação da prática cotidiana dos docentes e verificação da relação destas práticas com os aspectos teóricos indicados pela pedagogia;
- O educador precisa desenvolver sua sensibilidade para saber compreender os anseios da criança e com isso tomar conhecimento do que estas pensam, sentem sobre si mesmas e o sobre o mundo que a cerca. A função dos professores é de contribuir para o crescimento intelectual de seus alunos tornando-os cada vez mais independentes;
- No âmbito da Educação Infantil é preciso haver interação entre família e escola, de modo que os professores devem facilitar o acesso dos pais à sala de aula e as metodologias adotadas para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças;
- O processo de intervenção no espaço educativo infantil por meio do lúdico, deve desenvolver determinadas competências nas crianças tais como: o respeito ao próximo, aos valores e as regras essenciais para a convivência em grupo; a coordenação motora e a concentração; o desenvolvimento da linguagem oral e escrita; o conhecimento de cores e formas geométricas e a interpretação de textos lidos e por meio de cotação de história.

Assim, pretendeu-se concluir a análise do tema a partir da comprovação das premissas, amparadas nos dados colhidos no campo da pesquisa. Desta forma, se as premissas forem verdadeiras as conclusões do estudo serão também, o que representará a fidedignidade dos pressupostos expostos na discussão da temática.

4.5 Instrumentos da Pesquisa

O instrumento de coleta de dados será a aplicação de questionários elaborados com o fim de investigar a problemática do estudo. Estes questionários serão respondidos por escrito pelo corpo docente da creche que será a instituição- locus da pesquisa. As questões a serem respondidas serão previamente elencadas e sistematicamente dispostas em sequências referentes ao tema da pesquisa.

Sendo assim a pesquisa será pautada em um trabalho de campo que acontecerá na instituição escolar escolhida para lócus de estudo e contará com a aplicação de questionários para a coleta de informações. Para a compreensão da definição de questionário como instrumento de pesquisa, será exposto abaixo uma citação de Chizzotti (1991), que conceitua o questionário como:

Um conjunto de questões sobre o problema, previamente elaboradas, para serem respondidas por um interlocutor, por escrito ou oralmente. Neste último caso, o pesquisador se encarrega de preencher as questões respondidas [...] A elaboração de um questionário pressupõe a apropriação de algumas técnicas para chegar aos problemas centrais da pesquisa. (CHIZZOTTI, 1991, p. 44).

Para que o questionário seja um instrumento de coleta de dados adequado, Bueno (2010), considera o seguinte pensamento:

...para a execução de um questionário de pesquisa, é necessário que o pesquisador saiba com exatidão as informações que busca e o objetivo da pesquisa e que o informante possa compreender claramente as questões que lhe são propostas. A primeira e a segunda pergunta do questionário apresentado à coordenação visaram verificar a formação profissional, idade e tempo de experiência com a Educação Infantil. (BUENO, 2010, p. 29).

Assim, é necessário que o pesquisador tenha clareza acerca do tema que pretende pesquisar para, com isso, esclarecer o seu interlocutor acerca das respostas que pretende alcançar. As perguntas devem claras e objetivas e voltadas para o tema proposto para estudo, a fim de facilitar a análise dos dados coletados.

Na realização desta pesquisa, se fará a opção pela elaboração de um questionário com questões fechadas, com a finalidade de identificar a compreensão dos educadores acerca da importância do lúdico para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, bem como seu papel neste processo.

Para Barbosa (2013):

Também chamados de survey (pesquisa ampla), o questionário é um dos procedimentos de mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa. Aplicada criteriosamente esta técnica apresenta elevada confiabilidade. Podem ser desenvolvidas para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida do cidadão, e outras questões. Quanto à aplicação, os questionários fazem uso de matérias simples como lápis, papel, formulários, etc. Podem ser aplicados individualmente ou em grupos, por

telefone, ou mesmo pelo correio. Pode incluir questões abertas, fechadas, de múltipla escolha, de resposta numérica, ou do tipo sim ou não. (BARBOSA, 2013, p. 1).

A elaboração dos questionários que foram utilizados na coleta de dados, se pautou nos parâmetros curriculares contidos no Referencial Curricular para a Educação Infantil que recomenda a intervenção pedagógica para o ensino de crianças de 0 a 6 anos através da elaboração de Projetos de Trabalho que contemplem eixos temáticos. Com isso, pretendeu-se investigar quais recursos pedagógicos são utilizados para as atividades lúdicas e em qual contexto a ludicidade é utilizada no cotidiano de sala de aula.

Além da utilização de questionários, foram realizadas observações em sala de aula e conversas informais com o corpo docente, com o objetivo de verificar a atuação do professor no uso de jogos e brincadeiras como ferramentas de aprendizagem. As observações feitas em sala de aula foram diretas e tiveram o objetivo de registrar dados verificados durante o processo de observação sem que fossem feitas interferências.

A observação direta é uma técnica de coleta de dados simples e sistemática, de maneira que se fundamenta em estruturas pré-formuladas. Com isso, será estruturado um roteiro de observação para as aulas em que jogos e brincadeiras serão utilizados como instrumentos pedagógicos.

Além da aplicação dos questionários, as observações diretas foram importantes para compor a base para a busca de evidências de que o lúdico tem influência na aprendizagem dos alunos, de forma que fique compreendido a relevância em incluir no currículo escolar os jogos e brincadeiras como ferramentas pedagógicas desde o início da vida escolar dos indivíduos, ou seja, na modalidade de ensino da Educação Infantil.

4.6 População

A população da pesquisa foi composta por alunos do Maternal I e II e do berçário da creche, assim como o seu corpo docente, composto pela diretora e a supervisora pedagógica para quais foi elaborado um questionário específico contendo questões inerentes à função que executam na referida instituição escolar e pelos professores que terão um questionário todo voltado para a utilização do lúdico nos seus planos de aula.

Além das questões pertinentes à utilização dos jogos e brincadeiras no espaço de sala de aula como parte do fazer pedagógico, foram levantadas questões

referentes ao perfil social dos alunos, ao perfil social e educativo dos professores, bem como ao campo administrativo do educandário quanto ao compromisso da oferta de um ensino de qualidade.

A partir desta população, foi composta a seguinte amostra:

4.6.1 Amostra

A amostra foi composta por 10 das professoras que fazem parte do corpo docente da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz e por 1 diretora e 1 supervisora escolar. As turmas que fizeram parte da amostra foi a seguinte: 1 turma do Maternal I, 1 turma do Maternal II e a turma do berçário.

Para a identificação do grupo da mostra foram definidas letras, a exemplo de para professora foi determinada a letra P, de forma que cada uma das professoras entrevistadas por meio do questionário foi exposta no texto da pesquisa da seguinte maneira: P1, P2, P3 até o número 10 correspondentes à amostra para essa categoria. De igual maneira, para a identificação da diretora e supervisora pedagógica foram determinadas as letras D e SP.

Assim, a amostra é um meio de mapeamento do campo e dos sujeitos da pesquisa, para tanto será preciso determinar o número de questionários que serão aplicados, de forma que neste caso foram dois: 1 para os professores, 1 para a diretora. Quanto aos alunos, foram feitas observações diretas, pré-determinadas e sem a intervenção da pesquisadora. A partir disso, foi possível construir a tabulação referente aos objetivos da pesquisa e formular a análise dos dados coletados.

4.7 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados foi feito a partir dos princípios relativos à pesquisa qualitativa, que se fundamenta no modo de pesquisa das ciências sociais que, ao contrário do tipo de pesquisa quantitativa que faz uso de medidas para explicar um fenômeno, apresentará dados subjetivos e comportamentais dos sujeitos da pesquisa para se compreender o fato investigado. (AZEVEDO, 1994).

A análise dos dados é uma etapa importante da pesquisa, pois intenta a apresentação dos resultados do estudo e, por conseguinte, exige a organização das informações alcançadas no espaço da pesquisa.

Para o tratamento dos dados é preciso averiguar as respostas coletadas a partir da aplicação dos questionários e das observações feitas no espaço de sala de aula. Assim, cada pergunta dos questionários será tratada no texto afim de encontrar

respostas para a solução do problema exposto pela investigação do tema. Será possível ainda, elaborar comparações entre a forma de percepção do tema por cada uma das professoras entrevistadas, assim como verificar o modo de atuação da direção escolar, no sentido de facilitar o trabalho dos professores a partir do estabelecimento de um clima democrático e participativo na instituição sob sua administração.

Considerando o tratamento dos dados a partir de uma perspectiva da pesquisa qualitativa, é preciso considerar o que expõe Pereira (2010, p. 4), ao considerar que: “O processo de análise qualitativa segundo Bardin (1977) pressupõe diferentes fases da análise de conteúdo, que são a pré-análise a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Isso se justifica pela preocupação em seguir cada uma das etapas de elaboração do estudo até que da análise dos dados seja construído os resultados da pesquisa, de modo a apresentar dados relevantes para a academia e para o processo de qualificação profissional do professor que poderá encontrar subsídios para desenvolver sua prática pedagógica.

CAPÍTULO V - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da elaboração deste capítulo, foi apresentada a descrição das informações alcançadas durante a aplicação dos questionários com professores e com a gestora da Creche Municipal, além do registro das observações feitas em campo e das conversas informais tidas durante o processo de coleta de dados.

O campo de investigação do presente estudo, tem importância especial para a pesquisadora por se tratar do espaço de atuação profissional, de forma a permitir um olhar mais subjetivo acerca dos dados obtidos. Sendo assim, a escolha deste tema para investigação tem relação com o interesse pessoal e profissional na utilização do lúdico para aprendizagem na Educação Infantil, isso pela consideração infância como uma fase crucial para o desenvolvimento humano e, portanto, merece maior atenção por parte dos educadores que atendem alunos nesta fase da vida escolar.

Iniciando esta etapa do capítulo pela observação do campo de pesquisa foi verificado que as atividades diárias desenvolvidas pelas professoras da creche pesquisada são diversificadas e apresentam dinâmica adequada, já que as aulas são semanalmente planejadas e os jogos e brincadeiras são incluídos, de forma a permitir trabalhar determinadas habilidades infantis, tais como: interação social, coordenação motora, reconhecimento de espaço, convivência em grupo e etc. Observar o funcionamento da escola foi interessante, pois permitiu verificar a prática cotidiana dos docentes, além da relação destas práticas com os aspectos teóricos indicados pela pedagogia. Diante disso, torna-se fundamental a realização de atividades natureza lúdica, que permita ao professor compreender como o jogo e a brincadeira podem se tornar aliados com potencial para dinamizar suas aulas e chamar a atenção dos alunos, levando-os a aprender brincando.

A partir da apresentação de uma descrição das salas de aula da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, pode-se dizer que estas salas possuem espaço grande, com quatro janelas, uma porta de acesso, um solário, duas mesas grandes para acomodação das crianças, um balcão, dois tapetes coloridos adaptados ao tamanho da criança e uma sala para banho. A decoração das salas de aula é feita com desenhos contendo letras, números e cartazes com registro fotográfico das crianças. As acomodações contemplam não o aprender e o brincar, mas também o cuidar, já que no documento Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI recomenda que as crianças matriculadas na modalidade de ensino da Educação Infantil devem receber cuidados que, embora estejam fora da esfera pedagógica, são fundamentais para auxiliar no desenvolvimento integral do indivíduo. (BRASIL, 1998).

Por ocasião da observação do berçário foi verificado que as crianças colocadas neste espaço podem compor uma turma mista, com crianças do maternal. São quatro a quantidade de professoras que atuam no berçário, divididas por turnos; manhã e tarde. Este espaço é decorado com cartazes, contendo figuras geralmente produzidas pelos alunos durante as atividades diárias.

É importante frisar que as atividades são planejadas semanalmente com a realização de reunião entre as professoras, para que possam analisar as ações pedagógicas que irão desenvolver ao longo da semana com as crianças. Logo que os alunos chegam à creche recebem cuidados e orientações acerca do cumprimento da rotina da semana. As crianças trocam de roupa, cada vestimenta é colocada em um saco plástico contendo o nome do aluno; durante essa ação as professoras vão orientando as crianças a se despirem com a finalidade de lhes facilitar a independência nas atividades cotidianas da instituição.

O momento seguinte é dispensado para o lanche e neste instante toda atenção é oferecida às crianças, sobretudo aquelas que costumam brincar com o alimento. No período da tarde, foi observado que há uma maior preocupação com doação de afeto e com os cuidados com a higiene e com o bem-estar dos bebês. Mas, esse fato ocorre em razão da dificuldade em elaborar atividades pedagógicas para crianças muito pequenas, observando uma dificuldade em utilizar o lúdico como instrumento pedagógico.

O RCNEI indica que o cuidado com o indivíduo compreende a capacidade de auxiliar estes a se desenvolverem. Desta forma, está implicado no cuidar a valorização da ajuda no desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, emocionais e culturais que compõem a formação integral do sujeito. Este cuidar só é possível através da interação do indivíduo com o outro e requer mecanismos específicos de atuação. É em razão disso, que o desenvolvimento integral do indivíduo estará à mercê dos cuidados relacionais, que implicam a dimensão da afetividade e dos cuidados com a parte biológica do corpo que envolve a alimentação e a higiene. (BRASIL, 1998).

Assim, pode-se verificar a necessidade de compreensão, por parte de algumas educadoras, de que os momentos do cuidar também podem estar recheados de ludicidade, e que podem ser planejadas atividades com brinquedos e brincadeiras com os alunos do berçário. As professoras se mostraram preocupadas em seguir a proposta pedagógica indicada pela supervisora pedagógica, mas sentem dificuldade em realizar estas atividades por acreditarem que há uma discrepância entre o que é proposto para aprendizagem e a idade das crianças. Uma atividade observada estava relacionada com a aprendizagem de partes do corpo e a

partir da interação entre as professoras e os alunos pode-se verificar que os bebês apresentavam respostas satisfatórias indicando corretamente a parte do corpo indagada pela professora como: mão, boca, olho, etc. Santana (2012), ressalta o seguinte:

As brincadeiras estão instauradas na criança desde muito cedo. O faz-de-conta é a representação do mundo em que estas estão inseridas. Propiciar lugares apropriados para que seja estimulado o imaginário e o representativo é imprescindível nas creches. (SANTANA, 2012, p. 3).

É por essa razão que as educadoras são orientadas a utilizar todo o tempo da criança no ambiente escolar para estabelecerem conversas de modo contínuo com os bebês, no sentido de lhes mostrarem o ambiente educativo, as partes do corpo, os objetos existentes em sala de aula e outros. Verificou-se que as crianças são tratadas de forma carinhosa por parte de todos os que constituem os recursos humanos da instituição de ensino. Após o banho, as crianças são levadas para uma sala, onde há um grande tapete. Foi observado que neste ambiente algumas crianças adormeciam, outras procuravam brinquedos, outras assistiam um DVD que geralmente é algum da galinha pitadinha e cantavam e dançavam enquanto outros buscavam o aconchego do colo das professoras. É ainda Santana (2012) a afirmar que:

Entender a criança e como ela se relaciona com o meio é um dos papéis mais importantes do pedagogo. O trabalho pedagógico constitui-se em ensinar a criança a melhor forma de conhecer, experimentar, relacionar-se. Em se tratando de bebês este trabalho trata das questões mais primitivas como comer, locomover-se, trocar a roupa, limpar-se, etc. (SANTANA, 2012, p. 4).

A partir da observação dos cuidados dispensados aos alunos do berçário da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, foi possível fazer uma relação com o que preconiza o RCNEI sobre a relevância nos cuidados afetivos e relacional, que os educadores devem ter para com seus alunos. É fundamental que o professor seja capaz de identificar as necessidades das crianças e oferecer a maior atenção a este aspecto, só assim poderá oferecer cuidados adequados. Neste sentido, é preciso oferecer atenção e afeto ao indivíduo que está em franco processo de desenvolvimento. O educador precisa desenvolver sua sensibilidade para saber compreender os anseios da criança e com isso tomar conhecimento do que estas pensam, sentem sobre si mesmas e sobre o mundo que a cerca. A função dos professores nesse fato é de contribuir para o crescimento intelectual de seus alunos tornando-os cada vez mais independentes. (BRASIL, 1998).

Assim, ficou evidenciado que o local reservado para atendimento das crianças é bastante aconchegante e propício às interações entre adultos-criança e criança-criança. A organização destes espaços deve considerar a garantia do bem-estar físico e psicossocial, já que são fatores fundamentais no processo de construção da

singularidade do indivíduo, bem como do desenvolvimento das suas potencialidades. É função do educador o cuidar e o educar seus alunos em fase da educação Infantil com a máxima dedicação e buscando inovar o seu fazer pedagógico, através da experimentação de novas práticas e metodologias que tornem seu trabalho mais gratificante e prazeroso para seus alunos.

Um aspecto verificado durante o processo de observação, refere-se a tentativa de interação do corpo docente da creche com a família das crianças que atende. Esta busca ocorre pela compreensão das educadoras de que conhecendo a realidade familiar das crianças terão subsídios para oferecer maior cuidado, além de realizar a troca de experiência no lidar com a criança e, com isso, ajudá-la no seu ajustamento escolar. Correia (2017), afirma que:

O trabalho da equipe da sala de creche passa por estabelecer uma relação com a criança com o objetivo de a confortar e de lhe proporcionar o seu bem-estar, ao mesmo tempo que também constrói a relação com a família com o objetivo de a confortar, dar-lhe segurança e explicar (quantas vezes forem necessárias) o trabalho que vão desenvolver com o seu filho. A creche é uma extensão da família. Se assim acreditarmos, a melhor forma é colocar esta premissa em prática. Para fazê-lo, podemos enumerar várias ações que concretizam esta ideia, como respeitar o ritmo e hábitos da criança (num berçário as crianças podem ter horários de almoço e de repouso diferentes). No que se refere à autonomia nem todas as crianças irão tirar as fraldas ao mesmo tempo, por isso o ritmo de cada criança é respeitado. Para que isto possa ser real, só quando se trabalha para construir uma relação de parceria entre a creche e a família é possível respeitar ritmos e acima de tudo compreender o outro lado, a família, com as suas dinâmicas e opções. (CORREIA, 2017, p. 1).

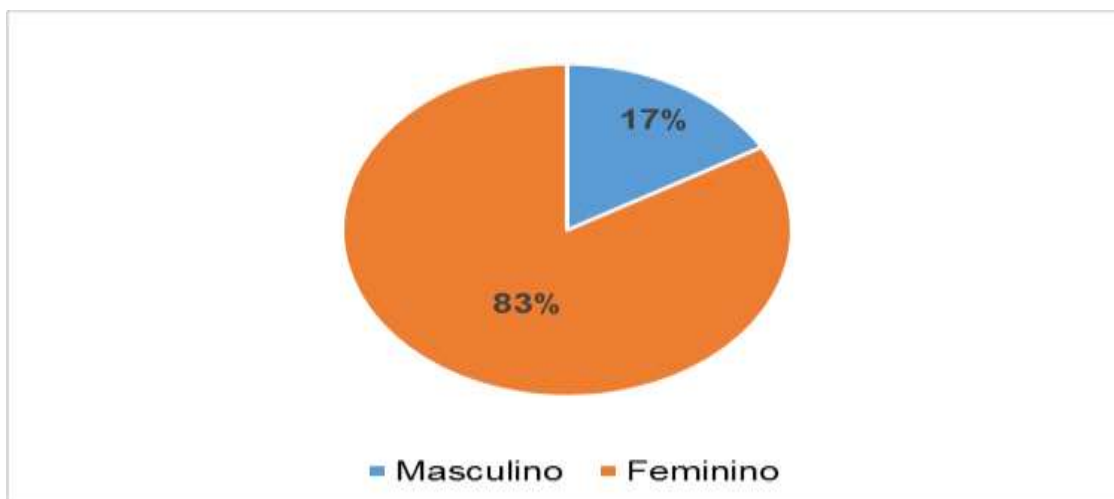
Sendo assim, é necessário que os educadores busquem firmar uma parceria com a família, com a finalidade de realizar um trabalho em conjunto, para tanto é preciso compreender as reservas da família quanto o ambiente escolar e as metodologias pedagógicas utilizadas, já que é sabido que não possuem visão pedagógica sobre métodos de aprendizagem escolar. Há pais que se quer brincam com seus filhos, que dirá aceitar o brincar como ferramenta para a construção do saber.

A partir deste parágrafo, serão descritos os dados coletados a partir da aplicação dos questionários. Foram elaborados dois questionários, sendo um para obter respostas de oito professores e um para a gestora da creche. Entre os quinze questionários entregues aos professores que se comprometeram a participar da pesquisa, somente seis devolveram os questionários, os demais se absteram de responder.

O questionário a ser aplicado com os professores continha uma pergunta referente à caracterização dos docentes e onze perguntas relativas à contextualização da temática. Já o questionário a ser aplicado com a gestora da Creche Municipal continha o mesmo número de perguntas.

A caracterização dos professores pode ser verificada a partir dos seguintes elementos: sexo, faixa etária, formação e tempo de atuação. Para tanto foram construídos gráficos com informação colhidas no questionário aplicado com os professores no campo de pesquisa.

Gráfico 1: Sexo dos Educadores

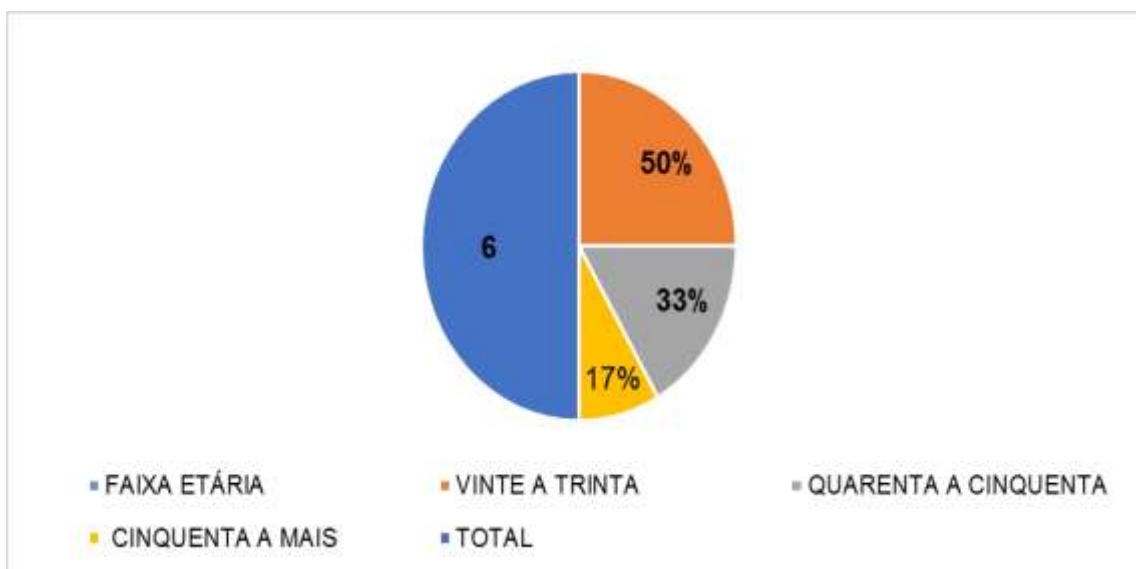


FONTE: Questionário de pesquisa (2023).

Conforme o gráfico exposto na página anterior, foi verificado que a maioria dos docentes que atuam na Creche são do sexo feminino, totalizando uma porcentagem de 83% de educadoras e somente 17% são do sexo masculino.

Esta é uma estatística que faz referência ao fato de que Brasil a maior parte dos indivíduos que buscam exercer o magistério são mulheres. O número de mulheres ocupando a vaga de professor nas creches é ainda maior, de maneira que 97,7% trabalham como educadoras de crianças na faixa de idade de frequentar creches, de maneira que para cada cem docentes em atuação nesta área, somente dois homens exercem a mesma função. (ARNIK, 2011).

Gráfico 2: Faixa etária dos Professores

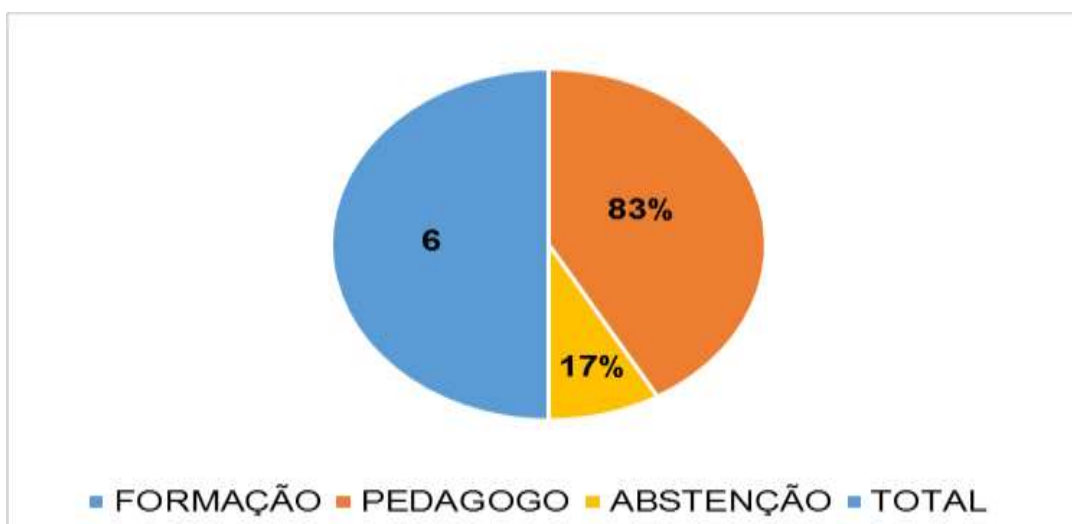


FONTE: Questionário de pesquisa (2023).

A faixa etária destes docentes é composta por educadores que estão entre os 20 e 30 anos, 40 e 50 anos e de 50 anos de mais, de maneira que a partir dos questionários respondidos foi visto que 50% professores estão na faixa de idade dos 20 aos 30 anos, 33% estão entre os 40 e 50 anos e 17% se encontra na faixa etária dos 50 anos a mais.

Com isso, foi possível verificar que a maioria dos professores são mais jovens, de maneira que o perfil destes educadores aponta para fato de que o campo da Educação Infantil tem despertado a interação das novas gerações, o que pode ser significativo para esta modalidade de ensino que, ainda, caminha para se afirmar no âmbito da educação no país.

Gráfico 3: Formação dos Docentes

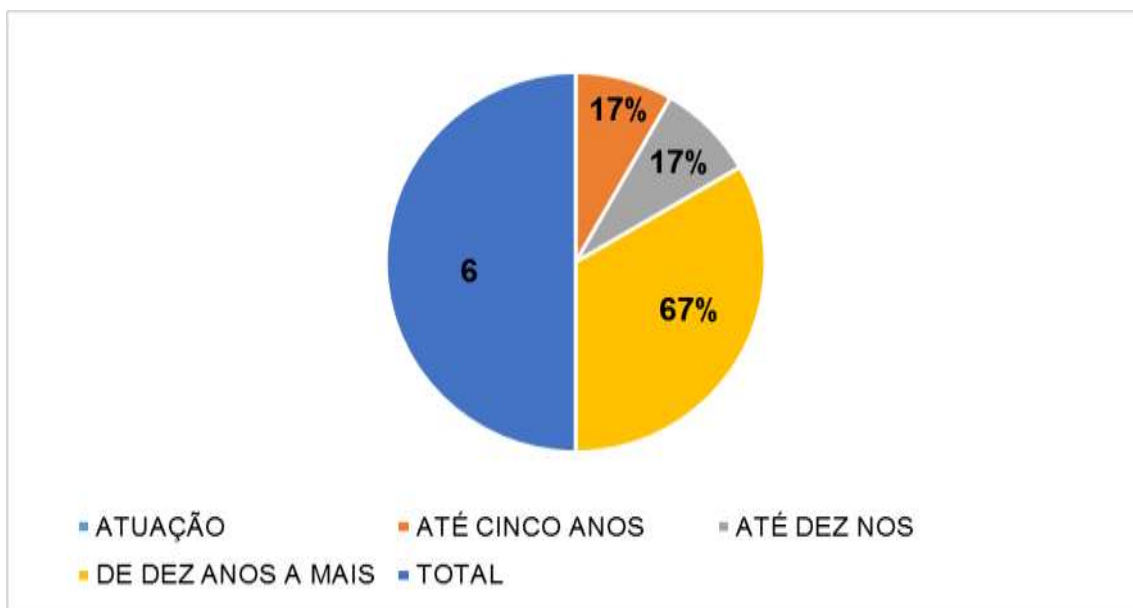


FONTE: Questionário de pesquisa (2023).

Quanto à formação dos docentes, somente 17% se absteve de responder e 83% informou possuir formação em pedagogia. A formação é um dos aspectos mais importantes para o magistério, pois isso pode influir na qualidade do ensino.

De acordo com Pimenta (2017), é recente a obrigatoriedade de formação superior na educação, de maneira que para o exercício da docência bastava que o professor tivesse concluído o ensino e frequentado o curso normal, que tem data de origem na ápora do Brasil Império. Na atualidade a habilitação do docente para a atuação na área educacional é o curso superior de formação pedagógica. Para que houvesse esta transformação no campo da educação foram necessários anos de discussão e luta dos professores em prol da qualificação profissional. Um marco desta luta é a constituição das Diretrizes Curriculares Nacionais que norteiam a formação superior dos professores da Educação Básica.

Gráfico 4: Atuação dos Docentes



FONTE: Questionário de pesquisa (2023).

O tempo de atuação no campo da Educação Infantil, foi o seguinte: 17% dos entrevistados atuam até 5 anos na Educação Infantil, 17% até 10 anos e 67% de 10 anos a mais, demonstrando que a maioria atua a muito tempo nesta modalidade de ensino.

Para a discussão acerca dos dados coletados no questionário aplicado com os professores, será feito um quadro explicativo e descritivo a partir das perguntas mais

significativas para a compreensão da utilização do lúdico na instituição escolar que serviu de campo de pesquisa. Para a indicação dos entrevistados a partir respostas abertas, ou seja, aquela em os sujeitos entrevistados apresenta sua resposta por texto, foi categorizada da seguinte maneira: P1, para professor 1, P2 para professor 2 para professor 2, P3 para professor 3, P4 para professor 4, P5 para professor 5 e P6 para professor 6.

De início foram elencadas algumas perguntas relacionadas ao trabalho desempenhado pela equipe pedagógica com o de objetivo de alcançar informações acerca da formação desta equipe na escola e como esta se relaciona, sobretudo quanto o conhecimento da importância do trabalho em parceria para o processo educativo infantil.

Quanto à existência da equipe pedagógica na creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, as respostas dadas pelos professores entrevistados apontam que a escola conta uma equipe pedagógica e a importância destes profissionais para os educadores pode ser verificada a partir da seguinte resposta:

“É de grande importância pois nos dá o suporte pedagógico necessário para atuarmos em sala de aula.” (P1).

Quanto a este pensamento de que o trabalho da equipe pedagógica é importante para oferecer suporte técnico para atuação em sala de aula, faz bastante sentido se se considerar o papel do coordenador/supervisor pedagógico para a Educação Infantil. A equipe pedagógica atua como um articulador entre a gestão escolar e os educadores, contribuindo para o fluir das atividades pedagógicas no espaço de sala de aula. Para Santos (2009, p. 2): “Ainda são embrionários e, portanto, insuficientes os estudos que focam a coordenação pedagógica na Educação Infantil.”. Sendo assim, é interessante levantar uma discussão acerca da relevância da equipe pedagógica para Educação Infantil em face do pouco tempo de regulamentação desta modalidade de ensino no Brasil.

Porém, o orientador/supervisor pedagógico tem função preponderante no espaço educativo, desempenhando diversas funções no sentido de nortear a atuação do educador em sala de aula, além de oferecer atenção especial aos alunos visando o desenvolvimento de suas potencialidades.

Uma das respostas referentes a questão 1 que trata da importância da equipe pedagógica, expressa a relevância destes profissionais para o desenvolvimento da aprendizagem. *“Muito importante para o desenvolvimento e crescimento na aprendizagem.” (P2).* Em se tratando do trabalho educativo em creches, a atuação do

coordenador/supervisor pedagógico se faz necessário pelo fato da fase inicial de vida do indivíduo ser importante para o seu desenvolvimento cognitivo. Assim, a equipe pedagógica é responsável por estabelecer os métodos de ensino e orientar os educadores para pô-los em prática, com o objetivo de desenvolver a aprendizagem das crianças. Para Rosário (2014):

O trabalho do coordenador pedagógica se faz relevante nesta etapa tão importante do desenvolvimento infantil, responsável pela articulação coletiva do projeto político-pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva democrática. Dessa maneira, considera-se que o Coordenador Pedagógico das instituições de Educação Infantil (CMEIS) têm um papel fundamental na constituição de um atendimento de qualidade, que contribua para assegurar às crianças pequenas o recém-conquistado direito à educação em creches, pré-escolas, centros de educação infantil. (ROSÁRIO, 2014, p. 4).

A compreensão do papel do coordenador pedagógico deve ser pretendida pelos professores que almejam realizar um trabalho de qualidade no âmbito da Educação Infantil. É preciso considerar que este profissional preza pela ação em equipe, buscando desenvolver um perfil profissional democrático, para que a participação do professor na construção dos planos de aula seja efetiva. É, ainda Rosário (2014), a afirmar que:

Apesar das várias funções atribuídas a estes profissionais, cabe ao coordenador estabelecer metas e linhas de ação adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos pela escola. Buscar a integração objetivando o trabalho em equipe sempre visando uma educação de qualidade. Ao coordenador pedagógico cabe acompanhar continuamente o trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação através de atendimentos individuais e coletivos, organizando junto com a direção as reuniões pedagógicas para planejamento, organização e avaliação do trabalho pedagógico junto com o corpo docente. Deve articular junto à direção o processo de elaboração e implementação do projeto político pedagógico, envolvendo o coletivo da escola, avaliando e redimensionando o processo quando necessário. (ROSÁRIO, 2014, p. 13).

Interessante a visão do entrevistado categorizado como P5, que apresentou a seguinte resposta:

“Fazer planejamento para o desenvolvimento dos alunos, visando uma educação integrada e participativa.” (P5).

A resposta do educador exposta acima, corresponde ao pensamento de Rosário (2014), acerca do papel do coordenador pedagógico. O desenvolver uma educação integrada e participativa significa a realização de um trabalho em equipe que garanta a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. O professor percebe isso nas reuniões de planejamento, quando lhe é dado voz e suas ideias são respeitadas e aceitas quando bem fundamentadas. O olhar do coordenador pedagógico para o professor se estende aos atendimentos individuais e coletivos que são importantes para o estabelecimento de uma relação de fato integrada e participativa.

Quanto a participação da equipe na elaboração da proposta pedagógica, as

respostas obtidas indicam que a proposta pedagógica da Creche é elaborada com a participação de toda a equipe que compõem o corpo docente da escola.

A partir de conversas informais com os educadores da Creche tendo o Projeto Político Pedagógico como tema, verificou-se que este é construído de maneira democrática com a efetiva participação dos professores. Conforme as informações colhidas em campo, a gestão escolar busca seguir as recomendações e princípios educativos contidos nos documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A partir da resposta do entrevistado categorizado como P1, a elaboração da proposta pedagógica é feita por meio de reuniões e conversas entre a equipe. A partir da indagação de como ocorre a proposta pedagógica na creche em análise, foi dada a seguinte resposta:

“Com reuniões e conversas informais.” (P1). Informação semelhante foi apresentada pelos entrevistados P2 e P5:

“Realizando encontro com a participação de todos.” (P2).

“Há encontro entre a equipe pedagógica envolvendo os pais dos alunos.” (P5).

A realização de reuniões e encontros dão indicação de que os interessados na construção de uma proposta pedagógica democrática e participativa é levada em consideração pela gestão escolar e pela política de funcionamento da instituição. Assim, a gestão democrática prevê a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica. Significa dizer, que alunos, professores, funcionários e os pais podem ser ouvidos e participar deste processo. O objetivo geral da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, faz menção à promoção de uma educação viva e inclusiva e isso, por meio da interação entre a escola e a comunidade escolar. Porém, a tarefa de construção do Projeto Político Pedagógico não é uma tarefa assim tão simples. Ferrari (2011, p. 2), acredita que: “Construir o PPP de uma instituição escolar é uma atividade complexa. Para se definir rumos políticos e pedagógicos, exige-se clareza diante dos objetivos almejados.”.

É muito importante o diálogo entre as partes envolvidas na comunidade escolar, tanto interna quanto externa, para que política e pedagogia estejam bem afinadas na construção deste documento que norteará as atividades desenvolvidas entorno do processo educativo. Ferrari (2011), considera que:

A partir do diálogo, trocam-se experiências, ampliam-se horizontes, possibilitando, além da compreensão frente a termos, um momento de planejamento de metas construídas pelo coletivo em prol da instituição escolar. Contudo para que isso se efetive, faz-se necessário transcender questões pessoais e dispor-se a pensar no que poderá ser melhor para o grupo.

Ao que parece, as relações interpessoais na creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz têm o diálogo como base, embora a autonomia seja algo a ser conquistado, isso se considerar a participação do corpo docente na tomada de decisões. Os docentes são ouvidos, podem opinar, mas ainda se encontram a mercê de decisões que parte de cima para baixo. Contudo, não se pode desprezar o fato de todas as ações realizadas pela gestão da instituição escolar em questão, é conversado com os professores por ocasião dos encontros pedagógicos e reuniões que são contínuas. Nestas reuniões, são discutidas as dificuldades a serem sanadas e os avanços que devem ser mantidos, sempre com o objetivo de oferecer à comunidade uma educação de qualidade.

Assim, pode-se afirmar que a proposta pedagógica da creche que foi fonte de pesquisa para a elaboração deste trabalho, é um documento construído em equipe, sendo o principal norteador das ações desenvolvidas no espaço escolar. A inclusão dos jogos e brincadeiras neste documento, ocorre a partir da recomendação do Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), que coloca o brincar como um dos princípios para a Educação Infantil, uma vez que considera a brincadeira como a linguagem da criança.

Partindo para as questões relacionadas à utilização do lúdico no espaço escolar, foi feita à seguinte indagação aos entrevistados: De que modo a ludicidade está presente em sala de aula? O objetivo desta pergunta foi o de verificar se na Creche Municipal há de fato a presença do lúdico e como os educadores percebem tal presença. Para uma melhor da compreensão da questão, as respostas foram dispostas no seguinte gráfico:

Gráfico 5: Questão 5 do Questionário de Pesquisa.



FONTE: Questionário de pesquisa (2023).

No tocante a esta questão foram colocadas as seguintes opções de respostas:

a) nas brincadeiras em sala; b) nas contações de história; c) apenas no parque na hora do intervalo; d) nas aplicações das tarefas de sala (conteúdo); e) nos recreios dirigidos. Estas opções foram reduzidas para colocação no gráfico 6.

Assim, foi calculado que do total de seis entrevistados, 50% responderam que o lúdico se encontra presente nas brincadeiras em sala de aula; 33% dos entrevistados responderam que há a presença do lúdico na atividade de contação de história e 17% entrevistado afirmou que a ludicidade está presente nos recreios dirigidos. Nenhum dos entrevistados escolheu a opção hora do intervalo e a opção tarefas em sala.

Frente ao exposto, pode-se analisar esta questão a partir da importância do lúdico no espaço de sala de aula, buscando compreender como as atividades lúdicas são planejadas e dirigidas pelo professor, além de verificar a seleção dos jogos, das brincadeiras e do brinquedo.

Brincar é um elemento inato na criança e, tem sido utilizado na educação para facilitar a aprendizagem. Quando um professor da Educação Infantil afirma que utiliza o lúdico em sala de aula, está demonstrando que planejou atividades pedagógicas tendo a brincadeira como um recurso para se alcançar a aprendizagem. Com isso, o lúdico passou objeto de interesse dos profissionais da educação, que buscam articular a prática pedagógica com novos recursos a serem introduzidos no currículo escolar.

Serafim (2010), informa que:

Criar condições para o brincar está sendo transferido, cada dia mais, do núcleo familiar para a instituição mais ampla como creches, escolas, centros de lazer, etc. Entretanto, a criança aprende a brincar desde os primeiros anos de vida, precisando de alguém disponível para brincar com ela e à ensiná-la a brincar. (SERAFIM, 2010, p. 8).

A autora acima citada, ressalta que o lúdico se tornou um tema bastante pesquisado, especialmente no campo da Educação Infantil, pelo fato do brincar ser algo específico da infância e, portanto, ser possível a utilização do brinquedo nas atividades pedagógicas, com vistas a facilitar a produção de conhecimento, do processo de aprendizagem e do desenvolvimento da criança. (SERAFIM, 2010).

Uma reconhecida a importância do brincar no espaço educativo de creches e pré-escolas, é preciso que o professor esteja aberto a tal questão, a ponto de proporcionar aos alunos atividades que divirtam, mas que que alcance o objetivo de que a brincadeira em sala de aula resulte em aprendizagem. Assim, a brincadeira não pode ser livre, ou relativa ao brincar por brincar, mas sim dirigida a aprender aquilo que o educador selecionou como conteúdo didático a partir das áreas de conhecimento específicas para a faixa etária dos alunos.

E como ocorre a aprendizagem infantil, quando da utilização do lúdico como instrumento pedagógico? Esta questão pode alcançar resposta através do exposto por Tristão (2010), na seguinte citação:

Através da atividade lúdica e do jogo, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando. A convivência de forma lúdica e prazerosa com a aprendizagem proporcionará à criança estabelecer relações cognitivas com as experiências vivenciadas, bem como relacioná-las às demais produções culturais e simbólicas conforme procedimentos metodológicos compatíveis com essa prática. (TRISTÃO, 2010, p. 17).

Percebe-se que é amplo o alcance de aprendizagem que pode resultar da ludicidade no ambiente escolar. Como exemplo da utilização de atividades lúdicas no espaço de sala de aula, pode-se descrever aqui um plano de aula, que tem por área do conhecimento: Natureza e Sociedade, por tema: Esquema corporal - Órgãos dos sentidos e por objetivo: Desenvolver no aluno a percepção e reconhecimento das partes do seu corpo, explorando e identificando os órgãos dos sentidos e suas funções, pode-se utilizar o lúdico a partir da seguinte metodologia de ação:

- Acolher a turma como uma música; apresentar o tema do dia através do estabelecimento de um diálogo, levando-se em consideração o conhecimento prévio dos alunos; apresentar figuras com partes do corpo sobre as quais se vai trabalhar na aula, com a finalidade de mostrar as crianças a função de tais partes do corpo; solicitar que as crianças apontem no corpo do colega qual órgão corresponde a função de sentir odores, ouvir, tocar e sentir o paladar; realizar dinâmicas referentes aos órgãos dos sentidos, como por exemplo, a dinâmica do tato permite ao professor levar objetos dentro de um saco e solicitar aos alunos, que estarão com os olhos vendados, que toquem nos objetos e descubram quais objetos tocou; levar jogos a partir do conteúdo estudado na sala de aula, como por exemplo o jogo dos sentidos, que corresponde a cinco caixinhas contendo cada uma, uma figura referente aos órgãos dos sentidos (olho, nariz, boca, orelha e mão) e o professor distribui diferentes figuras entre a turma que receberá a orientação para depositar tais figuras nas suas respectivas caixinhas.

A atividade descrita é uma das mais simples a serem realizadas com os alunos em sala de aula, a partir da tentativa de dinamizar a aula com elementos lúdicos, no caso a música e os objetos são instrumentos que podem chamar a atenção dos alunos e leva-los a aprender de maneira prazerosa e divertida. Para Tristão (2010, p. 17): “O lúdico é considerado prazeroso, devido à sua capacidade de absorver o indivíduo de

forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional.”

Uma situação também investigada refere-se à presença do lúdico nos horários de intervalos na sala de aula e todas as respostas foram positivas, indicando que há momentos dedicados às brincadeiras, de forma que pode ser possível intercalar atividades as atividades puramente pedagógicas com atividades lúdicas.

A partir do questionamento de como ocorre a presença do lúdico durante os intervalos em sala de aula, foram alcançadas as seguintes respostas:

“Em brincadeiras dirigidas e também em brincadeiras de “faz de conta.” (P1).

“Com músicas, parque e jogos.” (P2).

“Os professores com os alunos levam diversos brinquedos e são realizadas várias brincadeiras.”. (P5).

“Através das brincadeiras dirigidas com lateralidade, maior e menor, dentro e fora, e noções de espaços.” (P6).

Uma palavra significativa surgida nos questionários refere-se ao faz de conta. A escola deve respeitar o processo de imaginação pelo qual a criança passa, considerando que o faz de conta é um mundo da fantasia em que a criança é emergida e é, também, um modo desta assimilar regras de convivência do mundo real e dos aspectos culturais da sociedade da qual é parte. A porta de entrada para o campo da fantasia é a brincadeira. Sobre esta questão, conta no Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI (1998) o seguinte pressuposto:

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. (BRASIL, 1998, p.27).

Nesse sentido, a brincadeira é algo sério para a criança. Aliás, habilidade de interação com o meio social é iniciado pelo brincar, além do desenvolver o lado subjetivo que faz parte da formação da personalidade do sujeito, ou seja, a singularidade do sujeito é moldada a partir das primeiras experiências do indivíduo, de forma a compor sua individualidade.

Facilitar momentos para o lúdico no ambiente escolar é importante, tanto para auxiliar na aprendizagem quanto para motivar a imaginação e a criatividade da criança, assim como permitir momentos de descontração. Sem esquecer que brincar é um direito da criança. (LIRA, 2014).

É interessante também, a fala da professora que mencionou levar diversos brinquedos para a sala de aula. O professor é responsável por oferecer todas as ferramentas adequadas à realização das brincadeiras, preparar o espaço para o brincar, determinar o tempo de brincar, além de participar das brincadeiras entrando junto com as crianças no mundo da fantasia. A partir disso, o professor terá a oportunidade de observar as diferenças individuais, as habilidades de cada aluno e as dificuldades que estes possam apresentar, facilitando o planejamento de atividades que visem sanar tais dificuldades e desenvolver a aprendizagem.

Conforme Silva (2013):

Para compreender melhor o desenvolvimento da criança, deve-se analisar como ela brinca e se está realmente interagindo com o meio. O brinquedo é essencial na vida dela e, portanto, fundamental ao professor em suas avaliações na educação infantil. (SILVA, 2013, p. 2).

Leite (2005), enfatiza que um dos maiores elementos que influenciam o desenvolvimento da criança é o brinquedo, uma vez que exerce sobre o indivíduo o mesmo valor que o trabalho é para o adulto. Para Coutinho (2014, p. 20): “O brinquedo possui relevantes funções que possibilitam ao indivíduo aprender, desenvolver-se e interagir no ambiente.”.

Com isso, verifica-se que o brinquedo tem importante função no processo de ensino e aprendizagem e os educadores demostram ter ciência deste fato, embora haja muita dificuldade em utilizar o brinquedo como ferramenta pedagógica.

A partir das observações *in locus*, foi possível verificar que nem todas as educadoras estão dispostas a utilizar jogos e brincadeiras em sala de aula. A resistência ao uso do brinquedo pelos professores é bastante perceptível. Aliás, uma das professoras entrevistadas foi enfática na sua resposta ao afirmar que não usa jogos e brincadeiras no cotidiano escolar.

A partir da questão que continha o seguinte: Você faz uso de jogos e brincadeiras em seu cotidiano escolar? Quais? Foram dadas algumas respostas bem significativas para a contextualização do tema investigado. A maior parte das respostas foram positivas, de forma a compreender que há a utilização de jogos e brincadeiras no cotidiano escolar dos alunos da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz.

Algumas das respostas do grupo entrevistado, demostram bem como o lúdico faz parte das atividades escolares desenvolvidas no referido estabelecimento de

Educação Infantil, assim estas respostas serão expostas abaixo:

“Sim, jogos de letras e números, de encaixe entre outros.” (P1).

“Sim, como dominó, blocos lógicos, jogo da memória.” (P2).

“Não, minha turma não uso.” (P4).

“Sim, boliche, dominó, jogo da memória, pula corda, cabo de guerra.” (P6).

Pelo o que foi apresentado pelas educadoras da Creche, utiliza-se de jogos de letras e números, jogos de encaixe, dominó, blocos lógicos, jogos de memória e outros para tornar o lúdico uma prática cotidiana no espaço escolar. Entre as três respostas transcritas, percebe-se que uma professora apresenta uma resposta distanciada das demais. É possível que esta professora associe o brinquedo e a brincadeira à atividade de lazer ou, simplesmente, não possua habilidade para o uso do lúdico como instrumento de sua prática pedagógica.

Neste contexto, pode-se pensar no processo de escolarização da Educação Infantil que permeia a prática de creches e pré-escolas, assim como a atuação de muitos educadores. Desta forma, para que a atividade lúdica alcance o objetivo de resultar em aprendizagem é necessário que o professor não só prepare a atividade lúdica como participe da mesma. Alves (2009), afirma que:

Isso implica ir muito além de propor uma brincadeira ou jogo à criança. Exige do professor disponibilidade para viver o lúdico, para fazer do lúdico recurso efetivamente educativo. Isso significa estar disponível para acolher todo um universo subjetivo circulante no cenário ficcional constituído pela atividade lúdica. (ALVES, 2009, p. 25).

Ocorre que, nem sempre, os professores estão aptos a acolher o lúdico de maneira adequada e no lugar de mediadores entre o brincar e aprendizagem, ocupam o papel de observadores das atividades lúdicas que propõem aos alunos.

A partir de conversas informais com professoras da Creche foi visto que há a compreensão da importância do lúdico no cotidiano de sala de aula, mas que há uma expectativa por parte dos pais que as crianças venham à escola para realizar atividades pedagógicas, de modo a apresentarem à visão de que só devem haver brincadeiras no horário de recreio e/ou em casa.

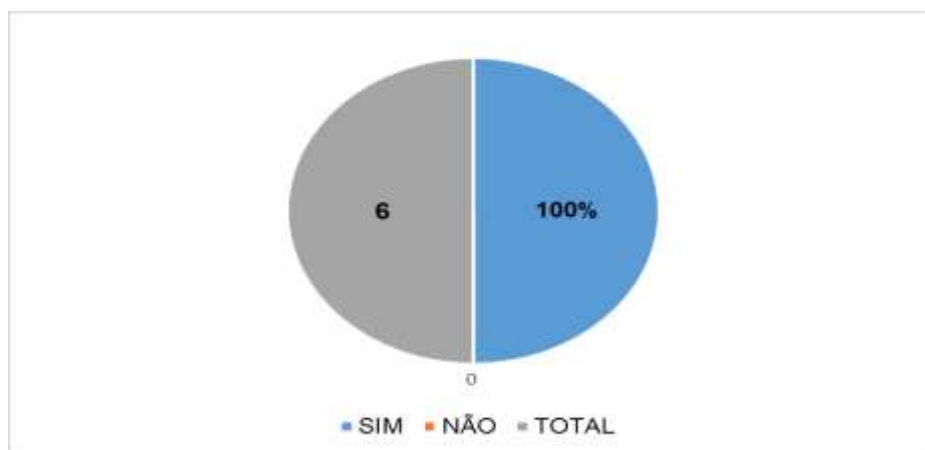
Há também a associação do brincar com a algazarra e com o barulho. Algumas professoras se sentem incomodadas quando percebem que há movimentação em suas salas.

Isso pode significar que não detém o controle dos seus alunos, numa concepção de que precisam manter a atenção das crianças para o conteúdo didático e para tanto estas precisam estar em silêncio e quietas, o que leva ao pensamento de que, talvez, ainda haja resquícios do ensino tradicional a ser posto por acabado pela escola e seus

educadores.

Uma pergunta que foi elencada no questionário elaborado para os professores, continha o seguinte enunciado: Você considera necessário o lúdico no ambiente escolar? A partir da opção dada para resposta de SIM ou Não, foram coletados os seguintes dados:

Gráfico 6: O Lúdico é Importante no Ambiente Escolar



FONTE: Questionário de Pesquisa (2023).

A partir do que foi respondido, pode-se afirmar que há a compreensão por parte das professoras entrevistadas acerca da importância do lúdico no ambiente escolar, tanto que 100% dos entrevistados afirmaram que consideram importante a presença do lúdico no ambiente escolar. Porém, o que se vê na prática é o oposto, visto que as atividades lúdicas são pouco utilizadas pela maioria das educadoras na escola pesquisada.

Para complementar esta questão, foi indagado aos professores por quê o lúdico é necessário no ambiente escolar. Algumas das respostas continham o seguinte pensamento:

“É importante porque a criança aprende muito mais facilmente quando se trabalha com o lúdico.” (P1).

“Porque aprender brincando é um ato de amor além da criança não esquecer o que já foi ensinado.” (P2).

“É mais um avanço para a aprendizagem.” (P3).

“Porque descobrimos agilidades, atenção, memorização etc., por parte das crianças.” (P6).

De fato, a aprendizagem ocorre de modo mais fácil quando se faz uso de jogos e brincadeiras no ambiente escolar. Isso se for considerado que o brincar permite a

assimilação de informações do mundo real. Já o jogo facilita a compreensão pela criança de significados referentes à expressão oral, à linguagem afetiva e ao conhecimento de símbolos que compõem o mundo concreto. (SANTOS, 2015).

Faz sentido afirmar que o lúdico facilita a memorização de conceitos ensinados às crianças. Ao brincar, a criança fica concentrada na brincadeira e esse é o momento de o educador introduzir o conteúdo escolar que deseja que o aluno aprenda. Santos (2015), justifica que:

Neste sentido, é importante que se saiba o quanto é relevante a utilização das brincadeiras infantis, pois a criança sente-se motivada e o educador inova sua prática, consegue êxito no processo ensino aprendizagem e posteriormente, leva a criança a pensar e interagir de forma mais dinâmica com seu meio. Deve-se compreender o brincar como ação fundamental para o desenvolvimento da pessoa e dos grupos sociais, em diferentes épocas e espaços. Pois, o brincar é natural, quando se brinca, fica-se altamente concentrado. (SANTOS, 2015, p. 9).

Cabe ao professor articular a ludicidade com as atividades pedagógicas no âmbito de sala de aula. Para tanto, é necessário que o educador vá além da compreensão teórica da importância do jogo e da brincadeira para a aprendizagem e reconheça que o brincar é fundamental para a infância, como meio para a interação, para a assimilação de regras sociais e para externar a imaginação que algo inerente à criança.

No campo de pesquisa, foi possível observar que as atividades diárias desenvolvidas pelas professoras são diversificadas e apresentam dinâmica adequada à proposta de utilização do lúdico como ferramenta de trabalho, embora ainda se perceba resistência à prática do lúdico em sala de aula.

As aulas são semanalmente planejadas e os jogos e brincadeiras são incluídos, de forma a permitir trabalhar determinadas habilidades infantis, tais como: interação social, coordenação motora, reconhecimento de espaço, convivência em grupo e etc. Com isso, é muito importante que o professor da Educação Infantil desenvolva os conteúdos escolares utilizando o lúdico como metodologia de ensino. Com efeito, foi que se pretendeu analisar ao longo da elaboração deste capítulo, levantando uma discussão sobre a relevância da inclusão de atividades lúdicas no cotidiano de sala de aula como instrumento pedagógico importante para o processo de ensino e aprendizagem, bem como para o desenvolvimento das habilidades motoras e das aptidões mentais e emocionais dos indivíduos.

Além do questionário elaborado para as professoras foi feito um questionário a ser aplicado à diretora da Creche com o objetivo de contextualizar a gestão escolar. Assim, foram elencadas perguntas referentes ao tempo de atuação na gestão escolar, a formação acadêmica da gestora, a opinião da diretora acerca da utilização do lúdico

no espaço escolar, sobre o Projeto Político Pedagógico da instituição, sobre se há recursos financeiros disponíveis para garantir atividades lúdicas no cotidiano da escola.

Vale salientar, que será feita uma análise geral das respostas alcançadas a partir da aplicação do questionário com a diretora escolar, no sentido de problematizar a participação da gestão na questão do lúdico no ambiente escolar.

Assim, foi verificado que a diretora da creche em questão, se encontra na faixa etária dos 20 a 30 anos e possui graduação em pedagogia, estando atuando como gestora escolar há três anos e meio. A partir da indagação sobre como definiria sua atuação como gestora escolar, foi apresentada a seguinte resposta: *“A minha atuação é de uma gestão democrática, sempre busco o melhor para todos.”*

(GESTORA ESCOLAR).

A gestão escolar democrática é muito importante para a atuação dos docentes no espaço da Educação Infantil. O gestor escolar deve ter sim, um olhar sobre o lúdico para que facilite ao professor colocá-lo em prática no seu cotidiano escolar.

Já há muito tempo, o diretor escolar não é visto como a pessoa responsável pela parte burocrática da escola. O gestor deve adotar a postura de líder e trabalhar para facilitar a atuação do corpo docente participando ativamente das questões de ordem pedagógica, além de facilitar a participação da família no ambiente escolar. Para Colling (2012):

O diretor responde pela organização administrativa, busca através de ações democráticas a efetiva participação dos membros da comunidade escolar, estruturando setores para o bom desenvolvimento e desempenho pedagógico e comprometido com a estabilidade financeira da instituição. Através do conhecimento dos membros da escola desde funcionários aos alunos e seus familiares, zela pela escola como um todo e possui a autorreflexão de suas ações voltadas para a formação dos educandos. (COLLING, 2012, p. 5).

Assim, o gestor escolar contribui para que os professores tenham recursos didáticos adequados à sua prática, exercendo também a função de facilitador, com a habilidade de mediar as práticas pedagógicas e a aprendizagem.

Sobre a utilização de jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem, a gestora escolar opinou da seguinte maneira: *“É de suma importância a utilização de jogos e brincadeiras, pois é com ludicidade que o ensino aprendizagem se torna prazeroso e a criança toma gosto no aprender.”* (GESTORA ESCOLAR)

A partir do momento em que a gestão escolar se compromete com o desenvolvimento integral do aluno, é fundamental que reconheça a importância do lúdico neste processo. Assim, gestão escolar e ludicidade devem caminhar uma ao lado da outra, de forma a garantir um espaço escolar saudável para o aluno.

A observação da atuação da equipe administrativa da Creche além do acesso ao Projeto Político Pedagógico da referida escola, permitiu verificar que a proposta de trabalho da instituição é pautada na efetivação do que está indicado no Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil, que recomenda uma intervenção pedagógica para o ensino de crianças de 0 a 6 anos a partir da elaboração de projetos de Trabalho, contemplando eixos temáticos.

Para que o que foi exposta no parágrafo acima aconteça é preciso que o espaço reservado para a realização das atividades seja bem estruturado, com materiais organizados e de qualidade. É importante considerar que tanto o espaço quanto os materiais não podem ser utilizados de modo passivo, mas como ferramentas ativas do processo educativo que indiquem o modelo educacional adotado pela instituição de ensino. Dessa forma, os brinquedos e brincadeiras devem ser garantidos pela gestão escolar, já que são auxiliares da aprendizagem infantil. (BRASIL, 1998).

Uma informação importante apresentada pela diretora escolar entrevistada, refere-se à destinação de recursos financeiros voltados para o favorecimento do lúdico no ambiente escolar. A resposta dada foi a seguinte:

“Recebemos o Brasil Carinhoso no qual investimos parte em jogos, embora esse ano não recebemos nada, mas sempre investimos em materiais didáticos, jogos e etc.”
(GESTORA ESCOLAR).

O Programa Brasil Carinhoso, é um Programa do governo federal que se refere à transferência automática de recursos financeiros voltados para o custeio de despesas relativas à manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil. Ocorre, que este recurso deve ser utilizado para ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, assim como garantir o acesso e a permanência da criança na escola. Além disso, o recurso é direcionado a crianças de 0 a 48 meses e é necessário que as crianças estejam oriundas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. (BRASIL, 2017).

A garantia de materiais didáticos é fundamental para o trabalho dos professores e a aquisição de jogos pedagógicos e brinquedos são importantes para a prática do lúdico em sala de aula e fora desta, embora na creche em questão, o brinquedo seja mais utilizado dentro da sala de aula, já que as crianças costumam brincar nos intervalos no pátio que conta com parquinho.

Sendo assim, é preciso garantir espaço e materiais didáticos adequados ao atendimento de crianças pequenas, por isso a relevância em contemplar metas e ações curriculares a partir da faixa etária dos alunos, quando da elaboração do Plano de Trabalho da escola, o qual terá a figura do diretor à frente da discussão. É por meio desta perspectiva que o lúdico se faz presente dentro e fora de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta tese foi bastante enriquecedora, pois permitiu comparar os conceitos aprendidos em sala de aula com a atuação prática do profissional de pedagogia, a partir das atividades desenvolvidas no campo de pesquisa. Permitiu, também, verificar caminhos a seguir para tornar-se um bom profissional nessa etapa no campo da Educação Infantil, sobretudo pelo fato de o trabalho nesta modalidade de ensino exigir bastante dedicação e responsabilidade, já que a clientela é composta por crianças muito pequenas, na faixa de idade de 0 a 6 anos.

Foi visto que o lúdico é discutido em todas as reuniões de planejamento sendo, inclusive, parte da proposta pedagógica da Creche. Mas, na prática ainda há muito caminho a ser percorrido pelo fato da resistência ao brincar num espaço onde se habituou considerar como sério e com movimento limitado.

No espaço escolar da criança é preciso haver movimento, possibilitando a interação em sala de aula com as brincadeiras propostas e facilitando a aprendizagem através do lúdico com a finalidade de desenvolver determinadas competências nas crianças tais como: o respeito ao próximo, aos valores e as regras essenciais para a convivência em grupo; a coordenação motora e a concentração; o desenvolvimento da linguagem oral e escrita; o conhecimento de cores e formas geométricas e a interpretação de músicas e canções e etc.

Assim, o projeto de trabalho da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz, é um projeto que contempla o conjunto de atividades que trabalham com conhecimentos específicos a partir dos eixos temáticos de intervenção pedagógica. Uma proposta pedagógica, voltada para a interdisciplinaridade e que prioriza as áreas de conhecimento, tais como: Movimento e Psicomotricidade; Natureza e Sociedade/Artes Visuais; Música; Linguagem Oral e Escrita; Matemática e (BRASIL, 1998).

As atividades realizadas a partir da área de conhecimento Movimento e Psicomotricidade tem o objetivo de desenvolver a coordenação motora e estimular a convivência em grupo e desenvolver situações que levem as crianças a conhecer, por exemplo, as cores, objetos do seu cotidiano e etc. Quando houver o planejamento de uma aula em que a área do conhecimento será a Música, o professor pode buscar alcançar o objetivo de estimular a reprodução de sons, explorar a possibilidade de gestos, ouvir músicas infantis, trabalhar a expressão corporal e o equilíbrio, estimular a interação com outras crianças e brincar com a música. Para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, é possível desenvolver atividades com o objetivo de motivar

o interesse pela leitura, trabalhar a percepção visual e promover a concentração e a oralidade.

A partir do que foi visto até aqui, pode-se afirmar que são diversos os desafios a serem vencidos pelo professor da Educação Infantil, entre tantos há o papel de mediador da aprendizagem. A necessidade que os indivíduos possuem de serem seres que necessitam de convívio social é a chance do educador para abrir a porta para o despertar da confiança do aluno na sua figura como mediador da aprendizagem. O professor precisa ter segurança para olhar nos olhos de seus alunos, precisa desenvolver o sentimento de acolhida para que a criança se sinta segura no espaço escolar.

Assim, verifica-se que são múltiplas as habilidades a serem desenvolvidas pelo professor para o atendimento de crianças em creches e pré-escolas, por isso, ser considerado desafiadora a atuação no âmbito da Educação Infantil. Porém, torna-se gratificante ao passo que o trabalho é feito de forma participativa, responsável e integrativa.

Uma condição bastante favorável ao processo de ensino e aprendizagem na Creche, consiste na sua estrutura física. Foi verificado que esta apresenta excelentes condições de funcionamento, com mobiliário novo e adequado às atividades pedagógicas. Os cuidados com a higiene das crianças são priorizados, tanto que as salas contam espaço para banhar os alunos, considerando que o trabalho com bebês requer atendimento específico.

A pesquisa no âmbito da Educação Infantil, foi uma experiência significativa para o processo de ampliação de conhecimentos no campo pedagógico, constituindo-se num momento rico e proveitosos, em que ficou evidenciada a relevância em conhecer o contexto de sala de aula e relacionar a teoria com a prática pedagógica. Disso resulta que, esta foi uma experiência na qual se pode crescer como educadora no âmbito da Educação Infantil, já que se acredita que se pode contribuir, de alguma forma, para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Além disso, a investigação realizada na creche em questão, pode contribuir para demonstrar os desafios cotidianos que são enfrentados pelo corpo docente, além de contextualizar a prática pedagógica, no tocante à dinamização das aulas e aproveitamento do tempo com a efetuação de atividades lúdicas planejadas com o objetivo de alcançar o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e afetivas das crianças.

É importante frisar que, a realização desta pesquisa foi importante para a compreensão da importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento cognitivo das crianças que se inicia no período da Educação Infantil. Assim, todo o

trabalho desenvolvido serviu como suporte enriquecedor para melhor relacionar teoria e prática e melhor compreender o papel dos jogos e brincadeiras na aprendizagem infantil.

Merece destaque a atuação da equipe pedagógica da Creche que demonstra possuir compromisso com os princípios pedagógicos estabelecidos pelos especialistas em Educação Infantil, de modo que esta equipe tem apresentado um trabalho voltado para o respeito às especificidades da primeira infância e orientando os professores e a comunidade escolar à percepção da criança como um ser completo que precisa de estímulos para o seu desenvolvimento integral.

Desta forma, a equipe pedagógica da creche tem a função de elaborar as metodologias de ação e realizar um trabalho em conjunto, tendo a criança e suas peculiaridades como foco central. A ideia de que a escola precisa perceber a criança como ser completo e indivisível, significa dizer que a escola deve considerar que a criança pequena sente, brinca, se expressa, se movimenta e esta condição precisa ser respeitada pela escola. Isso em consonância com que está preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, acerca da garantia do reconhecimento da criança pela escola como indivíduo social e, portanto, capaz de ser, sentir, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se e agir. Com a criança este processo ocorre de forma gradual e a escola tem a função de auxiliar o menino e a menina a se desenvolverem de modo integral.

A maior dificuldade verificada no campo de pesquisa, foi a questão do professor como facilitador da brincadeira em sala de aula. Durante o planejamento das aulas que ocorre em conjunto, as atividades lúdicas são contempladas e constam no plano de aula de todos os professores. Contudo, em algumas salas, a atuação do professor se encerra na observação das crianças brincando, de modo a inexistir a interação entre adultos e criança, quando da presença do lúdico dentro da sala de aula. Com isso, a participação do professor nas brincadeiras dirigidas, se limitam a escolher a brincadeira, elaborar os objetivos, criar o espaço para a realização do brincar e explicar a brincadeira aos alunos. Desta forma, há salas em que o lúdico está presente, mas não de modo adequado.

Em conversa informal com a direção da creche, foi verificado que a gestão permite a participação dos educadores em qualquer situação relacionada à melhoria do ensino, de maneira que é permitido a apresentação de sugestões e críticas voltadas para a oferta de um ensino de qualidade e, ainda, para a melhoria das condições de trabalho do educador. Assim, a gestão escolar se declara apoiadora de uma proposta pedagógica que estimule a ludicidade e a interação entre professores e alunos, de maneira que o cotidiano de sala de aula seja agradável e saudável aos

olhos das crianças.

Foi observado, que a prática pedagógica adotada na creche, tem por objetivo central a aprendizagem. Assim, o planejamento e a avaliação dos conteúdos didáticos são desenvolvidos de modo flexível priorizando a coletividade e o desenvolvimento integral dos alunos, pela conscientização do corpo docente que a Educação Infantil é a base para o desabrochar do conhecimento escolar dos indivíduos.

Um aspecto que se poderia considerar negativo, refere-se a alguns posicionamentos da escola em relação às normas internas e a colocação de rígidas regras quanto a horário e outras atividades. Foi verificado que as atividades são cronometradas, de forma que se uma criança não conseguir concluir sua atividade naquele tempo determinado terá a atividade interrompida, sem que lhe seja dada alternativa. Isso pode ser prejudicial, a partir da não observação das diferenças individuais. As atividades lúdicas e didáticas serão propostas aos alunos, mas de forma alguma haverá um padrão de entendimento e de realização da atividade.

É sabido que a escola precisa estabelecer regras para a convivência no espaço de sala de aula e fora dela, contudo estas regras devem ser claras e não tão rígidas, podendo resultar em dificuldades para as crianças realizar suas atividades e até se expressar de forma adequada.

Embora seja motivador o estudo da ludicidade no ambiente escolar, é sempre frustrante se deparar com a resistência de alguns educadores em utilizar os jogos e brincadeiras como recurso para aprendizagem, preferindo adotar uma postura mais tradicional e protelando a busca de informações e capacitação para tornar sua aula mais divertida e prazerosa para as crianças, a despeito de tudo o que é discutido nos grupos de orientação pedagógica e de planejamento, confirmando que nem sempre teoria e prática caminham juntas.

O contato com os educadores da creche municipal Maria das Graças S. de Queiroz permitiu, ainda, a descoberta do que se esconde dentro da sala de aula a partir da rotina escolar, que é exatamente o acolhimento da ludicidade vista como ferramenta de recreação mais do que de aprendizagem. Por isso, os jogos e brincadeiras são pouco utilizados dentro da sala de aula, parece não combinar com a representação de que sala de aula é lugar para a contemplação do saber e, portanto, se concretiza como um cenário sério inapropriado para o lúdico.

A partir da elaboração deste estudo pretendeu-se iniciar uma discussão acerca da relevância de incluir atividades lúdicas no espaço de sala de aula como instrumento pedagógico importante para o processo de ensino e aprendizagem, bem como para o desenvolvimento das habilidades motoras e das aptidões mentais e emocionais dos indivíduos.

Assim, foi possível elaborar uma análise da inclusão de atividades lúdicas nos programas educacionais de crianças pequenas, buscando demonstrar que além de facilitar a aprendizagem os jogos e brincadeiras podem transformar o processo educativo em momentos de prazer, diversão, criatividade e de realização das fantasias infantis, por meio das quais as crianças elaboram símbolos referentes à realidade que as circundam.

Assim, conclui-se com a afirmativa de que o processo de formação pedagógica deve melhor enfatizar a importância do lúdico para aprendizagem infantil. Além disso, a escola deve promover capacitação contínua para os educadores desenvolvam habilidades para acolher o lúdico de forma adequada dentro e fora da sala de aula. Para o lúdico ter espaço efetivo no âmbito da Educação Infantil, é necessário que o educador tenha conhecimento desta ferramenta educativa, percebendo seu papel como mediador entre o brincar e o aprender.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. **Infâncias e Educação infantil: Aspectos Históricos, Legais e Pedagógicos**. Revista Aleph, ano V, nº 16, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art8.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

ALVES, Luciana. BIANCHIN, Alahmar. **O Jogo como Recurso de Aprendizagem**. Rev. Psicopedagogia, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n83/13.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

ALVES, Fernando Donizete. **O Lúdico e Educação Escolarizada da Criança**. Editora Unesp. São Paulo- SP, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vtzip/pdf/oliveira-9788579830228-04.pdf>>. Acesso em: 13 de dezembro de 22.

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. DIAS, Adelaide Alves. **Currículo e Educação infantil: Uma Análise dos Documentos Curriculares Nacionais**. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.4 nº.2, 2012. Disponível em: <<http://periodicístico/index.php/rec/articloe/view/File/12330/7106>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: Discurso, Legislação e Práticas Institucionais**. Editora UNESP, São Paulo – SP, 2010. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2023

ANTUNES, Celso. **O Jogo e a Educação infantil: Falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir**. 9ª Edição. Editora Vozes, 2014.

ARAGÃO, Deise da Silva. NEZ, Egeslaine de. **Jogos Educativos com o Uso do Computador na Educação Infantil**. II Simpósio Nacional de Educação: Infância Sociedade de Educação. Cascavel – PR, 2010. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/70.pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

AZEVEDO, C. M. AZEVEDO, A. G. **Metodologia Científica. Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. Edições da Universidade Católica Portuguesa. Porto – Portugal, 1994.

BAMPI, Amélia. **O Direito de Brincar**. Fundação Abrinq: Pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2014. Disponível em: < <https://fundacaoabrinq.wordpress.com/2014/05/26o-direito-de-brincar/>> Aceso em: 25 de maio de 2023.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a10.pdf>> Acesso em: 30 de abril de 2023.

BARBOSA, Eduardo F. **Instrumentos da Pesquisa: Instrumentos de Coleta de dados em Pesquisas Educacionais**. Site: Ser Professor Universitário, 2013. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pes

quisas_Educacionais.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o brincar?** da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Cultura Acadêmica, São Paulo- SP, 2009.

BATISTA, Drielly Adrean. DIAS, Carmen Lúcia. **O Processo de Ensino e Aprendizagem através dos Jogos Educativos no Ensino Fundamental**. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Presidente Prudente – SP, 2012. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum/Ci%C3%AAncias%20Humanas/Educa%C3%A7%C3%A3o/O%20PROCESSO%20DE%20ENSINO%20E%20DE%20APRENDIZAGEM%20%20ATRAV%C3%89S%20DOS%20JOGOS%20EDUCATIVOS%20NO%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

BUENO, Elizangela. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil: ensinando de forma lúdica**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ELIZANGELA%20BUENO.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília – DF, 1998.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília – DF, 2006.

_____, **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília – DF, 2009.

_____. **Sobre o Programa Brasil Carinhoso**. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/brasil-carinhoso>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

BRENELLI, Rosely Palermo. **Uma Proposta Psicopedagógica com Jogos de Regras**. Coletânea de Textos Didáticos. Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2012.

CAMPOS, Roselane Fátima. **Educação infantil: Políticas e Identidade**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, nº. 9. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/7/171>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

CAPUTTI, Ana Paula C. BOZZO, F. E. F. **O Papel do Professor nos Jogos e Brincadeiras com Crianças de 5 Anos**. 2007. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/PO27269318808.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

CARVALHO, Alysson Massote. ALVES, Maria Michelle Fernandes. GOMES, Priscila

de Lara Domingues. **Brincar e Educação: Concepções e Possibilidades.** Psicologia em Estudo, Maringá, Vol. 10, nº. 2, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a08.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2023.

CERISARA, Ana Beatriz. **O Referencial Nacional para a Educação Infantil no Contexto das Reformas.** Educ. Soc., v. 23, nº. 80. Campinas – SP, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12935.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** Cortez. São Paulo – PB, 1991.

COLLING, Janete. TRINDADE, Lidiane. ZIEGLER, Mariani Martins. NICOLodi, Sônia. **O Gestor como Facilitador nos Processos de Ensino e Aprendizagem.** Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Santa Maria – RS, 2012. Disponível em: <<http://jne.unifra.br/artigos/4734.pdf>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

CORREIA, Rita Banza. **Pais e Creche, a mesma Família.** Disponível em: <<http://www.paisefilhos.pt/index.php/destaque/9005>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

DINIZ, Célia Regina. SILVA, Iolanda Barbosa da. **Tipos de Métodos e sua Aplicação.** EDUEPB. Campina Grande – PB, 2008.

DUARTE, Luiza Franco. **Desafios e legislações na Educação Infantil.** IX APED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

COUTINHO, Maria Eliete de Farias. **Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil: Contribuições de Vigotsky sobre o Tema.** Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina grande – PB, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/7052/PDF%20%20Maria%20Eliete%20de%20Farias%20Coutinho.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

FERRARI, G. V. **A Importância do Coletivo na Construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar.** PERSPECTIVA, Erechim. v.35, n.132, 2011. Disponível em: <http://novaescolaclub.org.br/sites/revista_digital/files/a_importancia_do_coletivo_na_construcao_do_ppp_da_instituicao_escolar.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023

FORTUNA, Tânia Ramos. **Sala de Aula é Lugar de Brincar?** 2000. Disponível em: <http://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto_sala_de_aula.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

FREITAS, Wesley Ricardo de Souza. JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **O Estudo de Caso (s) como Estratégia de pesquisa Qualitativa: Fundamentos, Roteiro de Aplicação e Pressupostos de Excelência.** XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. São Carlos – SP, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Editora

da UFRGS. Porto Alegre – RG, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

GIL, Robledo Lima. **Tipos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

GUSSO, Sandra de Fátima Krüger. SCHUARTZ, Maria Antonia. **A Criança e o Lúdico: A Importância do “Brincar”**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEventos/documentos/com/TCI057.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2023.

HARNIK, Simone. **Brasil: 8 em 10 Professores da educação Básica são Mulheres**. Redação de Todos pela Educação. São Paulo – SP, 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>>. Acesso em: 14 de março de 2023.

JESUS, Degiane Amorim Dermiro de. GERMANO, Jéssica. **A Importância do Planejamento e da Rotina na Educação Infantil**. II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa DO CEMAD - Docência na Educação Superior: caminhos para uma práxis transformadora. Londrina – PR, 2013.

KAUFMANN-SACCHETO, Karem. MADASCHI, Vanessa. BARBOSA, Geraldo Henrique Lemos. SILVA, Priscilla Ludovico da. FILIPE, Raquel Caetano Teixeira da Cruz. SOUZA-SILVA, João Roberto de. **O Ambiente Lúdico Como Fato e Motivacional na Aprendizagem Escolar**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.11, n.1, p. 28-36, 2011. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Pos-Graduacao/Docs/Cadernos/Volume_11/KaufmannSacchetto_et_al_v_11_n_1_2011a_rtigo_2.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **LDB e as Instituições de Educação Infantil: Desafios e Perspectivas**. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo – SP, 2001. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20supl4%20artigo1.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A Educação Assistencialista. IN: Infância, e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 5 ed. Mediação. Porto Alegre – RS, 2010.

_____. **Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/2.3_brinquedos_brincadeiras_tizuko_morchida.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

_____. **Brinquedos e Brincadeiras na Creche e na Pré-Escola**. Universidade de São Paulo – FE-USP. São Paulo - SP, 2013. Disponível em: <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/17220212_BrinquedosBrincadeiras.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

KUHLMANN JR., Moysés. **Histórias da Educação Infantil Brasileira**. Revista

Brasileira de Educação. Fundação Carlos Chagas, São Paulo – SP, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

LEAL, Gisele. LUZ, Mariana Megale. **A Intervenção Psicopedagógica em Crianças Pré-Escolares através do Jogo do Faz-de-Conta**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/monografias/Gisele%20Leal-Mariana%20Megale%20Luiz.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2023

LEITE, Eliane Campos Ruiz. RUIZ, Juliana Bueno. RUIZ, Adélia Maria Campos. AGUIAR, Terezinha de Fátima. O Brinquedo na Educação Infantil: Contribuições de Piaget, Vigotsky e Wallon. AHRÓPOLIS – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, (13): 13-21, 2005. Disponível em: <<http://revista.unipar.br/akropolis/article/view/449/408>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

LIRA, Natali Alves Barros. RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Importância do Brincar na Educação Infantil**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, V. 5, nº. 1, 2014. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educaCa o/v5_n1_2014/Natalipdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

LISBOA, Monalisa. **A importância do Lúdico na Aprendizagem, com Auxílio dos Jogos**. Disponível em: <<http://brinquedoteca.net.br/?p=1818>>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

LUIZ, Jessica Martins Marques. SANTOS, Ana Carolina Belther. ROCHA, Francielli Ferreira da. Soraia Camila de. REIS, Yara Galinari. **As Concepções de Jogos para Piaget, Wallon e Vygotski**. Disponível em: <<http://www.colegiojohnkennedy.com.br/downloads/2015/AnalLucia+03-10/JOGO.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de. DIAS, Adelaide Alves. **A Política de Financiamento da Educação no Brasil e a Educação Infantil**. RBPAE – v. 27, nº.2, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/24768/14359>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

MACHADO, Ana Margarida Magalhães de Oliveira. **Brincar [Social] Espontâneo na Creche e no Jardim de Infância - Concepções e Práticas das Educadoras de Infância**. Instituto Politécnico de Setúbal – IPS. Versão Definitiva, 2005. Disponível em: <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/7780/1/Relat%C3%B3rio%20AnaMachado%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MARTINS, J. A pesquisa Qualitativa. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3. ed. Cortez. São Paulo - SP, 1994.

MATOS, Marcela Moura. **O Lúdico na Formação do Educador: Contribuições na Educação Infantil**. Cairu em Revista. Ano 02, nº 02, Jan 2013. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/09_LUD_FOR_EDU_133_142.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MATOS, Maria São Pedro Barreto. HIGUCHE, Patrícia Caroline Fiorante. **Educação Infantil e a Construção do Educador Lúdico – Formação e Prática**. VI Colóquio

Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão - SE, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_10/PDF/23.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

MENESES, Michele Santos de. **O Lúdico no Cotidiano Escolar da Educação Infantil: Uma Experiência nas Turmas de Grupo 5 do CEI Juracy Magalhães.** Universidade do Estado da Bahia – UEB, Departamento de Educação CAMPUS I, Curso de Pedagogia, Salvador – BA, 2009. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-MICHELE-SANTOS-DE-MENESES.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Teoria, Método e Criatividade.** Vozes. Petrópolis – RJ, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.

MORAIS MARIA, Vanessa. ALMEIDA, Silvia. SILVA, Amanda Xavier da. ALMEIDA, Bianca Cristina de. FURTADO, Joice de Lima. BARBOSA, Ricardo Vincenzo Copelli. **A Ludicidade no Processo de Ensino-Aprendizagem.** Centro Universitário Augusto Motta. Corpus etScientia, vol. 5, n. 2, p.5-17, setembro 2009. Disponível em:<<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/corpusetscientia/article/viewFile/159/125>> Acesso em: 15 de maio de 2023

MORATORI, Patrick Barbosa. **Por que Utilizar Jogos Educativos no Processo de Ensino Aprendizagem?** Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, 2003. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/lquim/I_a_P/Psicologia_educacao_II/aula_03-7754/imagens/02/Jogos.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget.** Ministério da Educação. Fundação Joaquim Nabuco. Brasília – DF, 2010.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. CORSINO, Patrícia. DIDONET, Vital. **Educação Infantil no Brasil: Primeira Etapa da Educação Básica.** UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, Brasília – DF, 2011.

ORTEGA, Luciana Vieira Nunes. SOUSA, Tiago Pires. JESUS, Anderson. **Jogos e Brincadeiras no Processo de Ensino-Aprendizagem na Educação Infantil.** Revista Gestão Universitária, 2016. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/jogos-e-brincadeiras-no-processo-de-ensino-aprendizagem-na-educacao-infantil>>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e desafios dessa Modalidade Educacional.** Revista HISTEDBR On-line, nº. 33, Campinas – SP, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

PENA, Renata Sales. PENA, Maria Cecília Sales. Costa, Rosa Maria Alves da. **Formação Lúdica para professores da Educação Infantil.** FIEP BULLETIN - Volume 83 - Special Edition - ARTICLE I – 2013. Disponível em: <<http://www.fiepbulleti>

n.net/index.php/fiepbulletin/article/viewFile/2989/5831>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

PEREIRA, Alda. LOPES, Maria Filomena. **Análise Qualitativa de Dados**. 2010. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/33453811/ANALISE-QUALITATIVA-DE-DADOS>>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. FUSARI, José Cerchi. PEDROSO, Cristina Cinto Araujo. PINTO, Umberto de Andrade. **Os Cursos de Licenciatura em Pedagogia: Fragilidades na Formação Inicial do Professor Polivalente**. Educ. Pesqui., v. 43, n. 1, São Paulo – SP. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-43-1-0015.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2023.

QUEIROZ, Norma Luca Neris de. MACIEL, Diva Albuquerque. BRANCO, Ângela Uchôa. **Brincadeira e Desenvolvimento Infantil: Um Olhar Sociocultural Construtivista**. Universidade de Brasília. Paidéia, 16(34), 169-179, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a05.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2023.

QUIQUETO, Ana Maria B. **5 Passos para Você se Tornar um Bom Professor de Educação Infantil**. 2016. Disponível em: <<http://blog.maxieduca.com.br/bom-professor-de-educacao-infantil/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

RAMOS, Anna Carolina Moraes de Mendonça. **A Evolução Histórica da Educação Infantil e suas Políticas Atuais**. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ, 2006. Disponível em: < <http://www.avm.edu.br/monopdf/39/ANNA%20CAROLINA%20MORAES%20DE%20MENDON%C3%87A%20RAMOS.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

RODRIGUES, Janaina Farias. **Jogos Lúdicos no Processo de Ensino e Aprendizagem na Educação Infantil**. Centro Universitário de Brasília. Brasília – DF, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/4573/1/JANAINA%20FARIAS%20RODRIGUES.pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

SANTANA, Marcielen Vieira. ROCHA, Alessandra B. da. **Desenvolvimento Lúdico com Bebês: Repesando os Possíveis Espaços**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS, 2012. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2012/01/Marcielen-Vieira-Santana-e-Alessandra-Balsamo-daRocha.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023

ROSÁRIO, Daniely do. **O Papel do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47207/DANIELY%20DO%20ROSARIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

SANTOS, Cora Linhares dos. LIMA, Ana Paula Soares. **Educação Escolar e Ludicidade: Uma União que Contribui na Aprendizagem da criança**. Universidade Federal de Sergipe – UFS. 2013. Disponível em: <http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/EDUCACAO_ESCOLAR_LUDICIDADE.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2023.

SANTOS, Isabela Samogim. MESSAGE, Carla Plantier. FREITAS, Cecília Maria Prates de. DIAS, Carmem Lúcia. **A Importância dos Jogos para o Desenvolvimento da Criança de Sete a Doze Anos**. Universidade do Oeste Paulista, Presidente prudente – SP, 2016. Disponível em:

<<http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DOS%20JOGOS%20PARA%20%20DESENVOLVIMENTO%20E%20APRENDIZAGEM%20DA%20CRIAN%C3%87A%20DE%20SETE%20A%20DOZE%20ANOS.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

SANTOS, Silvano Messias dos. COSTA, Tainara da Silva. BARROS, Héli da Paixão Rodrigues de. VIEIRA, Cristina Benevides. **Coordenar com Diálogo: Desafios ao Trabalho do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil**. 2009. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Comunicacao_702.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

SANTOS, Cristiane Cimelle da Silva. COSTA, Lucinalva Ferreira da. MARTINS, Edson. **A Prática Educativa Lúdica: Uma Ferramenta Facilitadora na Aprendizagem na Educação Infantil**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. 2015. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n10/ARTIGO6.pdf>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

SERAFIM, Amanda. **A Visão de Educadores Infantis sobre o Lúdico**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo – SP, 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1

[o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/1o_2010/AMANDA.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1_o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/1o_2010/AMANDA.pdf)>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

SILVA, Denise da. ARAÚJO, Fernanda Moura. ESTRADA, Lillian. PEDROSA, Susana Borges. MACHADO, Machado. **A Importância do brinquedo como Ferramenta de Ensino na Educação Básica**. 2013. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_1380818468.pdf>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

SILVA, Ana Maria. OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **A Relevância da Formação Continuada do (a) Professor (a) de Educação Infantil para uma Prática Reflexiva**. III Jornada de Didática: Desafios para a Docência e II Seminário de Pesquisa do CEMAD. Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/A%20RELEVANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUADA%20DO%20\(A\)%20PROFESSOR%20\(A\)%20DE.pdf](http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/A%20RELEVANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUADA%20DO%20(A)%20PROFESSOR%20(A)%20DE.pdf)>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

SOUZA, Mariana Galdino de. **A Construção da Educação Infantil de Qualidade**. Fundação Educacional de Itupevára. Itupevára – MG, 2014. Disponível em: <<http://www.dspace.feituverava.com.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/121/MARIANA%20GALDINO%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

SCHULTZ, Elis Simone. MULLER, Cristiane. DOMINGUES, Cilce Agne. **A Ludicidade e suas Contribuições na Escola**. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2006. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2066/pdf/artigos/pedagogia/A%20LUDICIDADE%20SUAS%20CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20NA%20ESCOLA.pdf>> Acesso em: 15 de maio 2023.

TAVARES, Maria Izabel dos Santos. **Jogos Pedagógicos na Educação Infantil**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira – PR, 2014. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4413/1/MD_EDUMTE_2014_2_63.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: Uma Introdução Metodológica**. Universidade de Murdoch. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3. São Paulo – SP, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

TRISTÃO, Marly Bernardino. **O Lúdico na Prática Docente**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39549/000825104.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Projeto Político Pedagógico: Conceito e Metodologia de Elaboração**. In: _____. Planejamento. 10ª Edição, Libertad, São Paulo, 2002.

VECTORE, Celia. **O Brincar e a Intervenção Mediacional na Formação Continuada de Professores de Educação Infantil**. Psicologia USP, São Paulo – SP, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/a10v14n3.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2023.

VEIGA, Léia da. CASTELEINS, Vera Lúcia. **A Contribuição do Jogo para o Desenvolvimento Motor da Criança de Educação Infantil**. 2006. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-060-TC.pdf>>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

ZINK, Idair Augusto. GOMES, Diana. **A Prática de Observação e a sua Importância na Formação do Professor de Geografia**. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. Prado Velho – PR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18655_7820.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

SOBRE A AUTORA

Ana Maria Dantas de Araújo é uma profissional altamente qualificada, com vasta experiência na área educacional. Formada em Pedagogia, ela possui uma sólida base teórica e prática que a capacita a atuar em diversos contextos educativos. Além disso, Ana Maria também é Psicopedagoga, o que lhe confere um olhar diferenciado sobre o processo de aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Por meio de abordagens terapêuticas e de intervenções específicas, ela auxilia estudantes com dificuldades de aprendizagem a superarem seus desafios e a alcançarem todo o seu potencial. A dedicação aos estudos é evidente em sua formação acadêmica. Ela obteve o título de Mestre em Ciências da Educação, o que lhe proporciona um embasamento teórico sólido para compreender as principais teorias e práticas educativas. Além disso, ela também possui o título de Doutora em Educação, o que a torna uma referência no campo educacional. Araújo é, sem dúvida, uma referência na área da educação. Sua formação e experiência a tornam uma profissional admirável e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Seu trabalho busca não apenas transmitir conhecimento, mas também formar cidadãos críticos, criativos e conscientes do seu papel na sociedade.

